



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

Nelson Leonardo Rodrigues dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Professor Doutor Ricardo Nuno Ferreira Paes Mamede, Professor Auxiliar, ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2018



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

Nelson Leonardo Rodrigues dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Professor Doutor Ricardo Nuno Ferreira Paes Mamede, Professor Auxiliar, ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2018

Resumo

No final de 2015 o sistema político português pôde observar a formação do primeiro governo constitucional apoiado parlamentarmente por partidos da esquerda radical. Este evento constituiu-se como a principal motivação da presente dissertação, sendo que a mesma procura responder a três questões distintas, nomeadamente: i) quais as causas que explicam a ausência do estabelecimento de dinâmicas cooperativas entre os partidos da esquerda portuguesa até 2015; ii) quais as razões que justificam que esta experiência tenha ocorrido em 2015; iii) encontram-se, ou não, reunidas as condições para a repetição das atuais dinâmicas de cooperação. Para responder satisfatoriamente a tais questões, foram identificados determinados instrumentos teóricos da área da Ciência Política utilizados anteriormente em problemáticas semelhantes. Através desses instrumentos apurou-se que os partidos políticos priorizam, em maior ou menor grau, a conquista do executivo (*office-seeking*), influenciar o desenho das políticas públicas (*policy-seeking*) ou maximizar os resultados eleitorais (*vote-seeking*), criando-se uma dinâmica triangular entre os três objetivos. As ações dos partidos em diferentes períodos são explicadas não só pelas suas prioridades, mas também por três géneros de fatores: institucionais, organizacionais e conjunturais. Os primeiros correspondem às regras do sistema e ao contexto no qual os partidos interagem; os fatores organizacionais relacionam-se com as características internas dos partidos ou com questões diretamente ligadas aos mesmos; por último, os fatores conjunturais englobam todos aqueles que possuem uma localização no espaço e no tempo específica e de curta-duração. As questões que guiam este trabalho são respondidas com base nos instrumentos referidos.

Palavras-chave: Governo de esquerdas; Esquerda radical; Cooperação na esquerda portuguesa; Acordos de governação.

Jel Classification: Y40; Y80

Abstract

In the end of 2015 the Portuguese political system saw the development of the first constitutional government supported parliamentary by radical left parties. This event constituted itself as the principal motivation of the present dissertation as it seeks to respond to three distinct questions, mainly: i) the causes that explain the absence of the establishment of cooperative dynamics among the portuguese left-wing parties until 2015; ii) the reasons that justify this experience occurring in 2015; iii) whether or not the conditions are fulfilled for the repetition of the current cooperation dynamics. To respond satisfactorily to such issues, certain theoretical instruments previously used in similar problems of the area of Political Science have been identified. Through these instruments it was found that political parties prioritize, to a greater or lesser degree, the conquest of the executive (*office-seeking*), influence the design of public policies (*policy-seeking*) or maximize election results (*vote-seeking*), creating a triangular dynamic between the three goals. The actions of the parties in different periods are explained not only by their properties, but also by three kinds of factors: institutional, organizational and conjunctural. The first correspond to the rules of the system and the context in which the parties interact; the organizational factors relate to internal characteristics of the parties or matters directly linked to them; lastly, the conjunctural factors encompass all those who possess a short term specific location in space and time. The matters that guide this work are answered based on the referenced instruments.

Keywords: Left parties government; Radical left; Cooperation in Portuguese left; Government agreements.

Jel Classification: Y40; Y80

Índice

Índice de Figuras.....	VII
Glossário de Siglas.....	VIII
Introdução.....	1
I – Estado de Arte.....	5
I.1 – <i>Office-seeking</i> (a busca do controlo do poder executivo).....	6
I.2 – <i>Policy-seeking</i> (a busca de influência na definição de políticas públicas).....	7
I.3 – <i>Vote-seeking</i> (a busca de votos).....	8
I.4 – Dinâmica triangular da ação política.....	9
I.5 – Decisões e <i>trade-offs</i>	10
I.5.1 – Desejos e realidades.....	11
I.5.2 – Perceções e expetativas.....	11
I.5.3 – Fatores institucionais.....	12
I.5.4 – Fatores organizacionais.....	13
I.5.5 – Fatores conjunturais.....	14
II – O caso Português.....	17
II.1 – Fatores institucionais.....	17
II.2 – Fatores organizacionais.....	20
II.2.1 – Organização partidária.....	20
II.2.2 – Posições programáticas.....	22
II.2.3 – Estratégias partidárias e normas comportamentais.....	24
II.2.4 – Natureza do eleitorado-alvo/base de apoio eleitoral.....	25
II.2.5 – Mecanismos decisórios.....	27
II.3 – Fatores conjunturais.....	29
III – Governo de esquerda plural em Portugal – 2015.....	31
III.1 – Fatores institucionais.....	31
III.2 – Fatores organizacionais.....	32
III.3 – Fatores conjunturais.....	36
III.3.1 – Razões eleitorais.....	36
III.3.2 – Razões ideológicas e programáticas.....	38
III.3.3 – O risco de “Pasokização”.....	39
III.3.4 – A importância da liderança.....	40

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

III.3.5 – O Presidente da República e as suas limitações.....	41
III.3.6 – A estratégia do BE.....	43
IV – Orientações dos partidos no futuro.....	49
IV.1 – Considerações gerais sobre os comportamentos dos partidos no futuro.....	49
IV.1.1 – Partido Socialista.....	49
IV.1.2 – Partido Comunista Português.....	51
IV.1.3 – Bloco de Esquerda.....	52
IV.1.4 – Relação PCP-BE.....	53
IV.2 – Considerações particulares e “linhas vermelhas” para os partidos de esquerda.....	54
IV.2.1 – Partido Socialista.....	54
IV.2.1.1 – Estratégia de curto-prazo.....	55
IV.2.1.2 – Estratégia de médio-prazo.....	58
IV.2.1.3 – Aspectos comuns às estratégias de curto e médio prazo.....	59
IV.2.2 – Partido Comunista Português.....	61
IV.2.2.1 – Medidas urgentes.....	63
IV.2.2.2 – Política Patriótica e de Esquerda.....	66
IV.2.3 – Bloco de Esquerda.....	68
IV.2.3.1 – Estratégia de curto-prazo.....	69
IV.2.3.2 – Estratégia de médio-prazo.....	72
V – Exigência políticas, consequências económicas.....	77
V.1 – “Linhas vermelhas” partidárias e a sua tradução económica.....	78
V.1.1 – Partido Socialista.....	78
V.1.2 – Partido Comunista Português.....	84
V.1.3 – Bloco de Esquerda.....	88
V.2 – Compatibilidade económica das diversas “linhas vermelhas”.....	92
Conclusão.....	97
Bibliografia.....	105
Anexos.....	109
Anexo A.....	109
Anexo B.....	110

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Dinâmica Triangular da ação política.....

Figura 5.1 – Ajustamento anual do saldo estrutural para o OMP como definido no PEC....

Glossário de Siglas

APU	Aliança Povo Unido
BANIF	Banco Internacional do Funchal
BE	Bloco de Esquerda
CDA	Congresso Democrático das Alternativas
CDS-PP	Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular
CDU	Coligação Democrática Unitária
CE	Comissão Europeia
CFP	Conselho das Finanças Públicas
CGTP-IN	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
MDP/CDE	Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MIC-Porto	Movimento de Intervenção e Cidadania do Porto
OMP	“Objetivo de Médio-prazo”
ONG	Organização não-governamental
PASOK	Movimento Socialista Pan-helénico
PCP	Partido Comunista Português
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PEV	Partido Ecologista “Os Verdes”
PIB	Produto Interno Bruto
PRD	Partido Renovador Democrático
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social-Democrata
SIMPLEX	Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPÖ	Partido Social-Democrata da Áustria
TSU	Taxa Social Única
UE	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Dólares Americanos

Introdução

No final do ano de 2015 o sistema político português pôde observar, pela primeira vez, a formação de um governo constitucional apoiado parlamentarmente por partidos da esquerda radical¹, nomeadamente o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE). Entre 1976 e 2011 realizaram-se 13 eleições legislativas, sendo que os resultados das mesmas concederam aos partidos de esquerda uma maioria absoluta de deputados no parlamento em seis ocasiões (1976, 1983, 1995, 1999, 2005 e 2009). Em cinco das seis ocasiões o PS necessitou do apoio, mais ou menos formal, dos partidos da direita portuguesa, sendo que em um dos cenários tal apoio não se apresentava como indispensável pois o partido possuía uma maioria absoluta parlamentar (2005). Numa outra eleição legislativa, em 1985, também se encontrava reunidas as condições para o estabelecimento de dinâmicas cooperativas entre as diferentes forças da esquerda portuguesa, desta vez com a inserção do Partido Renovador Democrático (PRD) nessas mesmas dinâmicas. Assim sendo, confirma-se a existência de seis ocasiões em que pelo menos um dos partidos da esquerda radical portuguesa já poderia ter experienciado qualquer género de responsabilidade na governação como aquela que no período contemporâneo se verifica.

A novidade do estabelecimento das dinâmicas cooperativas entre PS, PCP e BE que visassem a governação e a admiração experienciada pela sociedade constituíam, desde logo, motivos suficientes para o estudo das questões diretamente ligadas a este acontecimento. No entanto, e reforçando essa motivação, o caso português até 2015 não seguia a realidade europeia após a queda do Muro de Berlim. No período 1947-1989, a existência deste género de experiências na Europa (integração dos partidos de esquerda radical nas responsabilidades governativas) era diminuta, verificando-se apenas 10 casos em 3 países distintos: Finlândia, França e Islândia. O contexto da Guerra Fria e as dinâmicas consequentes são as principais causas de tal realidade. No entanto, após a queda do Muro de Berlim (1989) e a alteração do contexto internacional verificada nesse período, o número de experiências de inserção dos partidos da esquerda radical no contexto de governação aumentou exponencialmente, verificando-se a ocorrência, até 2015, de 25 casos em 14 países distintos.

Dadas tais motivações e os acontecimentos em causa, este trabalho propôs-se abordar três questões distintas, cada qual assente num período temporal diferente: passado, presente e

¹ Seguindo a tipologia de March (2012), partidos de esquerda radical são aqueles que se definem como estando à esquerda da social-democracia e não apenas na ala esquerda da mesma, possuindo como um dos objetivos a transformação profunda do sistema.

futuro. Num primeiro momento, foram estudados os fatores que ajudam a explicar a ausência de cooperação entre os principais partidos da esquerda portuguesa desde 1976 até 2015. De seguida, procurou-se identificar quais as principais causas responsáveis pelo estabelecimento das dinâmicas cooperativas entre PS, PCP e BE em 2015. Por último, e visando o futuro, realizou-se um exercício que tinha como objetivos não só nomear as condições políticas e económicas necessárias para que fosse possível a repetição das dinâmicas cooperativas contemporâneas, mas também perceber a probabilidade de as mesmas se encontrarem presentes num futuro próximo.

Com o objetivo de responder satisfatoriamente às questões anunciadas, o primeiro capítulo (Estado de Arte) apresenta algumas ferramentas teóricas consideradas relevantes para a análise da realidade em causa. De forma sucinta, a observação da literatura já produzida relativamente a estas questões permitiu identificar três géneros de fatores que serão essenciais para responder às questões em que assenta este trabalho: fatores institucionais, organizacionais e conjunturais. Os fatores institucionais são aqueles que formam as regras e o contexto pelos quais os partidos interagem (Strøm, 1990). Os fatores organizacionais relacionam-se diretamente com a vida interna do partido, sendo utilizados os cinco critérios da tipologia de Gunther e Diamond (2003) destinada a classificar os diferentes partidos políticos: 1- Organização partidária; 2- Posições programáticas; 3- Estratégias partidárias e normas comportamentais; 4- Natureza do eleitorado-alvo/base de apoio eleitoral; 5- Mecanismos decisórios. Ainda relacionado diretamente com os partidos, utilizando os critérios indicados e observando as ações dos partidos ao longo do período democrático, verifica-se se os mesmos tendem a priorizar uma agenda *office-seeking*, *policy-seeking* ou *vote-seeking*. Por último, os fatores conjunturais abrangem todas as dinâmicas que, tendo naturezas distintas e variadas, cingem-se a um período histórico concreto e possuem uma duração curta. Os mesmos poderão, eventualmente, adquirir uma natureza estrutural sendo, nesse caso, classificados posteriormente de fatores institucionais ou organizacionais.

Ao longo do trabalho que se segue tentou responder-se às três questões apresentadas com o auxílio das ferramentas teóricas sucintamente indicadas acima. O mesmo seguirá uma ordem cronológica, ou seja, responderá primeiro às questões ocorridas no passado (ausência de cooperação), depois observará o período contemporâneo (estabelecimento de dinâmicas de cooperação em 2015) e, por último, realizará um exercício especulativo e informado sobre as possibilidades de as dinâmicas atuais se repetirem no futuro. Este trabalho terminará com o elencar das principais conclusões obtidas ao longo da sua elaboração, indicando-se alguns

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

fatores que poderão influenciar fortemente a continuidade e repetição desta experiência governativa.

I - Estado de Arte

De forma a que seja possível responder satisfatoriamente às questões apresentadas, sendo esse o objetivo deste trabalho, é necessário que tal exercício se realize tendo por base determinados instrumentos teóricos já utilizados em outras investigações e pertinentes para o estudo que aqui se irá desenvolver. Esses instrumentos não só conferem um certo grau de cientificidade ao que será afirmado, mas também permitem a sistematização do conhecimento produzido. Este capítulo possui o intuito de apresentar tais ferramentas podendo afirmar-se que o mesmo será constituído por dois momentos principais. Num primeiro instante, revelará quais os principais objetivos que os agentes relevantes perseguem, sendo os mesmos constituídos por partidos e individualidades importantes de tais organizações. De seguida, verificando-se a existência de *trade-offs* entre tais objetivos, irão ser apresentados os fatores que ajudarão a explicar a priorização de determinado objetivo por parte dos agentes observados.

O principal organismo legislativo nos sistemas democráticos, o parlamento, possui em diversos países uma composição mais ou menos fragmentada, o que implica a ausência de maiorias absolutas unipartidárias. Ainda assim existem diversos casos em que, devido a fatores institucionais, históricos ou culturais, as maiores absolutas parlamentares unipartidárias são regra, como em sistemas com tendências bipartidárias (Reino Unido, EUA, etc) ou mesmo em sistemas multipartidários onde domina um partido em diferentes eleições. Nestes casos todo o processo governativo é, geralmente, mais simples e estável, dado o partido de governo possuir uma maioria absoluta no parlamento.

Em todos os sistemas políticos onde a fragmentação parlamentar é a realidade existe a necessidade de entendimentos e acordos entre os diferentes partidos, com o objetivo de o governo perdurar e/ou ver ser aprovada determinada legislação, apesar de estes processos possuírem algumas variações dependendo do género do sistema político (presidencialista, semi-presidencialista ou parlamentar).

Assim sendo é essencial descobrir quais os fatores que permitem explicar as diferentes decisões dos partidos políticos no que respeita à realização de tais acordos, ou seja, os objetivos pelos quais os partidos orientam a sua ação. Através do entendimento desses fatores será possível explicar mais eficazmente o comportamento dos partidos relativamente aos seus pares nos processos de formação de governo ou acordos parlamentares, bem como prever o seu comportamento futuro.

A literatura que se debruça sobre estas temáticas tem sido influenciada pela tradição da escolha racional (Muller & Strøm, 1999: 5). Segundo esta perspetiva, os diferentes atores políticos são encarados como agentes racionais, realizando ações que os mesmos consideram como as mais corretas para atingirem os objetivos a que se propõem.

Ainda que o comportamento dos atores políticos seja racional, o mesmo rege-se por premissas que se distinguem daquelas que regem a conduta dos atores racionais na área de economia, da psicologia, entre outras. A ação política, apesar de ser executada por indivíduos com interesses mais ou menos egoístas, é realizada em nome do Estado, do interesse público, conferindo-lhe dinâmicas próprias. O politólogo David Easton, procurando definir o que seria a ação política e possuindo o intuito de atribuir cientificidade ao conceito, explicou-a em oposição à lógica económica enquanto “allocation of scarce resources” (ou seja, afetação de recursos escassos). Por contraste, a ação política seria “authoritative allocation of values” (que podemos traduzir como afetação de valores assente na autoridade) (Riker, 1962). A definição aqui referida aponta para a ação política como uma determinada luta pelo poder (autoridade) bem como para a realização de determinadas ideias morais (valores), característico desta esfera.

Sendo os agentes políticos atores racionais como já referido, quais os objetivos que os mesmos perseguem? Completando as ideias de David Easton, a literatura relacionada oferece três modelos explicativos das ações partidárias, cada um ligado a um objetivo em concreto. Os modelos, na sua forma mais simples, poderão ser designados por: *Office-seeking*, *Policy-seeking* e *Vote-seeking* (Muller & Strøm, 1999). Analisam-se de seguida cada um destes modelos.

I.1 – Office-seeking (a busca do controlo do poder executivo)

O conceito de poder é central na esfera de ação política e, com ele relacionado, encontra-se o Estado, que possui o monopólio da violência legítima num determinado território, constituindo-se como a principal fonte de poder. A principal forma de controlar parcialmente este gigantesco poder é através do domínio do governo, dos principais cargos executivos, responsáveis pela gestão da administração referida. Tendo todo este raciocínio presente e compreendendo a importância do poder estatal, parte da literatura relacionada encara as distintas decisões dos partidos como motivadas pelo objetivo de maximizar o controlo de cargos políticos, do executivo – *office-seeking* (Riker, 1962). No entanto, a

tentativa de conquista do poder executivo poderá ter motivações intrínsecas ou extrínsecas (Budge & Laver, 1986).

Procurando distinguir nos vários modelos as diferenças entre os dois géneros de motivações, é essencial definir, desde já, tais conceitos. Relativamente às motivações intrínsecas, poderíamos afirmar que “One is said to be intrinsically motivated to perform an activity when one receives no apparent reward except the activity itself” (Deci, 1971). Por outro lado, e citando Bruno Frey, “Extrinsic preferences are those activated from outside the person concerned” (Frey, 1994: 336). Encontrando-se explanadas ambas as motivações, será agora mais simples a exemplificação das mesmas nos modelos em causa.

Relativamente às motivações intrínsecas, a conquista de cargos executivos ou do governo por parte dos diferentes agentes políticos (indivíduos ou partidos) seria motivada pela simples satisfação e prazer proveniente da conquista, do domínio do poder executivo, da prática do cargo em causa. O argumento central é o facto de a conquista, a manutenção e o exercício do poder executivo ser o objetivo principal do agente em causa, podendo-se explicar as ações deste tendo em conta esse objetivo (Laver, 1997). Apesar de o poder executivo ser encarado como um fim, tal não permite concluir nada relativamente à sua utilização, podendo o mesmo ser utilizado de diversas formas: num extremo, poderia ser utilizado fundamentalmente em favor próprio (individual ou coletivo); no extremo oposto, o poder executivo poderia ser usado para o benefício geral, prejudicando eventualmente o(s) agente(s) responsáveis pela máquina executiva. Por outro lado, determinadas análises enfatizam que a maximização do controlo sobre o poder executivo é encarada como um instrumento, uma forma de atingir outros objetivos mais importantes para os agentes políticos. Esses objetivos poderão ser, ainda assim, de diversas ordens. Em alguns casos é encarado como a forma mais eficaz de implementar determinadas políticas ou realizar determinadas ideias morais. Em outros, como a melhor forma de sobreviver, dada a menor dependência dos partidos dos seus militantes e uma crescente ligação aos recursos do Estado. Por último, podemos ainda referir os casos onde a conquista do poder possui como motivação o reconhecimento por parte dos seus pares e/ou da sociedade, ou seja, a busca de uma certa fama.

1.2 – Policy-seeking (a busca de influência na definição de políticas públicas)

Um outro modelo procura explicar as ações partidárias através de outra motivação, nomeadamente a vontade de maximizar a sua influência nas decisões de política pública (De Swaan, 1973) (Budge & Herman, 1978). Dependendo dos agentes em causa, o objetivo pode

ser alcançado de maneiras distintas, não implicando necessariamente a conquista do governo ou do poder executivo ou, pelo menos, a conquista do mesmo a qualquer custo, que o poderá prejudicar em outros aspetos.

Tal como o modelo apresentado anteriormente, a procura de maximizar a influência na elaboração de políticas públicas pode ser encarada como motivada intrínseca ou instrumentalmente (Laver & Shepsle, 1996). No primeiro caso, os partidos consideram que as políticas que perseguem e que procuram implementar são as mais corretas e prementes, consoante o seu quadro ideológico, na resolução de determinados problemas. Esta é uma visão mais positiva da atividade política, onde os diferentes partidos teriam como objetivo principal a aplicação de determinados quadros morais e ideológicos. Por outro lado, a escolha pela defesa de determinadas políticas poderá possuir objetivos instrumentais, ou seja, a defesa de tal política seria apenas um meio para atingir um fim considerado mais importante. Procurar implementar ou defender medidas que aumentem a popularidade de um executivo ou partido, que perspetivem melhores resultados eleitorais ou que satisfaçam interesses privados são exemplos claros de perspetivas que encaram a influência política como instrumental.

I.3 – *Vote-seeking* (a busca de votos)

Em Estados democráticos liberais os atos eleitorais são um momento importantíssimo no processo político. Não só permite a responsabilização dos atores políticos, central para a democracia, como define as posições de poder relativas dos diferentes agentes, dependendo do género de eleições que estejam em causa. Assim sendo é totalmente racional que os partidos políticos procurem melhorar os seus resultados eleitorais nas variadas eleições (Downs, 1957).

Ao contrário dos modelos anteriores, a procura de resultados eleitorais benéficos só poderá possuir um valor instrumental, não existindo uma causa racional para a procura de bons resultados eleitorais por motivos intrínsecos. Ainda assim a busca de resultados eleitorais positivos poderá servir de meio para vários fins: alcançar um maior número de cargos no executivo; maior capacidade, popular e/ou parlamentar, para influenciar as políticas públicas tomadas; aumentar o número de recursos humanos e de capital para a sobrevivência do partido; entre outros objetivos.

I.4 – Dinâmica Triangular da ação política

A apresentação dos três modelos teóricos apresentados acima foi realizada com o objetivo de estruturar, com simplicidade, o pensamento. Nenhuma análise executada às ações partidárias, nomeadamente aquando a formação ou quebra de coligações governamentais, se realiza com a utilização exclusiva de um dos três modelos descritos acima. Todas as análises levam em conta, implicitamente ou explicitamente, os três modelos descritos, atribuindo maior ênfase a um dos objetivos, dependendo não só do partido em análise, mas também da opinião académica do autor.

Os três objetivos (conquista do executivo, influência política ou sucesso eleitoral) interagem mutuamente, criando uma dinâmica triangular diferente em cada caso. Por outras palavras, a persecução dos três objetivos simultaneamente é, por vezes, possível, revelando-se uma dinâmica positiva entre os três eixos. Em determinados casos a conquista do executivo permite uma maior influência ao nível das políticas públicas, que são avaliadas positivamente pelo eleitorado que, por sua vez, permitirá reforçar o poder executivo. Esta dinâmica, teoricamente, é mais provável no caso de executivos apoiados por maiorias absolutas parlamentares unipartidárias. À medida que o

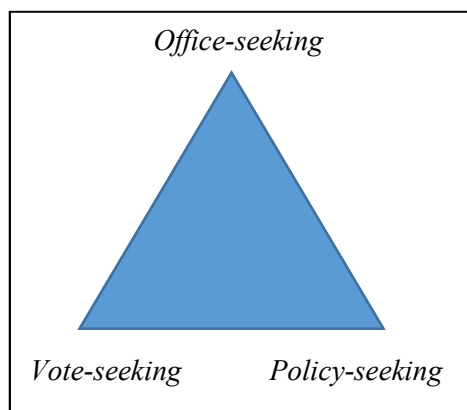


Figura 1.1 - Dinâmica Triangular da ação política

executivo necessita do apoio de um maior número de partidos, esta dinâmica revela-se cada vez mais improvável; nestes casos, a arena executiva, política e eleitoral tende a aproximar-se de um caso de jogo de soma zero. São estas ocorrências que, sucedendo na maioria dos sistemas políticos, despertam maior interesse académico. Nas ocasiões em que estamos confrontados com uma dinâmica triangular positiva, que se reforça, os caminhos pelos quais os partidos optam são facilmente explicáveis. Por contraste, nos casos em que é impossível perseguir os três objetivos simultaneamente, em que os partidos são obrigados a tomar decisões com graus de incerteza por vezes bastante elevados, em que existe a necessidade de realizar determinados *trade-offs*, torna-se mais relevante perceber como tais deliberações são tomadas e quais os fatores que as influenciam.

I.5 - Decisões e *trade-offs*

Como já referido, em muitas ocasiões é impossível perseguir os três objetivos simultaneamente, sendo necessário escolher prioridades. Procurando ilustrar esta ideia, apresentam-se de seguida alguns exemplos.

Entende-se frequentemente que a melhor forma de influenciar determinadas políticas é através da conquista do executivo, total ou parcialmente. Com esse objetivo em mente verifica-se que aqueles partidos que mais vezes conquistam o poder (partidos *catch-all*²) abdicam de posições programáticas muito estruturadas, conferindo maior importância à conquista do executivo do que à manutenção de todo o seu quadro ideológico, de forma a obter resultados eleitorais mais favoráveis. Continuando a colocar a conquista do poder como objetivo mais importante aquando de negociações de coligações governamentais, esses mesmos partidos prosseguem com uma estratégia de relaxamento das suas posições programáticas, sendo o eixo *policy-seeking* o mais flexível para este género de partidos.

Outro *trade-off* bastante presente encontra-se na relação entre participação governativa e resultados eleitorais. Num número elevado de casos, os pequenos partidos que participam em soluções governativas, com o objetivo de conseguir implementar algumas das políticas que defendem, obtêm resultados eleitorais desfavoráveis nas eleições que se seguem ocorrendo, portanto, uma escolha com algum grau de incerteza entre influência política e a melhoria dos resultados eleitorais.

Ficando desde já explícito a não possibilidade de perseguir todos os objetivos simultaneamente em diversas ocasiões, quais os fatores que influenciam os partidos a concederem primazia a determinado objetivo?

Os autores Wolfgang C. Muller e Kaare Strøm (1999), procurando responder a tal questão, elaboraram uma estrutura em que as diferentes decisões partidárias poderiam ser explicadas por fatores de três naturezas distintas: fatores institucionais, organizacionais e conjunturais. De seguida, apresenta-se uma análise mais detalhada de cada conjunto de fatores.

² O conceito de partido “catch-all” foi inserido primeiramente por Otto Kirchheimer, cientista político alemão, em 1966 (Kirchheimer, 1966). De forma sucinta, este género de partido surgira no pós 2º Guerra Mundial, priorizando o sucesso eleitoral mais imediato, abdicando para tal de profundidade política e ideológica. A renúncia à persecução de determinados objetivos visava atrair uma maior proporção do eleitorado, procurando satisfazer os desejos de indivíduos com diferentes perspetivas.

I.5.1 - Desejos e realidades

Diversos fatores ajudarão a explicar as razões pelas quais os partidos tomam determinadas decisões. Ainda assim, antes de avançar para a nomeação de alguns desses fatores é importante assinalar a clivagem entre aquilo que os partidos procuram, que consideram desejável, e aquilo que lhes é possível, ou seja, aquilo que a realidade permite. Independentemente de determinado partido oferecer ou não primazia à conquista do poder executivo, à influência na formulação de políticas públicas ou à melhoria dos resultados eleitorais, por vezes tal não é simplesmente possível. Procurando clarificar com um exemplo, um partido que atribua preferência à participação no executivo, sendo esse o seu desejo, poderá ter apenas ao seu dispor a possibilidade de influenciar as decisões de política pública, não se encontrando em sintonia o desejo e a realidade. Desta forma, é necessário não só avaliar as preferências dos partidos (desejos), mas também aquilo que cada período permite aos mesmos (realidade).

I.5.2- Percepções e expetativas

Uma outra clivagem ou problemática que merece ser referida antes de avançar para o modelo de fatores indicado, e que possui relevância no contexto deste trabalho, baseia-se nas percepções e expetativas dos agentes políticos. No decorrer da exposição que irá ser feita encontrar-se-ão diversos exemplos em que, apesar de considerarmos os agentes políticos racionais, a teoria indicará caminhos e possibilidades que a realidade desmente. Tal poderá dever-se a duas razões: a teoria é insatisfatória e não possui poder explicativo e prospetivo da realidade; ou existe uma percepção deficiente dos agentes políticos relativamente à realidade que os levará a realizar ações consideradas pouco racionais. Uma deficiente percepção da realidade poderá conduzir os partidos a expetativas falaciosas, executando uma ação que possuirá consequências distintas daquelas que o agente previra. Não se querendo afirmar a perfeição da teoria apresentada, é importante reter este pensamento. Apesar de se procurar descrever de forma fidedigna a realidade, que ajudaria a prever as decisões, tais previsões poderão ser insatisfatórias caso os agentes políticos possuam uma percepção diferente da realidade. É necessário, portanto, não só avaliar a realidade objetivamente através de critérios rigorosos, mas também analisar a percepção que os agentes políticos possuem sobre a mesma, sendo que nem sempre estas duas análises produzem os mesmos resultados.

I.5.3- Fatores institucionais

Um conjunto de fatores que poderão ser designados de institucionais são certamente importantes na definição das ações dos partidos, dado que estes formam as regras e o contexto pelos quais os partidos interagem (Strøm, 1990). Dada a sua natureza, os fatores institucionais possuem o potencial de alterar não só as preferências partidárias, os seus desejos, mas também aquilo que poderá estar disponível aos partidos, constringendo a realidade.

A influência do sistema político sobre as ações partidárias poderá ser direta ou indireta, ainda que esta distinção seja de carácter quantitativo e não qualitativo. São vários os fatores que poderão influenciar as ações partidárias, oferecendo-se alguns exemplos de seguida.

Tendo uma influência direta, poderemos observar primeiramente as regras de formação de governo. Em determinados sistemas políticos, como o português, não é necessário a aprovação do programa de governo, sendo exigida apenas a sua não rejeição. No caso espanhol, apesar de algumas diferenças, é também possível a investidura de um governo sem uma maioria absoluta apoiante no parlamento. Nestes casos o contexto institucional permite mais facilmente a existência de governos minoritários, relaxando os incentivos à cooperação entre partidos. Caso fosse necessária a aprovação do programa de governo seria essencial que os partidos tivessem, eventualmente, de abdicar de alguns dos seus objetivos, fosse ao nível do controlo do executivo ou do seu programa político. Um outro fator que possui consequências semelhantes é a obrigatoriedade de as moções de censura serem construtivas (como no caso alemão). Este instrumento implica a necessária apresentação de uma alternativa governativa; caso contrário, o derrube do governo é impossibilitado. Assim, para o derrube ser uma realidade numa determinada correlação de forças parlamentar, é indispensável a cooperação entre as diferentes forças partidárias.

As regras eleitorais poderão possuir também uma influência bastante direta nas ações partidárias. Determinados sistemas eleitorais promovem a cooperação entre os diferentes partidos, como é o caso do sistema eleitoral francês, a duas voltas, nas eleições legislativas. Dada a natureza deste sistema, é habitual a desistência de determinados partidos, em favor de outros, na segunda volta, ou então o apoio a outro candidato que não o seu, derrotado na primeira volta.

De natureza mais indireta, são também muitos outros fatores que influenciam os objetivos partidários. A título de exemplo, a forma como o financiamento público dos partidos é realizada pode criar incentivos claros ao relaxamento programático com o objetivo

de melhoria dos resultados eleitorais, obtendo-se assim mais recursos que permitiriam a sobrevivência financeira do partido.

Muitos outros fatores de natureza institucional poderiam ser referidos. No entanto, como este trabalho não assenta na comparação de ações partidárias em sistemas institucionais distintos, não será proveitoso neste contexto aprofundar os fatores deste género e a sua influência nas ações partidárias.

I.5.4 - Fatores organizacionais

Um outro conjunto de fatores que influencia decisivamente o curso das ações partidárias poderá ser designado de fatores organizacionais (Pedersen, 2012). Inclui-se aqui tudo aquilo que se relaciona diretamente com a vida interna do partido ou que provém deste. Uma tipologia elaborada por Gunther e Diamond (2003), com o objetivo de classificar partidos políticos, indica-nos as características que ajudarão a explicar as decisões políticas dos partidos. A tipologia dos autores referidos assenta em cinco critérios.

i) O primeiro critério assenta na organização formal do partido. Esta organização poderá ser “fraca” (thin) ou “forte” (thick). No caso de organizações “fracas”, temos o exemplo dos “partidos de elite”, comuns e dominantes no séc. XIX, ou dos “partidos-movimento”, que surgem no final do séc. XX e persistem no século atual. Por outro lado, o principal exemplo das organizações “fortes” são os “partidos de massas”, com um número de militantes muito elevado relativamente à base eleitoral de apoio, bem como ligações umbilicais com associações que possuem uma presença clara na sociedade, como sindicatos ou a igreja.

ii) O segundo critério envolve os comprometimentos programáticos dos partidos. Tentando clarificar, determinados partidos possuem posições programáticas bastante estruturadas, ancoradas fortemente em orientações ideológicas de natureza filosófica, religiosa ou nacionalista; por outro lado, outros partidos possuem uma posição política programática menos estruturada e ancorada em matrizes de pensamento completas, ou mais pragmática, oferecendo maior flexibilidade às políticas do partido.

iii) O terceiro critério relaciona-se com a estratégia partidária e as suas normas comportamentais. Determinados partidos possuem uma visão tolerante e pluralista, respeitando totalmente as regras da democracia representativa, considerando a sua força real aquela que é expressa nas urnas, através do voto. De forma distinta, outros partidos procuram alcançar posições de hegemonia num determinado sistema, possuindo o objetivo de o

reformular totalmente. Encaram a sua força partidária não como uma tradução clara dos votos que obtêm nas urnas, mas consideram essencial a sua força social, em determinadas organizações, que lhes conferem um poder real maior do que a sua representação parlamentar.

iv) O quarto critério relaciona-se com a natureza do eleitorado a que o partido se dirige e que clama defender os seus interesses. Relativamente a este critério, os partidos poderão ser distinguidos entre aqueles empenhados em defender interesses de grupos bem definidos e delimitados, sejam estes de natureza étnica, religiosa ou socioeconómica, e os outros que apelam programaticamente a diferentes grupos sociais através de mensagens distintas ou algo comum que os una, normalmente de “consenso negativo” (anticapitalista, antiburocrático, antissistema, antiglobalização, etc).

v) O quinto e último critério da tipologia que aqui se apresenta envolve as dinâmicas de tomada de decisão dos partidos. Neste critério poderemos verificar uma escala de classificação segundo a qual num extremo se localizam partidos em que o líder possui uma posição dominante, potencialmente alavancada em sua figura carismática; e no outro extremo, partidos com formas de liderança e tomadas de decisão fundamentalmente coletivas e democráticas.

Os cinco critérios nomeados que servem de base à tipologia de classificação de partidos dos autores referidos oferece-nos uma importante ferramenta que nos ajuda a compreender a forma como os diferentes partidos tomam as suas decisões mais importantes, sendo que um desses casos se refere às deliberações dos mesmos relativamente a coligações governamentais e cooperação com outros parceiros partidários – tema central na presente análise.

I.5.5 - Fatores conjunturais

Além dos dois géneros de razões referidos até ao momento (organizacionais e institucionais), um outro conjunto de razões importantes na explicação de tomadas de decisão dos partidos são os fatores conjunturais.

As influências deste género no contexto político poderão ser as mais diferentes e variadas, alterando-se consoante o período histórico e o espaço; assim sendo, a sua sistematização afigura-se difícil. No entanto tais razões possuem um grande potencial de explicação. Em determinados sistemas políticos, onde tanto as estruturas organizacionais dos partidos como a natureza institucional do sistema permanecem, no geral, semelhantes, razões de natureza conjuntural poderão explicar, em grande parte, a variância nas atitudes dos

agentes partidários. Apesar de uma sistematização das principais razões ser algo difícil de realizar, procurar-se-á fornecer alguns exemplos que ajudem a explicar a lógica subjacente a tais acontecimentos.

Como referido, os fatores conjunturais poderão ajudar a explicar a alteração das prioridades de um partido que manteve, fundamentalmente, as suas características organizacionais, e em que o sistema político não verificou mudanças radicais nos seus principais atributos. Tal foi o caso do Partido Social Democrata Dinamarquês nas décadas de 70 e 80 do séc. XX. A importância atribuída à conquista do executivo, à maximização de votos e à influência política foi alterando-se no período em causa, sendo que as razões apontadas para tais mudanças se baseiam em fatores limitados no tempo, tais como resultados eleitorais recentes e prospetivas futuras, posição governamental e o sucesso ou insucesso da experiência, extensão do período na oposição e prospetivas gerais do desenvolvimento da economia (Elklit, 1999). Este caso constitui-se como um exemplo claro da importância dos fatores conjunturais na alteração hierárquica das prioridades.

Os fatores aqui em causa poderão, além de alterar provisoriamente os objetivos partidários, promover mudanças nas características organizacionais dos partidos, como ocorreu no caso seguinte. No período 1989-1994, a Holanda foi governada por uma coligação entre o partido Democrata-Cristão e Trabalhista. Este último, devido a vários fatores, incluindo o curso que tomou a governação em que se encontrava incluído, experimentou uma diminuição drástica do apoio eleitoral que possuía, verificando-se tal redução através de sondagens de opinião. Um clima de preocupação instalou-se entre os membros e a elite do partido, provocando um desejo de alterações organizacionais que promovessem a sua capacidade em atrair uma proporção maior do eleitorado, ou seja, priorizar o vértice *vote-seeking*, tendo em perspetiva as eleições parlamentares de 1994. As alterações promovidas procuraram reduzir a influência dos membros do partido na definição das estratégias partidárias, dada a perceção que os mesmos priorizavam, em demasia, o vértice *policy-seeking* em detrimento dos restantes dois. Tais mudanças fortaleceram, conseqüentemente, a posição do líder e da elite partidária, centralizando os mecanismos de decisão, em prejuízo de um modelo mais descentralizado e participativo (Hillebrand & Irwin, 1999). No caso aqui descrito razões de natureza conjuntural (perda considerável de apoio eleitoral) alteraram não só as prioridades partidárias no período subsequente (priorizou o vértice *vote-seeking*), mas também características organizacionais do partido que possibilitassem essa mesma mudança nas suas prioridades. O evento conjuntural referido, neste caso específico, poderá ter causado mutações estruturais dado que transformações organizacionais tendem a perdurar no tempo.

Procurando fornecer um último exemplo empírico, dada a imensa quantidade de fatores conjunturais que a realidade pode fornecer, referem-se as negociações infrutíferas que visavam a formação de governo, em 1966, entre o Partido Popular e o Partido Social-Democrata (SPÖ), na Áustria. O Partido Social-Democrata, verificando a impossibilidade de perseguir simultaneamente as três prioridades do modelo aqui seguido (*office-seeking*, *policy-seeking* e *vote-seeking*) optou, por oposição ao que ocorrera anteriormente (este tinha participado em todos os governos no período pós 2º Guerra Mundial) priorizar o vértice *vote-seeking*. Uma das razões apresentadas fundamenta-se num fator de natureza conjuntural. O SPÖ possuía a expectativa que a sua economia iria piorar, podendo eventualmente entrar num ciclo recessivo. Prevendo tal acontecimento, o partido optou por ausentar-se de responsabilidades governativas que prejudicariam, provavelmente, o seu desempenho eleitoral futuro (Muller, 1999). Assim sendo, um fator de natureza conjuntural (ciclo económico desfavorável) influenciou os objetivos a perseguir pelo partido, priorizando o desempenho eleitoral, adiando as suas preocupações relativas à influência política e à conquista do executivo.

Após a descrição mais pormenorizada e extensa realizada torna-se útil referir resumidamente as ideias centrais expostas acima e que irão servir de base às análises seguintes. Assim sendo, os agentes políticos relevantes perseguem, em maior ou menor grau, três objetivos distintos, nomeadamente a conquista do executivo (*office-seeking*), influenciar o desenho das políticas públicas (*policy-seeking*) e maximizar os resultados eleitorais (*vote-seeking*). No entanto, verifica-se a existência de dinâmicas de *trade-off* entre os três objetivos referidos, sendo que a maioria das ações aproximam o agente da realização de determinado objetivo em detrimento de outro. Dada tal realidade, estabeleceu-se um modelo teórico de análise denominado de “Dinâmica triangular da ação política”. Por último, determinados fatores ajudam a explicar quais as razões pelas quais determinado agentes políticos priorizam um dos três objetivos identificados. Esses fatores podem ser divididos em três categorias distintas: institucionais, organizacionais e conjunturais. Os primeiros albergam todos aqueles que formam as regras e o contexto pelos quais os partidos interagem. Por sua vez, os fatores organizacionais referem-se a tudo aquilo que se relaciona diretamente com a vida interna do partido ou que provém deste. Por último, os fatores conjunturais incluem todos aqueles que possuem uma localização temporal e espacial específica, explicando mais eficazmente a mudança do que a manutenção de determinadas dinâmicas.

II - O Caso Português

Procurando responder, fundamentalmente, a uma das questões que guia este trabalho - quais as razões que explicam a ausência de acordos governativos entre o PS e os restantes partidos da esquerda radical portuguesa com representação parlamentar até ao ano de 2015 - ir-se-á de seguida aplicar algumas das bases teóricas presentes na literatura relacionada e descrita em cima ao caso português. Tal exercício é realizado, de forma geral, tendo por referência um período de 39 anos – entre 1976 (data das primeiras eleições legislativas) e 2015 – sendo necessário perceber que alguns dos fatores aqui referidos sofreram algumas alterações no período referido, nomeadamente após o término da Guerra Fria procurando-se, sempre que possível, explicitar tais alterações.

Como já referido anteriormente, e numa forma simplificada de classificação, os partidos poderão possuir uma agenda *office-seeking*, *policy-seeking* ou *vote-seeking*. A realidade, nunca sendo tão simples e esquemática, demonstra que os partidos misturam sempre, em diferentes proporções, os três objetivos. A forma como cada partido gere estes objetivos e prioridades é influenciada por diversos fatores, tendo-se conjugado os mesmos em três grupos: fatores institucionais, organizacionais e conjunturais. Partindo destes fatores, ir-se-á de seguida analisar a realidade portuguesa tentando compreender a forma como os mesmos influenciaram as decisões dos partidos e as suas prioridades, tendo como consequência o não acordo entre os partidos em causa.

II.1 - Fatores institucionais

Os diferentes fatores institucionais, dado não terem sofrido alterações claras no período em análise, explicarão potencialmente melhor as tendências que se verificaram até ao ano de 2015, ou seja, a ausência de acordos de cooperação entre os diferentes partidos da esquerda com representação parlamentar.

Um fator importante para a explicação das dinâmicas partidárias durante o período democrático é a forma como ocorreu a transição (revolução) do regime do Estado Novo para a democracia. Todo este processo inicial de transição, com término na aprovação da nova Constituição em abril de 1976, ficou marcado por uma forte inflexão esquerdista no panorama político português, facilmente verificável nas nomenclaturas partidárias, nos programas de governo dos partidos no período em causa, entre outros. Este enviesamento político permitiu a realização de vários dos objetivos políticos do PCP, da sua “luta antimonopolista” (Freire, 2012: 123), fixando muitos dos mesmos na Constituição Portuguesa. Apesar das revisões de

1982 e 1989 terem procurado moderar o carácter socialista dessa mesma constituição, a mesma mantém um carácter bastante progressista. Assim sendo, o PCP teria um menor incentivo de possuir uma estratégia claramente *office-seeking* no sistema democrático liberal existente para implementar algumas das medidas e visões que desejava, pois estas já se encontravam presentes sendo então essencial defendê-las.

A revolução e todo o processo de transição que ocorreu originaram outros constrangimentos à cooperação entre os partidos da esquerda portuguesa, nomeadamente ao nível das elites. As pretensões proto-hegemónicas de conquista do poder por via extra-eleitoral por parte do PCP (encarado assim pelos dirigentes do PS, não interessando para o caso se tal é ou não verdadeiro) assombrou algumas elites partidárias do Partido Socialista relativamente a entendimentos à sua esquerda. É exatamente esse o caso ocorrido no ano de 1987, quando Mário Soares, Presidente da República e figura destacada e carismática do PS, rejeita a possibilidade de um governo minoritário PS/PRD com o apoio parlamentar do PCP. Este é apenas um exemplo que demonstra o desconforto entre ambas as elites (PS e PCP) relativamente a determinados acordos potencialmente possíveis, sendo tal incómodo justificado pelo confronto intenso entre ambos os partidos durante o “Verão Quente”³.

Ultrapassando as questões ligadas à transição de regime, outras de natureza institucional explicam a ausência de incentivo à cooperação. O sistema constitucional português incentiva a composição de governos minoritários, dada não ser necessária a aprovação direta do programa de governo; o mesmo não pode apenas ser rejeitado por uma maioria absoluta. Tal permite o estabelecimento de governos minoritários que procurarão acordos pontuais no parlamento. O mesmo sistema constitucional permite moções de censura não construtivas, permitindo que qualquer partido que se encontre na oposição utilize este instrumento, com potencial de demitir o governo, sem que seja necessário apresentar uma alternativa de poder estável. Tal possibilidade diminui, novamente, o incentivo à cooperação.

Relativamente ao sistema eleitoral, o mesmo não promove a cooperação entre partidos ideologicamente compatíveis, como acontece, a título de exemplo, no sistema de eleições legislativas francês a duas voltas. Por um lado, existe um elevado número de círculos eleitorais em Portugal com magnitude reduzida, nos quais os pequenos partidos possuem grandes dificuldades em afirmar-se. No lado oposto, outros círculos eleitorais existem com

³ A expressão “Verão Quente”, comumente utilizada na historiografia, refere-se ao período aproximado de oito meses - entre 11 de março e 25 de novembro de 1975, datas em que sucederam tentativas ou efetivos golpes militares/de Estado – em que a crise política e social se agudizou em Portugal.

magnitude média elevada, principalmente no litoral e em círculos com centros urbanos consideráveis, que permitem aos partidos mais pequenos eleger um número de deputados suficiente para formar uma bancada parlamentar. Esta realidade oferece incentivos reduzidos à cooperação entre partidos.

Um último fator de natureza institucional relevante para explicar o comportamento partidário no caso português diz respeito ao sistema partidário, à sua fragmentação e às considerações estratégicas que daí decorrem. Em comparação com a realidade europeia, o sistema partidário português apresenta um comportamento bastante estável, sendo pouco fragmentado. No entanto, no espectro político que se encontra à esquerda do Partido Socialista, o sistema partidário português possui atualmente dois partidos: BE e PCP. Esta fragmentação atual na esquerda radical apresenta um constrangimento à ação dos dois partidos. Caso apenas um opte por atribuir maior valor à prioridade *office-seeking*, seja através da participação em governo ou acordo parlamentar, o partido que não opte por essa abordagem poderá monopolizar a ação de oposição e protesto naquela área ideológica. Como indicado por alguns estudos, a passagem pelo governo, que atribui responsabilidades políticas aos partidos que o formam e/ou apoiam, costuma possuir consequências eleitorais negativas para esses mesmos agentes, sendo por isso potencialmente benéfico o papel de monopolização do protesto. Com o objetivo de exemplificar o referido, Rose e Mackie (1983) apuraram que 66% dos partidos que estão no governo perdem votos após a passagem pelo mesmo, sendo que apenas em 5% dos casos se pode verificar uma melhoria do desempenho eleitoral de todos os partidos que participavam na coligação governativa. No mesmo sentido, Muller e Strom (2000), ao analisarem os resultados de 277 coligações governativas, verificaram que apenas em 33% dos casos as mesmas coligações conseguiram vencer as eleições seguintes. Este efeito eleitoral negativo da assunção de responsabilidades políticas poderá, portanto, explicar a opção pela monopolização da função do protesto na arena parlamentar na sua área política. No entanto, fica por provar que o papel de protesto é eleitoralmente benéfico, como demonstraram as eleições legislativas de 2011 relativamente ao BE. Nestas eleições, o partido em causa perdeu metade dos deputados que constituíam a sua bancada parlamentar após manter o seu papel de protesto e oposição, sendo de algum modo apontado como corresponsável pela queda do governo socialista. Possivelmente, tal postura não correspondeu aos desejos de uma proporção importante do seu eleitorado tendo obtido, conseqüentemente, um resultado eleitoral negativo. O que parece garantido, no entanto, é o aumento da dificuldade de

cooperação entre os partidos de esquerda dado o espaço político da esquerda radical ser ocupado por dois partidos distintos⁴.

II.2 - Fatores organizacionais

Os fatores organizacionais que poderão ajudar a explicar, em maior ou menor medida, os comportamentos dos partidos de esquerda em Portugal são imensos. De seguida, nomear-se-á aqueles que, no nosso entender, possuem uma maior relevância e poder explicativo.

As bases teóricas apresentadas anteriormente, nomeadamente a tipologia de partidos descrita, oferece-nos pistas bastante úteis relativamente aos fatores que devem ser observados com o objetivo de explicar o comportamento dos partidos.

II.2.1 - Organização partidária

Tendo em atenção o critério relativamente à organização partidária podemos distinguir os três partidos da esquerda. O PCP possui uma organização bastante forte, com uma robusta implementação territorial, social e sindical. É o partido em Portugal que apresenta uma maior estabilidade eleitoral (ainda que essa estabilidade apresente intervalos distintos, com a queda do Muro de Berlim e o término da Guerra Fria a constituírem-se como um ponto de viragem), bem como aquele que apresenta um rácio mais elevado entre número de filiados e votantes: para o período de 1975-2009, o rácio médio do PCP foi de 22%, CDS-PP - 6,1%, PSD – 4,5%, PS – 4,2%, BE – 1,36% (Freire, 2012: 182). Estas características permitem compreender algumas das ações passadas e indiciam possíveis quadros de ações futuras. Num primeiro plano, o PCP nunca permitiu um relaxamento da sua prioridade *policy-seeking* que envolvesse qualquer medida que não melhorasse a situação da sua principal base de apoio, nomeadamente a classe operária ou, procurando ser mais abrangente, a classe trabalhadora. Procurou durante este período defender (e é expectável que continue a fazê-lo) os direitos já conquistados desta classe, rejeitando toda e qualquer medida que, na perceção do partido, prejudique a mesma. Apesar disso, a militância forte que se verifica permitiu e certamente

⁴ Apesar de não se apresentar como fator relevante na explicação da ausência de cooperação entre os partidos de esquerda no período 1976-2015, é importante assinalar a existência de um fator institucional que incentiva a cooperação, tendo a mesma já ocorrido: o sistema de maioria absoluta a duas voltas presente na eleição do Presidente da República. Essa forma de eleição, em conjunto com o caráter personalizado da mesma, permitiu a cooperação, em diferentes ocasiões, entre o PS e os seus parceiros da esquerda radical (BE e PCP).

permitirá mudanças estratégias relevantes, dado o facto de a sua base de apoio ser bastante estável, o que indicia que o partido e os seus militantes são fracamente influenciados por questões conjunturais ou de curto-prazo.

Em comparação, o Partido Socialista não possui uma organização tão forte como o PCP, possuindo ainda assim alguma ancoragem social e sindical, principalmente através da central sindical UGT. Seguindo esta tendência, a base eleitoral do PS é também mais volátil e menos militante, possuindo um rácio médio entre filiados e votantes de 4,2%. Sendo o seu apoio mais volátil e atribuindo grande importância ao objetivo *office-seeking*, o PS adota uma visão tendencialmente de curto/médio prazo, de conquista de poder, preocupando-se consideravelmente com o vértice *vote-seeking*. Com estes objetivos em mente, e tentando captar eleitorado bastante heterogéneo que vagueia no centro do espectro político (entre PS e PSD), é facilmente compreensível que o Partido Socialista procurasse afastar-se daquilo que era considerado socialmente como as franjas radicais do sistema político, com exigências anti-sistema, ou seja, do PCP. Não possuindo uma base de apoio tão estável como o PCP, o PS não quereria sujeitar-se a acordos que, na perceção social e mediática, o radicalizariam, podendo originar fortes perdas eleitorais.

Por último, o BE é aquele que apresenta uma estrutura organizacional mais fraca, representando aquilo que na literatura se designa por “partido-movimento”. Nos próprios estatutos, revistos pela última vez na sua X Convenção, o BE apresenta-se como “um movimento político de cidadãos e cidadãs que a assume a forma legal de partido político” (Bloco de Esquerda, 2016a, p. 1). Possui uma fraca implementação territorial e social, sendo que as suas ligações com a sociedade civil ocorrem através da presença de dirigentes e ativistas das suas fileiras em organizações não-governamentais (ONG) e movimentos sociais, com menor poder de mobilização do que outras estruturas, nomeadamente os sindicatos. Possui o rácio mais reduzido entre filiados e votantes, o que indica que é mais propenso do que qualquer outro partido a variações eleitorais e a escolhas estratégicas, sendo por isso aquele que, potencialmente, seguirá melhor as preferências dos seus potenciais eleitores. Assim sendo, e se a história nos revela algo, existe uma proporção clara de eleitores potenciais do BE que procura o afastamento do partido da sua postura de oposição pura, de protesto, que ficou explícito nas eleições legislativas de 2011 onde, após ter apoiado o derrube do governo socialista e não ter reunido com os representantes das entidades internacionais responsáveis pela elaboração de um plano de ajuda externa, perdeu metade da sua bancada parlamentar. Tal permite perspetivar que o BE, sempre que a correlação de forças no parlamento permita afastar um governo ideologicamente de direita, não rejeite, em princípio,

a cooperação com os partidos de esquerda com assento parlamentar. Dito isto, é importante lembrar que, apesar de uma parte importante do eleitorado potencial do partido encarar positivamente convergências na esquerda política, não deseja que tal seja feita à custa de um relaxamento excessivo do vértice *policy-seeking* (como seria potencialmente o caso em 2011). Caso tal acontecesse, poderiam suceder-se dois eventos: uma perda eleitoral maior do que aquela que ocorreu em 2011, eliminando eventualmente a razão de ser do BE; e a transferência desse eleitorado para o partido que, não relaxando a prioridade *policy-seeking*, monopolizara o espaço do protesto, nomeadamente o PCP. Assim, dadas as dinâmicas contraditórias demonstradas (eleitorado potencial que procura convergências de esquerda *versus* perdas eleitorais caso tal convergência seja feita a qualquer custo, sendo benéfico o papel de protesto nesses casos), impõe-se ao BE um equilíbrio difícil de alcançar em determinados períodos, nomeadamente a abertura a convergências à sua esquerda, mas sem se submeter totalmente ao maior partido na área política das esquerdas (PS). Estas dinâmicas não se apresentam igualmente importantes no caso do PCP, pois a volatilidade, a lealdade e as preferências do seu eleitorado são consideravelmente distintas. Algumas dessas dinâmicas foram demonstradas acima, sendo que outras serão aprofundadas no decorrer deste trabalho.

II.2.2 - Posições programáticas

Refletindo agora sobre o segundo critério da tipologia descrita acima poder-se-á classificar o PCP como o partido que possui as posições programáticas mais estruturadas e ancoradas numa filosofia política clara. Classificado como um partido “comunista conservador” (March, 2011), defensor de uma matriz ideológica marxista-leninista, o PCP detém uma visão de longo-prazo com objetivos revolucionários e sistémicos, possuindo “uma profunda convicção que o socialismo e o comunismo são o futuro da humanidade” (Almeida, 2017). Esta sua qualidade revolucionária, por oposição a uma postura reformista, será eventualmente corresponsável pela relutância do partido em flexibilizar o seu vértice *policy-seeking* em favorecimento de uma maior influência governativa formal ou de um melhoramento dos seus resultados eleitorais. A sua ação realiza-se objetivando não o curto prazo, típico da atividade política, mas o médio e longo prazo. Por outro lado, as atitudes pragmáticas que o partido tem apresentado em várias circunstâncias ao longo do período democrático – apoio a candidatos de eleições presidenciais em conjunto com outros partidos, coligações em terreno autárquico com partidos ideologicamente distantes, entre outras – sugere que tal matriz de pensamento poderá constituir não um constrangimento à cooperação,

mas antes um fator incentivador: possuindo posições bem estruturadas, tanto no discurso como nos seus programas, a cooperação com outros partidos não desencadeará uma diluição da sua identidade com potenciais perdas eleitorais, problema esse que se coloca com maior acuidade aos partidos com posições ideológicas menos definidas.

Relativamente ao Partido Socialista, este possui posições políticas programáticas menos estruturadas, mais flexíveis, típicas de um partido “catch-all”⁵. Procura principalmente maximizar o número de votos com prioridade clara pelo vértice *office-seeking*, buscando captar um número considerável de eleitores que vagueia pelo centro do espectro político – no período 1978-2009, numa escala unidimensional esquerda-direita de 0 a 10, a posição média do eleitorado vagueou entre 5,2 e 5,9 (Freire, 2012: 196). Reforçando esta lógica, dados de 2015 demonstram que 42% dos portugueses posicionam-se de forma centrista, ou seja, entre os valores “4” e “6” da escala referida (Lobo, 2018). Tal permite perceber a relutância do partido em adotar princípios que entrem em confronto com as posições políticas do eleitor médio, procurando sempre a moderação.

Por último, o BE, como “partido-movimento” da esquerda libertária (Lisi, 2009) (Freire, 2005), possui uma orientação política mais ideológica que o PS, ainda que ancorada em filosofias políticas mais diversas e heterogéneas comparativamente ao PCP. Possui uma agenda programática que percorre temas socioeconómicos clássicos, mas adotou também a defesa clara de valores pós-materialistas assentes no espírito do movimento de maio de 1968, o que lhe permitiu inserir na agenda política novas temáticas (democracia participativa, interrupção voluntária da gravidez, eutanásia, direitos das minorias, feminismo, defesa dos estilos de vida alternativos, entre outros) que mais facilmente adquiriam o apoio do PS do que do PCP. Deter uma agenda programática mais flexível indicaria, potencialmente, uma maior facilidade de aproximação e cooperação com os dois outros partidos de esquerda em Portugal. No entanto, esse espectro mais alargado de convicções políticas abarca correntes distintas que atribuem diferentes prioridades ao vértice *office-seeking*, ficando tal plasmado na saída de alguns dirigentes relevantes do partido, tais como Ana Drago e Daniel Oliveira, que criticaram a posição do BE relativamente à disponibilidade insuficiente de convergência política com outras forças de esquerda. Pelo menos até aos acordos governativos de 2015, o BE adotara uma posição semelhante àquela assumida pelo PCP relativamente a compromissos governativos.

⁵ A definição do conceito encontra-se na nota nº 1.

Para terminar este raciocínio, é importante analisar a perceção dos eleitores relativamente à posição ideológica dos partidos numa escala unidimensional esquerda-direita. Analisando os dados, Freire (2017: 201) chega a duas conclusões que vale a pena assinalar neste contexto: 1º) não é possível afirmar que, na perceção dos eleitores, um dos partidos de esquerda radical (PCP ou BE) se encontre mais próximo ideologicamente do PS; 2º) no período 1978 - 2008 o PS encontrava-se ideologicamente mais próximo do principal partido à sua direita (PSD) do que dos partidos à sua esquerda (BE e PCP), sendo que a partir de 2008 até ao último ano em análise (2015) esse cenário se inverteu. Tais dados encontram-se em concordância com a realidade governativa e cooperativa entre partidos até ao ano de 2008, sendo que a partir desta data apenas se poderá avizinhar alguma dificuldade em explicar a falta de cooperação entre a esquerda no período 2009-2011.

II.2.3 - Estratégias partidárias e normas comportamentais

Analisando agora os partidos à luz do terceiro critério da tipologia apresentada, poder-se-á afirmar que o PCP, sendo um “partido de massas leninista”, procura obter posições hegemónicas no sistema político de forma a executar mudanças radicais na sociedade. Dada a sua posição crítica relativamente à democracia liberal/burguesa e a defesa de uma democracia avançada para o futuro (Sousa, 2017a), compreende o seu poder real não como uma tradução direta da sua representação eleitoral (parlamentar e autárquica), mas atribuindo grande relevância à sua implementação social, em organizações com elevado poder de mobilização. Tal interpretação do “poder” por parte do PCP, mesmo que reconhecido pelos seus potenciais parceiros na esquerda portuguesa, em conjunto com as desejadas mudanças estruturais a longo prazo, poderá ajudar a explicar as exigências maximalistas que o partido realiza para que possíveis acordos políticos sejam possíveis, sendo que tal comportamento tende a dificultar a cooperação. Esta dinâmica tem facilitado a aproximação do PS relativamente ao principal partido de direita (PSD), sendo que o primeiro necessita de realizar menos cedências, tanto ao nível quantitativo como qualitativo, para que o segundo (PSD) o apoie, se compararmos em relação às cedências que teria que realizar para que o PCP tivesse tal papel.

Relativamente ao Partido Socialista, este aceita de forma clara a democracia liberal e representativa, encarando o seu poder real como aquele que se encontra plasmado no Parlamento e agindo consoante esse critério. Possuindo uma visão tolerante face a outras mundivisões, tal fator não representa, de todo, um entrave potencial a negociações políticas. O mesmo acontece com o BE que, sendo um “partido-movimento” de esquerda libertária,

aceita a democracia liberal e representativa, sendo tolerante face a outros quadros de pensamento. Apesar de procurar implementar outras ferramentas de participação democrática mais direta, participativa, entende o seu poder como a tradução da representação que conquistou através do voto eleitoral.

II.2.4 - Natureza do eleitorado-alvo/base de apoio eleitoral

No que concerne à natureza e amplitude do eleitorado a que o partido se dirige e cujos interesses clama defender, o PCP será aquele que possui uma base de apoio mais homogénea, nomeadamente indivíduos socioeconomicamente desfavorecidos, dado o seu suporte eleitoral ser constituído fortemente por eleitores com um grau de instrução que não ultrapassa o ensino básico, numa proporção bastante maior do que nos seus parceiros de esquerda (Freire, 2012: 192). Apesar de historicamente apelar à classe operária, poder-se-á afirmar que esta, no estágio atual do sistema produtivo, representará todos os indivíduos socioeconomicamente desfavorecidos, sejam os mesmos operários, trabalhadores do setor dos serviços, pensionistas, precários, patrões proletarizados, etc. Dado possuírem um grupo-alvo eleitoral bem definido, tal permite perspetivar quais as medidas de política pública que o partido, em sede de negociação, priorizará ou rejeitará totalmente. Tal facto facilitará a definição da agenda de negociação, mas não a negociação em si mesmo, pois possuindo uma base de apoio considerável que apresenta condições materiais reduzidas, não permitirá cedências nessas temáticas.

O BE, por sua vez, apresenta-se numa posição intermédia. Este possui uma base eleitoral mais heterogénea, refletindo a sua base programática assente em assuntos clássicos socioeconómicos, mas também em valores pós-materialistas, como já foi referido. Sendo classificado como um “partido-movimento” da esquerda libertária, o seu eleitorado tende a encontrar-se unido através de um “consenso negativo” na oposição ao capitalismo, na defesa de uma plataforma libertária e participativa (Gunther & Diamond, 2003). Em comparação com o PCP, partido com que disputa um espaço político semelhante, a sua base de apoio possui um maior nível de educação formal, com uma proporção significativa de eleitores com o ensino superior, bem como uma preponderância maior da geração mais jovem (Lisi, 2009). Tal base de apoio mais heterogénea e socioeconomicamente menos desfavorecida (tendo em atenção ao nível de educação formal) poderá permitir ao BE, em determinados contextos, marcar a agenda política em torno de temas assentes em valores pós-materialistas, dada essa menor necessidade material imediata. Esta lógica é confirmada pela perceção que os eleitores

de ambos os partidos (PCP e BE) possuem sobre si próprios, quando questionados relativamente à classe social que se incluiriam. Analisando os dados obtidos num inquérito pós-eleições legislativas de 2015⁶, verifica-se que 62% dos eleitores do BE identificam-se como pertencentes a uma classe baixa ou média baixa; no caso do PCP a proporção é de 78% e, relativamente ao PS, obteve-se um resultado de 70%. Analisando inversamente, 37% dos votantes do BE identificaram-se como classe média ou média alta; no caso do PCP a proporção é de 21%, no PS, de 29%. Tais dados de auto-perceção do eleitorado de esquerda, nomeadamente dos eleitores do BE, confirma a menor necessidade material dos mesmos, permitindo ou incentivando o partido, em determinados períodos, a centrar o debate político em temas não materialistas. Independentemente da sua motivação, o BE já adotou tal estratégia política em vários momentos, sendo exemplos dessa opção os períodos em que o agente em causa procurou concentrar a atenção mediática em temáticas fraturantes na sociedade portuguesa, como a interrupção voluntária da gravidez, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção por casais homossexuais ou a eutanásia.

O Partido Socialista, por sua vez, e refletindo a sua natureza de partido “catch-all” ou eleitoralista, é aquele que apresenta uma base social de apoio mais heterogénea, tanto ao nível socioeconómico como ideológico. Dada esta sua natureza, é compreensível que apresente uma maior flexibilidade na negociação política desde que tais cedências e acordos não prejudiquem nenhum dos dois vértices consideravelmente importantes neste género de partidos: *office-seeking* e *vote-seeking*. Assim sendo, e como já referido anteriormente, na procura da conquista do eleitor médio, o PS poderá não estar disposto a ceder ligeiramente aos partidos da esquerda radical se tal for percecionado como um abandono de uma posição moderada e uma radicalização do partido que coloque em risco o desempenho eleitoral do mesmo. Esta opção do Partido Socialista poderá também ser explicada pelo facto de o género de políticas pretendidas pelos partidos de esquerda radical desencadear, previsivelmente, a oposição de setores sociais relevantes (neste caso, de determinados setores empresariais, financeiros, entre outros) com capacidade de influenciar negativamente as possibilidades de perseguir com sucesso os vértices *office-seeking* e *vote-seeking*, sendo os mesmos prioritários para o PS.

⁶ O inquérito pós-eleitoral que acima se menciona foi realizado pelo ICS, em colaboração com a empresa GFK, no âmbito do programa de investigação “Infraestrutura das Atitudes Sociais e Políticas dos Portugueses” (IASPP), projeto *Portuguese Electoral Study*. Disponibiliza-se no Anexo A os dados em que se baseia a análise executada.

II.2.5 - Mecanismos decisórios

Para terminar a análise no que concerne aos fatores organizacionais, o último critério envolve as dinâmicas de tomada de decisão dos partidos. Iniciando a análise pelo PCP, este partido opera através do “desenvolvimento criativo do centralismo democrático” procurando assegurar uma “profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direção central” (Partido Comunista Português, 2013: 95). Devido à manutenção geral de um modelo criado e adequado a um contexto totalmente distinto (repressão, autoritarismo, necessidade de secretismo e de grande disciplina) o partido é reconhecido, por militantes presentes e passados, por uma considerável centralização das decisões, o que possui o potencial de afastar a vontade das elites políticas dos seus eleitores – na verdade, parece ser este o caso, sendo que dados de 2008 revelam uma posição bem mais centrista dos eleitores do partido em comparação com os seus deputados⁷ (≈ 3 vs $\approx 0,4$) (Freire, 2012: 197). Tais mecanismos de centralização das decisões em conjunto com um considerável número de quadros, bem como dos três diferentes líderes do partido no período democrático, com experiência partidária na clandestinidade, ajudam a explicar a manutenção da ortodoxia do partido e a sua fraca abertura às tendências de mudança instigadas pelo eurocomunismo ou a Perestroika. A manutenção deste caminho político por parte do PCP é visível em vários eventos, sendo exemplo as três vagas de dissidência. As primeiras duas vagas (ocorridas entre a década de 80 e 90 do séc. XX), que possuíram mais semelhanças entre si do que com a terceira e última vaga (que teve lugar no início do século), apresentavam como principais temas de confrontação com o partido a ausência de democracia interna, a necessidade de uma discussão crítica relativa à crise do comunismo na URSS e no leste europeu e ao seu desaparecimento, após 1989-1991, a efetiva normalização democrática do partido e uma revisão relativa à política de alianças. Neste período, verificou-se também, num primeiro instante, um claro apoio do partido à tentativa de golpe de Estado que se encontrava em curso na URSS pela ala ortodoxa e que possuía como objetivo depor Gorbachev e reverter o percurso da Perestroika. Por último, a terceira vaga de dissidência reforça o argumento aqui presente, sendo que ocorre no período de reversão (com início em 2000) do processo “Novo Impulso”. Este processo, assim conhecido devido ao título da comunicação do Comité Central que o iniciara – “Por um novo impulso (...)” - procurava a flexibilização do centralismo democrático, um rejuvenescimento e renovação da organização do partido e uma nova visão, mais tolerante,

⁷ As posições referidas baseiam-se nas respostas dos eleitores e deputados aquando questionados onde se posicionariam numa escala de 0 a 10, onde 0 significa esquerda e 10 significa direita.

relativamente às políticas de alianças (Partido Comunista Português, 1998). No entanto, este processo sofrera um refluxo, possuindo como fim simbólico o ano de 2004, com a eleição para novo secretário-geral do partido Jerónimo de Sousa, pertencente à ala ortodoxa do partido (Freire, 2012: 155). Tal retrocesso na renovação do partido foi responsável pela terceira vaga de dissidência, onde os temas conflituantes se baseavam na democracia interna do partido e numa identidade comunista renovada. Todos estes eventos, podendo referir-se ainda outros, demonstram a fraca abertura do partido relativamente às novas tendências da sua área política, mantendo uma ortodoxia que terá dificultado possíveis acordos com os parceiros mais próximos – na verdade, os partidos comunistas europeus que se reformaram ideologicamente (“comunistas reformadores”), como é o caso dos partidos comunistas espanhol, francês, italiano ou cipriota, experimentaram diferentes géneros de acordos de governo, por oposição ao que ocorreu em Portugal até 2015 (March, 2012).

O BE, em comparação ao que foi afirmado relativamente ao PCP, apresenta dinâmicas de tomada de decisão aparente ou realmente opostas. Apresentando comportamentos de um “partido-movimento”, este conferiu inicialmente uma grande importância à participação extensa dos seus militantes, de forma democrática e descentralizada. A adoção destas estruturas é um resultado expectável devido a diversos fatores: dissidentes do PCP, críticos da reduzida democracia interna do mesmo, que auxiliaram a fundação deste novo partido; várias tendências distintas que necessitavam de trabalhar em conjunto; crítica generalizada das experiências comunistas da URSS e da China; junção da herança comunista com os valores de um esquerdismo não-marxista plasmado nos valores de maio de 1968; entre outros. Inclusivamente, até ao ano de 2005, o partido possuía uma estrutura dirigente poliárquica, sem a existência de um líder formal. Tais mecanismos de tomada de decisão detêm o potencial de aproximar as orientações dos seus militantes e eleitores da sua elite política. Apesar de tal potencial, na prática ainda existe (dados de 2008) um *gap* considerável entre o posicionamento dos seus eleitores e deputados ($\approx 2,6$ vs $\approx 0,8$). Esta discordância entre possibilidades teóricas e realidade poderá encontrar uma explicação parcial nas acusações feitas de determinadas derivas oligárquicas na organização do partido, de rotinização de procedimentos internos e ausência de informação à maioria dos membros de base (Lisi, 2011). Na verdade, a partir de 2005, ano que o partido mais do que duplicou a sua bancada parlamentar (passou de 3 para 8 deputados), foram empreendidas reformas organizacionais que aproximaram o BE do perfil dos restantes partidos com assento parlamentar. A criação de um órgão executivo central e uma maior verticalização das relações entre os órgãos nacionais

e locais do partido foram apenas duas das reformas que promoveram a institucionalização e centralização do partido (Freire, 2012: 181).

Por último, o Partido Socialista acompanha as dinâmicas que caracterizam o seu género de partidos (*catch-all*), os quais atribuem um grande ênfase e liberdade de ação ao seu líder e à elite de topo. Possuindo muitos destes partidos várias tendências no seu interior, o líder partidário apresenta normalmente um papel proeminente, sendo responsabilizado (positiva ou negativamente) pelos desempenhos eleitorais, verificando-se uma rotatividade na liderança bastante superior àquela observada nos outros dois partidos referidos. Dada a sua natureza de partido *catch-all* e consequente procura do eleitorado que vagueia pelo centro do espectro político, é expectável que as posições ideológicas entre a sua base de apoio e a sua elite sejam próximas – tal possibilidade teórica corresponde à realidade, sendo que dados de 2008 mostram tal aproximação: $\approx 3,5$ vs $\approx 4,1$ (Freire, 2012: 197). Assim sendo, e dado o papel proeminente do líder, parte da explicação pela rejeição ou aceitação de diferentes acordos governativos passará pela vontade expressa do líder e da elite partidária e, como já referido anteriormente, a elite política deste partido possui ideias não muito favoráveis a acordos com o(s) seu(s) parceiro(s) à esquerda, devido a cálculos eleitorais e a determinados preconceitos (verdadeiros ou simplesmente percecionados) criados no período de transição de regime.

II.3- Fatores conjunturais

Em 13 eleições legislativas no período democrático, entre 1976 e 2011, o total da esquerda (PS, PCP/CDU/APU e BE) obteve uma maioria parlamentar em seis ocasiões. Dessas seis ocasiões, em apenas uma (2005), o Partido Socialista conseguiu alcançar isoladamente uma maioria absoluta parlamentar. Nas restantes cinco ocasiões o PS dependeu do apoio dos partidos à sua direita para governar, apoio concedido através de acordos governativos ou de incidência parlamentar mais ou menos formais. Nestas cinco ocasiões em que poderia ter sido constituído um governo de esquerda plural existiram, certamente, razões de natureza conjuntural, associadas às já referidas anteriormente (institucionais e organizacionais) que contribuíram para que tal não fosse possível. A análise dessas razões possui, decerto, interesse académico e político. No entanto, tal exercício não será aqui executado fundamentalmente por uma razão: tendo existido cinco ocasiões claras de possíveis acordos governativos ou de incidência parlamentar mais ou menos formais entre a esquerda, e não tendo os mesmos surgido, tal explicar-se-á essencialmente por fatores presentes em todos

os períodos, ou seja, fatores de natureza institucional e organizacional; sendo os fatores conjunturais limitados no tempo, os mesmos explicarão sempre melhor a mudança e não a manutenção de determinadas tendências.

Concluindo este capítulo, pôde verificar-se a existência de fatores de natureza institucional e organizacional que ajudam a explicar a ausência de cooperação governativa entre os partidos de esquerda no período em análise. Relativamente aos fatores institucionais poder-se-á, possivelmente, assinalar duas ideias principais: 1) as dinâmicas consequentes do processo de transição do Estado Novo para o regime democrático contemporâneo revelaram-se dificultadores do estabelecimento de acordos de cooperação governativa entre os agentes em análise, principalmente entre o PCP e PS, e 2) a fragmentação do sistema partidário à esquerda do PS, nomeadamente o BE e o PCP, dificultou o estabelecimento de dinâmicas cooperativas dadas as consequências ao nível estratégico que tal segmentação implicara. Em relação aos fatores organizacionais, poderão ser referidas outras duas ideias igualmente relevantes para explicar a ausência de dinâmicas cooperativas. A primeira baseia-se na distância ideológica que separa o PS dos seus atuais parceiros (BE e PCP), sendo que esta, no período 1978-2008, era maior do que aquela que separava o Partido Socialista do PSD. Assim, o estabelecimento de acordos mais ou menos formais com o PSD implicaria menores cedências tanto ao nível quantitativo como qualitativo. Reforçando tal situação, observa-se da parte do Partido Socialista a intenção de evitar qualquer reação de oposição de determinados setores sociais (setores empresariais, interesses financeiros, entre outros) que poderiam colocar em causa a realização dos seus objetivos, nomeadamente a conquista do executivo. Tal oposição provavelmente verificar-se-ia caso fossem estabelecidas dinâmicas cooperativas entre o PS e os partidos à sua esquerda dadas as políticas subjacentes que sustentariam tal cooperação.

III - Governo de esquerda plural em Portugal – 2015

No ano de 2015 constituiu-se o primeiro governo de esquerdas plural em Portugal, sendo encarado como um facto imprevisível e que muitos indivíduos, com mais ou menos poder político, com mais ou menos *expertise* académica, não consideravam provável. Apesar da novidade que representa no caso português, tais experiências de cooperação com os partidos de esquerda radical são relativamente usuais na Europa, com 25 experiências em 14 países no período pós-1989, ou seja, após queda do Muro de Berlim. É importante realçar, no entanto, que tais experiências apenas se tornam vulgares na Europa pós-1989, sendo que durante o período da Guerra Fria (1947-1989) a esquerda radical apenas se integrou em diferentes acordos governativos por dez vezes em três países distintos – Finlândia, França e Islândia.

Previamente foram analisados os fatores de natureza institucional e organizacional que ajudavam a explicar a ausência de cooperação entre os diferentes partidos de esquerda. De seguida, e com o auxílio do que já foi até ao momento apresentado, discute-se se alguns dos fatores nomeados sofreram nos últimos anos algum género de transformação que ajude a explicar a mudança verificada no cenário político português. Além desses fatores, de natureza institucional e organizacional, procurar-se-á também apurar a existência de fatores conjunturais que tenham contribuído para a mudança verificada.

III.1 - Fatores institucionais

Os fatores institucionais referidos anteriormente mantêm-se essencialmente inalterados, sendo que a influência que exercem é, portanto, idêntica à que ocorreu ao longo de todo o período democrático. Ainda assim, uma característica potencialmente importante foi-se alterando, podendo eventualmente facilitar a obtenção de acordos.

Como referido, o processo de transição para a democracia suscitou constrangimentos à cooperação entre o PS e o PCP ao nível das suas elites, principalmente ao primeiro. Tal devia-se à perceção que a elite do PS adquirira relativamente às intenções e comportamentos do PCP, que teria procurado a conquista do poder por via extra-eleitoral durante a transição. Esta dinâmica, presente nos indivíduos que vivenciaram esse período, foi potencialmente desvanecendo, não só devido aos efeitos dissipadores que o tempo possui, mas também à natural renovação das elites partidárias dos partidos em questão. Ambos apresentam atualmente, em cargos relevantes, uma percentagem cada vez maior de indivíduos que não vivenciaram tal período conflituoso, tendo a vida dos mesmos sido totalmente experienciada

em período de estabilidade democrática, não perspetivando qualquer sistema distinto desse ou qualquer forma de conquista do poder a não ser por via eleitoral. Sendo essas ideias hegemónicas não só na elite partidária, mas também na sociedade, tal poderá ter contribuído para a criação de condições psicológicas que permitissem novas experiências de cooperação.

III.2 - Fatores organizacionais

Os fatores desta natureza que foram nomeados acima, sendo que alguns deles ajudam a explicar a ausência de cooperação entre as esquerdas portuguesas na esmagadora maioria do período democrático, permanecem globalmente semelhantes, instigando nos partidos as mesmas lógicas que foram referidas. Ainda assim, alguns desses fatores em determinados partidos sofreram alterações importantes que poderão, eventualmente, ajudar a compreender a mudanças de comportamentos estratégicos ocorridas que viriam a resultar na obtenção de acordos de cooperação.

Primeiramente, no que concerne à organização partidária e à sua estruturação, sucederam algumas mudanças potencialmente importantes relativamente ao PCP. Foi referido que este partido foi o que apresentou, ao longo do período democrático, uma maior estabilidade eleitoral (com um ponto de inflexão importante ocorrido aquando o fim da União Soviética), conjugada com um rácio elevado entre filiados e votantes. Esta segunda característica (rácio) explica, em parte, a primeira (estabilidade eleitoral). No entanto, e apesar de tal continuar a ser um facto, o partido, no período mais recente (dados disponíveis até 2009) tem vindo a experienciar uma perda importante de militantes, combinado com uma diminuição do rácio referido. Relativamente ao número de militantes, o pico foi atingido em 1983, com 200 753 militantes; em 2001 o número já se encontrava em 131 mil militantes; em 2006, 80 mil militantes e, em 2009, 58 928 militantes. Por sua vez, o rácio em questão obteve os seus dois valores mais elevados no ano de 1991 (32,4 %) e 2002 (34,6%). Desde 2002, tal proporção diminuiu radicalmente, tendo nas eleições legislativas de 2009 atingido o valor de 13,2% (Freire, 2012: 182-183).

As características referidas (base eleitoral estável e elevada militância) teriam duas principais consequências, como afirmado acima: (i) permitiria mudanças estratégicas relevantes ao partido sem que isso representasse uma ameaça, a curto-prazo, de perda de eleitores; (ii) tanto o partido como os seus militantes seriam fracamente influenciados por questões conjunturais ou de curto-prazo. Dado que tais características sofreram alterações

importantes (perda de militantes e do rácio entre filiados e votantes) é expectável que as mesmas provoquem algumas mudanças na estratégia partidária.

Realizando uma análise lógica (*a priori*), a redução da proporção de votantes filiados aumenta a dimensão daqueles votantes não filiados. Estes últimos, com um nível de militância e lealdade menor para com um partido em específico, encontram-se mais sujeitos a questões conjunturais e de curto prazo apresentando, portanto, uma volatilidade de voto maior. Dado o aumento deste género de eleitorado é teoricamente possível que a direção partidária (a vanguarda) tenha decidido diminuir as diferenças entre as suas opções e do seu eleitorado potencial, numa lógica de pensamento *vote-seeking*. No que se refere à cooperação entre as esquerdas, a opinião dos seus votantes é maioritariamente a favor de acordos com ambos os partidos da esquerda no espectro político. Os seus “simpatizantes” são, aliás, aqueles que numa maior proporção preferem um governo de coligação de esquerda plural em caso de vitória eleitoral do PS sem maioria absoluta parlamentar (Freire, 2017: 199). Assim sendo, é possível que tais dinâmicas descritas sejam corresponsáveis por uma mudança estratégica por parte do partido em análise.

Ainda relativamente à organização partidária, mas agora referente ao BE, um evento histórico poderá ter sido bastante importante para a viabilização da atual maioria parlamentar. Como foi referido, o BE é o partido da esquerda portuguesa com uma organização mais incipiente, descentralizada, possuindo o menor rácio entre filiados e votantes dos cinco principais partidos portugueses. Possuindo uma base eleitoral bastante volátil, pouco leal, a mesma é fortemente influenciada por questões conjunturais, de curto-prazo, o que obrigaria o partido, numa lógica de *vote-seeking*, a ser bastante responsivo para com as preferências do seu eleitorado potencial. A volatilidade desse eleitorado ficou claramente demonstrada nas eleições legislativas de 2011, quando o BE perdeu metade da sua bancada parlamentar, logo após ter conquistado o melhor resultado da sua história nas eleições anteriores de 2009. Tal resposta do seu eleitorado deveu-se a uma ausência de responsividade do partido para com as suas preferências, verificada em ações como o derrube do governo socialista minoritário, tendo sido corresponsável por tal acontecimento, ou a decisão do partido em não reunir com representantes de entidades internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) responsáveis pela elaboração de um plano de ajuda externa. A primeira ação referida teria ainda como consequência uma posterior vitória absoluta dos partidos da direita portuguesa. Este episódio sugere uma vontade maioritária entre os “simpatizantes” do BE relativamente à cooperação entre os partidos de esquerda. Assim sendo, o resultado eleitoral bastante negativo de 2011, conjugado com a natureza da base de

apoio potencial do partido, poderá ajudar a explicar a mudança estratégica verificada corresponsável pelo desencadeamento dos acordos governativos de 2015.

Foi referido acima a corresponsabilidade do BE relativamente ao derrube do governo socialista em 2011, constituindo-se como um fator representativo da falta de responsabilidade do partido com os anseios do seu eleitorado, nomeadamente o desejo por um papel ativo na procura de convergências à esquerda. Apesar de tal pensamento ser defendido por alguns autores, tais como Freire (2017), não consideramos que existam dados disponíveis que permitam confirmar a ligação feita pelo autor referido. Analisando a opinião escrita de vários dirigentes do partido ao longo do período relevante para este caso (desde das eleições legislativas de 2009 até às eleições legislativas de 2011), considera-se que a opção política de aprovação da moção de censura que derrubaria o governo socialista minoritário em 2011 não significa uma ausência de vontade do BE em incitar a convergência entre diferentes forças de esquerda portuguesas, inclusive com o Partido Socialista. As principais críticas do BE relativamente às políticas seguidas pelo governo socialista desde 2005 visavam, nomeadamente, não só o líder desse mesmo governo (José Sócrates), bem como aqueles que, dentro do seu partido, apoiavam a orientação política por si seguida (Louçã, 2010) (Lopes, 2010). No sentido contrário, o BE referia favoravelmente aqueles que, pertencentes ao PS, se opunham ao caminho político adotado desde do primeiro governo socialista liderado por José Sócrates (Portas, 2010a) (Portas, 2010b). Entre algumas personalidades que poder-se-iam referir, destaca-se naturalmente Manuel Alegre, logo elogiado por dirigentes bloquistas desde de um evento ocorrido em junho de 2008 no Teatro da Trindade que juntara ativistas políticos de diferentes partidos e não filiados na crítica à política seguida num contexto de crise. A tal evento, seguir-se-ia outro no mês de dezembro do mesmo ano na Aula Magna, denominado Fórum sobre a Democracia e Serviços Públicos, com o mesmo espírito do primeiro, juntando indivíduos de diferentes quadrantes políticos e tendo como protagonista, novamente, Manuel Alegre (Louçã, 2008). Este caminho de procura de convergência na esquerda política portuguesa foi continuado com o apoio, declarado num período bastante inicial do percurso, à candidatura de Manuel Alegre à presidência da República, sendo este uma figura destacada da sociedade portuguesa e do Partido Socialista, tendo tido também o apoio deste último, mas a oposição de alguns indivíduos relevantes do seu partido. Apesar da candidatura de Manuel Alegre ter sido derrotada nas eleições presidenciais de 2011, o espírito do BE mantém-se igual àquele descrito acima referente ao período pós-2009, criticando fortemente as políticas governativas, mas não possuindo uma visão monolítica relativamente ao Partido Socialista. Como referiu Louçã (2011a) em fevereiro de 2011, já após as eleições presidenciais, “Para

vencermos a direita, temos de criar uma esquerda muito mais forte, que junte gente que no PS recusa a facilitação dos despedimentos com independentes e gente de todas as cores que queira uma política pelo emprego e pelo salário”. A vontade aqui demonstrada por parte do BE em se aproximar de determinados setores do PS não se coaduna com a ideia de que o primeiro teria abandonado um papel ativo na procura por convergências na esquerda política, em que a corresponsabilidade pelo derrube do governo socialista em 2011 seria uma demonstração de tal atitude sectária. Dadas as políticas seguidas pelo governo liderado por José Sócrates e o espírito adotado pelo mesmo, referido por Louçã (2011b) como “autoritário”, impossibilitava qualquer género de cooperação pois implicaria uma capitulação do BE. Se os factos aqui apresentados permitem concluir que não se deve considerar a participação ativa do BE no derrube do governo socialista como um acontecimento que revele uma atitude sectária, de ausência de vontade em criar dinâmicas de convergência à esquerda, que consequentemente defraudaria os anseios do seu eleitorado, então que outra razão se poderá apontar como justificativa do resultado negativo do BE nas eleições legislativas de 2011? Como referido anteriormente, e apesar de não se considerar o derrube do governo socialista como demonstrativa de um género de ação sectária, as razões para o mau resultado assentam, do mesmo modo, na ausência de responsividade do partido aos anseios do seu eleitorado, nomeadamente a procura de convergências à esquerda. O acontecimento mais marcante e demonstrativo desta atitude é, provavelmente, a recusa do partido em reunir, pouco tempo antes das eleições legislativas de 2011, com os representantes das entidades externas responsáveis pela elaboração de um plano de resgate. Tal atitude poderá ter sido interpretada, por parte do seu eleitorado potencial, como uma ação demonstrativa de um espírito de protesto que não se coadunaria com um agente partidário que procurasse qualquer género de responsabilidade governativa. Independentemente da influência real que o BE poderia ter na elaboração desse plano, a rejeição de se reunir com tais representantes foi, possivelmente, encarada pelo seu eleitorado como uma ação irresponsável.

Por último, um fator de natureza organizacional, nomeadamente as posições programáticas dos partidos em análise, sofreram uma alteração importante na perceção dos eleitores. Tendo sido já referido, no ano de 2008 ocorreu uma transformação no espectro ideológico geral do sistema político português. Ao contrário do que ocorrera até esse ano durante o período democrático (os primeiros dados disponíveis são de 1978), a partir de 2008 o PS passou a encontrar-se mais próximo, ideologicamente, dos partidos à sua esquerda do que à sua direita. Tal alteração de contexto ajudará, certamente, a explicar o porquê de a

cooperação entre os partidos de esquerda, ao nível nacional, apenas ter ocorrido no período mais recente.

III.3 - Fatores conjunturais

Na tentativa de responder satisfatoriamente à questão relativa ao aparecimento de um governo apoiado pelos partidos de esquerda apenas em 2015, foram acima nomeados alguns fatores organizacionais e institucionais que, tendo experienciados algumas alterações, poderão ser corresponsáveis por mudanças nas estratégias partidárias, que até à data teriam contribuído para uma não cooperação na área esquerda da política portuguesa. Dada a natureza desses fatores, tais continuarão a influenciar as dinâmicas de decisão dos partidos durante um período prolongado, contribuindo para a manutenção da aproximação entre as esquerdas portuguesas. No entanto, outros fatores de natureza conjuntural terão sido vitais para a celebração dos acordos governativos que aqui se encontram em análise. Alguns desses acontecimentos terão uma probabilidade muito reduzida de se estenderem no tempo, não sendo expectável a sua repetição. Outros, apesar de terem surgido próximos do período em análise, poderão tornar-se estruturais, prologando a sua influência no sistema político, sendo que possíveis previsões acarretarão consigo, sempre, um grau elevado de incerteza. Assim sendo, nomear-se-á de seguida aqueles fatores que se considera terem contribuído em maior medida para a obtenção dos acordos que estão na base da atual solução governativa, a saber: i) razões eleitorais; ii) razões ideológicas e programáticas; iii) o risco da “pasokização”; iv) a importância da liderança; v) o presidente da república e as suas limitações; e vi) a estratégia do BE.

III.3.1 - Razões eleitorais

Observando todas as eleições legislativas ocorridas no período democrático pós-1974, poder-se-á afirmar que o panorama político decorrente das eleições de 2015 é singular, tendo resultado num acordo parlamentar original. Desde já, é somente a terceira vez que os principais partidos da direita portuguesa conceberam uma coligação pré-eleitoral. Tal opção insere uma dinâmica própria no sistema, nomeadamente a ação em bloco dos partidos que integram tal coligação no processo de formação de governo. A coligação pré-eleitoral eliminou, compreensivelmente, a hipótese de negociar a formação de governo apenas entre as duas forças partidárias que juntas possuiriam uma maioria parlamentar, nomeadamente o PS e o PSD. Tendo a coligação entre o PSD e o CDS-PP vencido as eleições legislativas, são estes

dois partidos que possuem a responsabilidade e a iniciativa da formação de governo, complexificando as negociações devido ao maior número de agentes envolvidos. Nas outras duas ocasiões em que o mesmo ocorreu (1979 e 1980, com a coligação pré-eleitoral denominada “Aliança Democrática”), o processo de formação de governo ocorreu sem constrangimentos, pois a coligação formada venceu as eleições em causa com uma maioria absoluta parlamentar. No entanto, em 2015, o mesmo não ocorreu e, apesar de vencer as eleições, não possuía uma maioria absoluta no parlamento. Dado esse cenário, os partidos da direita portuguesa precisariam da conivência de um partido à sua esquerda para que a governação pudesse ser possível. Em todos os momentos históricos que o PS se coligara, de forma mais ou menos formal, com o PSD ou CDS-PP, possuía sempre a posição maioritária nessa ligação, o que não ocorreria em 2015, dado ser o PSD aquele que possuía a maior bancada parlamentar. A disposição parlamentar obtida após as eleições em causa, em que o PSD possui a maior bancada, mas é incapaz de constituir uma maioria absoluta com o CDS-PP, apresenta-se como uma situação deveras particular e de difícil obtenção no contexto político português, tendo apenas ocorrido numa outra ocasião em todo o período democrático pós-1974, nomeadamente após as eleições legislativas de 1985, sendo que nessa ocasião as soluções encontradas foram também singulares.

Em 1985 as eleições foram ganhas pelo PSD mas, tal como em 2015, a direita não alcançara uma maioria parlamentar absoluta. Nesse contexto, que se manteve durante 18 meses, o PSD governara em minoria, com a conivência do CDS e do PRD. Este curto período foi a única vez que o PSD dependeu de outro partido que não o CDS-PP para exercer funções governativas. A atitude do PRD, em 1985, foi distinta da postura do PS em 2015, mas apenas durante 18 meses. Após esse período, e tendo o PRD alterado a sua opção estratégica, o mesmo permitiu a queda de um governo minoritário de direita, tendo sido aprovada uma moção de censura com os votos a favor do PRD, PS, PCP e MDP/CDE. Não é coincidência que tenha sido neste contexto que surgiu a possibilidade de um acordo governativo semelhante ao atual, com um governo PS/PRD com o apoio parlamentar do PCP (esquerda radical). Tal apenas não ocorreu devido à rejeição, por parte do Presidente da República – Mário Soares – que optou pela dissolução do parlamento e convocação de eleições antecipadas.

O que foi aqui descrito revela a singularidade do panorama político em 2015, apenas passível de ser comparado com o que ocorreu em 1985. Em todas as ocasiões que o PSD (coligado pré-eleitoralmente ou não) conseguiu vencer eleições, o governo consequente foi de fácil construção, pois a maioria na Assembleia da República pertencia aos partidos de direita.

Tanto em 1985 como em 2015 o mesmo não se verificou. Apenas nestas duas ocasiões o Partido Socialista possuiu uma hipótese clara de constituir governo sem que tenha sido o vencedor das eleições. Em 1985-1987, primeiramente devido ao comportamento do PRD, depois dada a rejeição de Mário Soares, Presidente da República no período em causa, o PS não conseguiu aproveitar a oportunidade e formar um governo alternativo. Em 2015, com o auxílio de outros fatores, tal foi possível.

O que este raciocínio permite perspetivar para o futuro é o aumento da probabilidade de cooperação entre os partidos da esquerda portuguesa sempre que, tendo esta uma maioria absoluta parlamentar, o Partido Socialista não vença as eleições. Nesse contexto, a única possibilidade existente para que o PS possa governar a partir de uma posição de força (ser o partido governativo que possui a maior bancada parlamentar) é através da cooperação com os parceiros à sua esquerda. Mesmo que assim seja, existe sempre a possibilidade de o PS ser conivente com um governo ideologicamente de direita (coisa que não ocorreu em 2015), sendo, portanto, desejável para uma nova concretização de um governo de esquerdas, uma distância ideológica considerável entre o principal partido de esquerda e de direita para que não ocorra uma colusão ao centro.

III.3.2 - Razões ideológicas e programáticas

Outros fatores contribuíram para que em 2015 o PS não adotasse uma posição passiva relativamente a um governo PSD/CDS-PP e optasse por uma relação mais próxima com os seus parceiros de esquerda. Como referido anteriormente, a partir de 2008 o PS passou a estar ideologicamente mais próximo dos seus parceiros à esquerda do que do principal partido da direita portuguesa (PSD). Durante o período de intervenção externa (2011-2014), o fosso ideológico entre o PS e o PSD aumentou consideravelmente, atingindo níveis nunca antes alcançados. De facto, a distância ideológica percecionada em 2015 (a maior em todo o período democrático) é superior ao dobro daquela perspetivada no período onde tal diferença fora mínima, nomeadamente em 1985 (3,7 vs 1,8 – escala de 1 a 10), ano que marcou o fim do governo de bloco central (Freire, 2017: 201). O aumento desta distância percecionada ocorre devido a uma forte viragem do PSD à sua direita, alcançado o valor mais elevado de todo o período democrático (8,2, sendo que o valor mínimo alcançado pelo mesmo foi 6,8 em 1985), mas também devido a uma ligeira flexão à esquerda do PS, alcançado o valor mais baixo (4,5, sendo que o valor mais elevado que alcançou foi de 5,3 em 2005) (Freire, 2017: 201). Tais alterações consideráveis no posicionamento ideológico dos partidos encontram

uma explicação parcial nas políticas de austeridade adotadas pelo governo PSD/CDS durante o período de intervenção externa que, possuindo um quadro ideológico justificativo de índole neoliberal, atingiu desproporcionalmente o fator trabalho, criando um espírito de confronto na sociedade portuguesa. Este afastamento do centro do campo político, acompanhado de uma rejeição de políticas de cariz keynesiano, dificultou (e dificultará, caso persista) eventuais acordos entre PS e PSD/CDS-PP.

III.3.3 - O risco da “Pasokização”

Mais dois fatores de natureza conjuntural são encarados aqui como relevantes na formação do atual governo apoiado pela esquerda parlamentar, sendo que ambos se centram no Partido Socialista.

Observando a realidade ocidental, verifica-se que a maioria dos partidos socialistas, trabalhistas, sociais-democratas, ou outros que possuem um quadro ideológico semelhante, foram adotando uma agenda em que se advogava um liberalismo na esfera económica, uma defesa das dinâmicas de mercado, considerando o mesmo como a instituição que a história provara como mais eficiente e eficaz na organização da sociedade. Tal posição foi conjugada com preocupações relativas às desigualdades socioeconómicas, de oportunidade, de acesso à justiça, à saúde, entre outras, não procurando eliminar as suas causas, mas combater os seus efeitos. O capitalismo passa a ser o seu modelo de eleição, encarando as ideologias socialistas ou sociais-democratas como ideias morais. Comumente, estas derivas nos diferentes partidos de esquerda foram designadas de “Terceira via”, possuindo como algumas das suas figuras centrais o político britânico Tony Blair ou o seu parceiro americano Bill Clinton, tendo como principal referência teórica o sociólogo Anthony Giddens. Nos últimos anos, vários partidos socialistas e sociais-democratas que adotaram este novo quadro ideológico têm experienciado resultados eleitorais progressivamente menos expressivos. No período após a crise de 2007-2008 a expressão eleitoral de alguns desses partidos diminuiu brutalmente numa proporção sem antecedentes históricos. Esse fenómeno tem sido designado em determinados meios por “pasokização”, por referência à hecatombe eleitoral do PASOK (partido socialista grego). Este, devido às suas ações durante a crise grega – envolto num contexto de pressões claras por parte de entidades europeias e outras de cariz supranacional – que implicaram a aplicação de medidas de austeridade difíceis de classificar, foi claramente penalizado pelo eleitorado grego, desaparecendo do plano político nacional relevante. Nas eleições de 2009, o partido em causa era aquele com maior representação parlamentar (160

deputados, no total de 300), sendo que após as eleições de Janeiro de 2015 se apresentava como o partido com menor expressão parlamentar, num total de 7 forças partidárias com representação parlamentar, conquistando apenas 13 deputados (Álvarez-Rivera, s.d.). Este risco de perda de relevância no sistema político devido à ausência de uma alternativa clara ao rumo tomado pelos partidos que, ideologicamente, se situam na direita do espectro político e que partilham as políticas recomendadas/exigidas pelas autoridades europeias, existira na consciência de vários dirigentes socialistas, inclusive o seu líder atual, se tivermos em atenção as declarações e opiniões veiculadas por vários indivíduos relevantes, para este caso, nos diferentes canais de informação de naturezas distintas. A título de exemplo, o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares do XXI Governo Constitucional da República Portuguesa, Pedro Nuno Santos, numa entrevista concedida a “O Jornal Económico”, quando questionado sobre a existência de uma alteração do quadro programático e ideológico do Partido Socialista no novo arranjo governativo aqui estudado, lembrou:

“E há também uma leitura do caminho que a social-democracia tem feito por toda a Europa. Os nossos partidos irmãos estão numa situação terrivelmente complicada num grande número de países. Hoje há um grande debate sobre a política de alianças. Em Portugal provavelmente antecipámo-nos a um processo que se vai repetir no resto da Europa” (Fernandes & Madeira, 2017).

Assim sendo, este importante fator no vértice *vote-seeking* constituiu-se como um incentivo à criação de uma alternativa clara de governo que, no panorama político resultante das eleições legislativas de 2015, implicara necessariamente a cooperação com os partidos de esquerda radical.

III.3.4 - A importância da liderança

Um outro fator de natureza conjuntural que envolve diretamente o Partido Socialista e que contribuiu para o sucesso dos acordos governativos de 2015 recai sobre o seu líder, António Costa. Dada a natureza organizacional do PS, que prioriza o vértice *office-seeking*, constituindo-se como um partido “catch-all”, o seu líder, na maioria das situações, possui uma liberdade de ação considerável, sendo julgado posteriormente no seio do partido com base na eficácia da estratégia que adotou. Conjugando tal característica com a inédita forma que foi escolhido o candidato a primeiro-ministro do partido (eleições primárias), António Costa apresentou-se como aquele que ofereceria uma alternativa clara ao anterior governo, censurando o anterior secretário-geral, António José Seguro, pela sua incapacidade de apresentar essa alternativa e afirmando que o mesmo apenas divergia das políticas do

Governo de Passos Coelho na “dose e no ritmo” da austeridade, complementando criticamente com a afirmação: “se pensarmos como a Direita acabamos a governar como a Direita” (Ferrão, 2015). A forma como todo este processo ocorreu, o passado impopular e radical do governo que então dirigia o país, as justificações dadas pelo ainda candidato António Costa relativamente à sua candidatura a candidato a primeiro-ministro, criaram uma dinâmica em que o mesmo jogara o seu futuro político, enquanto líder do Partido Socialista, na formação de um novo governo alternativo. Caso tal não ocorresse, e dada a razão de ser da sua candidatura, o seu futuro enquanto líder do PS correria enormes riscos. Como a única forma exequível de alcançar o executivo com bases programáticas alternativas àquelas perseguidas nos anos anteriores seria a coligação com a esquerda radical, tal caminho ganhara novas e favoráveis perspectivas.

III.3.5 - O Presidente da República e as suas limitações

Um outro fator conjuntural que envolve diferentes atores e eventualmente importante para o entendimento entre as esquerdas assenta na limitação dos poderes presidenciais relativos à dissolução do Parlamento. A Assembleia da República não pode ser dissolvida nos seus seis primeiros meses de funcionamento nem no último semestre do mandato do Presidente da República. Apesar das reservas claras do Presidente no período em causa (Cavaco Silva) relativamente à entrada de partidos da esquerda radical em acordos governativos, alegando eventuais opções programáticas dos mesmos que não seriam aceitáveis (posições relativas à União Europeia, alianças político-militares, entre outras razões), este não poderia dissolver a Assembleia e esperar que novas eleições legislativas oferecessem uma correlação de forças distintas. Caso optasse por não indigitar o líder do segundo partido mais votado nas legislativas de 2015, o governo derrubado manter-se-ia em gestão corrente até, pelo menos, abril de 2016, data que poderiam ser convocadas novas eleições legislativas pelo Presidente da República que se seguiria. Este cenário, dado o contínuo contexto atribulado experienciado pelo país desde a crise económica de 2007-2008, e as contínuas afirmações de agentes e entidades relevantes de que, apesar de apresentarem uma posição consideravelmente oposta às opções políticas que poderiam vir a ser tomadas por um governo de esquerdas, desejavam e exigiam estabilidade política, não seria expectável a manutenção de um governo em gestão corrente. Tentando demonstrar a importância imensa atribuída à estabilidade política por setores sociais não favoráveis às opções políticas que, de forma expectável, seriam tomadas pelo género de governo que veio a exercer funções, são

demonstrativas as afirmações do presidente da Confederação Empresarial de Portugal (António Saraiva) relativamente ao discurso do Presidente da República – Cavaco Silva – realizado no momento de indigitação do líder do PSD para o cargo de primeiro-ministro, numa altura em que já era expectável o chumbo do seu programa de governo. O Chefe-de-Estado português assumiu, no momento em causa, um discurso crispado, negando a possibilidade de existência de um governo apoiado por “forças antieuropeístas”, nomeadamente o PCP e o BE (Meireles, 2015). Apesar de António Saraiva representar um setor social antagónico às opções políticas do PCP e BE, este criticou o discurso de Cavaco Silva, afirmando “que o discurso teve um tom um pouco crispado e que, num momento em que todos desejamos estabilidade, penso que o Presidente da República deveria ter usado um tom mais apaziguador” (LUSA, 2015b). Por outras palavras, um representante dos interesses empresariais criticou um discurso que antagonizava os partidos (PCP e BE) cujas opções políticas os mesmos opõem-se liminarmente, devido ao facto de essas forças partidárias se constituírem como as únicas que, muito provavelmente, poderiam estabelecer um clima de estabilidade política naquele período, não esquecendo o papel preponderante do Partido Socialista nessa mesma solução. Confirmando este anseio por estabilidade de vários setores sociais, Cavaco Silva, após indigitar o líder do PS para o cargo de primeiro-ministro, justifica que não optou por manter um governo de gestão dado o facto de os parceiros sociais e personalidades relevantes da sociedade civil terem afirmado que tal opção não corresponderia ao interesse nacional (Lourenço, 2015). Estas afirmações demonstram que, mesmo setores sociais totalmente opostos às ações políticas acordadas entre o PS e os partidos que apoiam o seu governo no parlamento, preferiam tal solução governativa do que a manutenção de um governo limitado à prática de atos necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos. Apesar de tal posição, seria expectável a exigência, por parte do Presidente da República, do cumprimento dos principais compromissos externos, sendo que o Partido Socialista é totalmente leal aos mesmos.

Comparando novamente a relação de forças políticas consequente das eleições legislativas de 2015 com aquela originada em 1985, este constrangimento referido acima nos poderes presidenciais é uma diferença clara e importante. Aquando da moção de censura em 1987 que provocara a queda do governo minoritário de Cavaco Silva (a única moção de censura aprovada em todo o período democrático), foi apresentada uma alternativa governativa constituída pelo PS e PRD, com apoio parlamentar do PCP. Nesse contexto, o Presidente da República (Mário Soares) não se encontrava impossibilitado de dissolver a Assembleia da República, ao contrário do que ocorrera em 2015. É possível especular que

caso estivesse impossibilitado de dissolver o Parlamento Mário Soares aceitaria um novo governo alternativo que incluía a esquerda radical, nomeadamente o PCP; poder-se-á raciocinar da mesma forma, afirmando que existia a possibilidade de, caso Cavaco Silva (Presidente da República em 2015) possuísse a capacidade de dissolver o Parlamento, que preferisse tal solução, não possibilitando, pelo menos no imediato, um governo apoiado pela esquerda radical. Independentemente do curso que a realidade tomaria em outras circunstâncias, aquilo que importa realçar é a importância dos constrangimentos presentes à dissolução do Parlamento em 2015 para a obtenção dos acordos governativos à esquerda.

III.3.6 - A estratégia do BE

Como já foi referido anteriormente, o Bloco de Esquerda é o partido — em comparação com o PCP, PS, PSD e CDS-PP — que apresenta o rácio mais reduzido entre filiados e votantes. Tal característica revela um eleitorado menos leal e, conseqüentemente, mais volátil, o que poderá provocar, teoricamente, uma maior aproximação entre as vontades e posições do seu eleitorado potencial e das suas elites. As diferentes ideias que marcam o nascimento e o funcionamento do partido relativamente aos seus mecanismos decisórios — descentralização das decisões, ampla participação dos seus membros na definição do percurso político a seguir, entre outras — possui também o potencial de aproximar as vontades dos eleitores e da elite partidária. Apesar das reformas impostas a partir de 2005, que provocaram uma maior institucionalização e centralização, tais ideais permanecem. Ainda assim, verifica-se um *gap* entre a posição ideológica dos seus eleitores e dos seus deputados ($\approx 2,6$ vs $\approx 0,8$ — dados referentes a 2008) (Freire, 2012: 197). Além deste desencontro, a posição relativamente a acordos políticos (entendidos de forma geral) com outras forças partidárias de esquerda é outro assunto onde existe uma discrepância entre a vontade da elite e do seu eleitorado, sendo que este último deseja uma maior disponibilidade e flexibilidade do BE em tal problemática. O mesmo ficou patente no resultado eleitoral do partido nas eleições legislativas de 2011 onde, após ter sido corresponsável pela queda do Governo apoiado pelo PS e ter rejeitado reunir com os representantes de entidades externas responsáveis pela elaboração de um plano de resgate, viu a sua bancada parlamentar fortemente reduzida. Este evento, como já referido anteriormente, poderá ter provocado uma alteração do comportamento do partido, tendo o mesmo, numa lógica *vote-seeking*, optado por se aproximar da vontade do seu eleitorado.

Apesar disto, um outro fator poderá também ser responsável por tal mudança estratégica, nomeadamente o aparecimento de forças partidárias que disputariam o mesmo

género de eleitorado que o BE e que apresentavam como aspeto primordial da sua ação política a cooperação entre as diferentes forças partidárias na esquerda portuguesa. Segundo esses agentes, seria necessário uma maior abertura e flexibilidade dos diferentes partidos de esquerda que visasse a cooperação entre os mesmos e que permitisse, eventualmente, um governo de esquerdas em Portugal, tal como acontecia relativamente aos partidos de direita. Durante o período do Governo constituído por PSD e CDS-PP, 2011-2015, marcado fortemente pela intervenção externa, foram várias as iniciativas, movimentos e associações que surgiram no espaço público, algumas com existência anterior ao período referido, outras não, com o objetivo declarado de combater as políticas de austeridade. Todas essas iniciativas, com impacto público variável, declaravam a necessidade de cooperação entre as diferentes forças de esquerda para que, juntas, pudessem formar uma alternativa política ao governo de então. O Congresso Democrático das Alternativas (CDA), o Manifesto 3D, o Partido Livre e o Fórum Manifesto foram algumas das iniciativas/movimentos/associações que conseguiram obter alguma notoriedade pública na defesa desse caminho. Como visto anteriormente, a maioria dos votantes do BE, PCP e PS apresentam uma posição favorável a acordos políticos entre os partidos de esquerda, podendo afirmar-se, portanto, que estas iniciativas traduziam essa vontade social. Importa notar, no entanto, que esta vontade social não era um fenómeno novo que surgisse no período de governação 2011-2015 como resposta às políticas de austeridade aplicadas; tal vontade é anterior ao período em causa, existindo uma maioria do eleitorado dos partidos de esquerda que prefere, caso a correlação de forças parlamentar o permita, que o PS governe com os partidos à sua esquerda (Freire, 2012: 229), ao contrário do que aconteceu até 2015. Assim sendo, as iniciativas referidas e as dinâmicas que criaram não poderiam, por si só, influenciar o comportamento dos agentes partidários em causa, pois o desencontro de vontades entre elite partidária e eleitorado é anterior ao surgimento dessas mesmas iniciativas. Ainda assim, deverá ser questionado o impacto público potencial dessas iniciativas e da sua mensagem na maioria do eleitorado pois, devido ao facto de muitas das mesmas não terem entrado diretamente no jogo eleitoral, não é possível avaliar com certeza qual o espírito com que tais ideias seriam recebidas pelo eleitorado que procurariam mobilizar.

Como já referido acima, o desencontro entre as vontades das elites e do eleitorado não é um fenómeno novo, mas ainda assim os partidos da esquerda permaneceram sem cooperar efetivamente, sem que isso fosse considerado como causa de penalizações eleitorais, com uma exceção relevante: o resultado eleitoral do BE nas legislativas de 2011. Nestas eleições o BE viu a sua bancada parlamentar ser reduzida para metade, sendo que uma das razões apontadas

para o que sucedera tenha sido a ausência de disponibilidade e vontade relativamente a alianças com outras forças políticas. Esta política de alianças foi, inclusivamente, responsável pela saída de alguns dirigentes importantes para o partido, tais como Ana Drago ou Daniel Oliveira. Relativamente ao PCP e o PS, tal questão não apresenta a mesma centralidade por diversas razões, tendo sido as mesmas referidas anteriormente.

É relativamente ao BE que a questão da pressão do eleitorado sobre a política de alianças apresenta uma maior importância. Como se viu, o partido foi castigado eleitoralmente nas eleições de 2011, ainda que no plano partidário não existisse na altura qualquer agente político da área partidária do BE que oferecesse uma alternativa às orientações da direção política do BE. Essa opção surgiu em 2014, antes das eleições europeias que se realizariam nesse ano, com o Partido Livre. No plano nacional, este partido, em conjunto com o Fórum Manifesto, Renovação Comunista e MIC-Porto, conceberam uma “candidatura cidadã” às eleições legislativas de 2015, denominada “Tempo de Avançar”. Esta candidatura, com ex-dirigentes bloquistas (Ana Drago, Daniel Oliveira e outros) ou indivíduos com antigas ligações com o BE (Rui Tavares), apresentava como mote principal a cooperação entre as diferentes forças de esquerda, encarando o PS como peça fundamental na apresentação de uma alternativa governativa. Esta candidatura, portanto, disputara principalmente o eleitorado potencial e volátil pertencente ao BE, apresentando uma orientação que respondia aos anseios dessa base de apoio. Numa lógica *vote-seeking* tal poderá ter incentivado o BE a uma maior flexibilidade e abertura na cooperação com as restantes forças partidárias de esquerda, nomeadamente o PS, com receio de ver diminuída, ainda mais, a sua força eleitoral, o que já ocorrera em 2011.

Tentando perceber qual a influência que o aparecimento da candidatura cidadã “Tempo de Avançar” possuiu sobre a estratégia partidária do BE, observemos as sondagens executadas ao longo do ano de 2015 em conjunto com os resultados eleitorais⁸. Apesar das divergências de resultados verificadas dependendo da entidade que produz as sondagens, poder-se-á afirmar que, em traços gerais, a candidatura cidadã obteve entre 1% e 3% das intenções de voto ao longo do ano de 2015, sendo que a percentagem obtida pela mesma foi mais elevada no início desse ano, aproximadamente até ao mês de Maio, começando a reduzir-se a partir desse período. Nas eleições legislativas obteve apenas 0,73% das intenções

⁸ Os resultados das sondagens executadas durante o ano de 2015 encontram-se disponíveis no endereço: <http://www.erc.pt/pt/sondagens/publicitacao-de-sondagens/depositos-de-2015>. Visitado em: 01/12/2017. Relativamente aos resultados eleitorais, os mesmos podem ser consultados no endereço: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/>. Visitado em: 01/12/2017

de voto, não elegendo qualquer deputado, tendo sido apenas o nono partido mais votado nas eleições em causa.

No caso do BE, todas e quaisquer sondagens produzidas apresentavam uma menor percentagem de votos do que aquela que o partido obteria nas eleições. Desde do início do ano até à primeira metade do mês de setembro, o partido obtinha, em traços gerais, entre 3,5% e 5% das intenções de voto. Apesar de uma proporção reduzida, a mesma não era acompanhada por um aumento das intenções relativas ao Partido Livre. Como referido, a partir do mês de maio já parecia perceptível uma redução da força eleitoral deste, não parecendo constituir, portanto, uma ameaça à sobrevivência política do BE. Além disso, a alteração estratégica bloquista surge apenas, de forma clara para a maioria do eleitorado, no debate entre Catarina Martins (líder do BE) e António Costa (PS), realizado a 14/09/2015, no qual a primeira desafia o PS a cooperar com o BE, apresentando-lhe condições mínimas e pragmáticas que, caso satisfeitas, o seu partido estaria disposto a cooperar com o Partido Socialista. Esta abertura por parte do BE, dada a altura em que é executada, não poderá ser atribuída à candidatura cidadã “Tempo de Avançar”, ainda que as ideias coincidam. A mudança estratégica bloquista parece, no entanto, ter recompensado o partido, verificando-se uma subida acentuada nas intenções de voto das sondagens a partir desse momento, alcançado inclusive os 9%. Nas eleições legislativas, o BE obteve 10,19%, aumentando em mais do dobro a sua bancada parlamentar.

Dito isto, e tendo em atenção os dados apresentados, não parece ser possível atribuir à candidatura cidadã “Tempo de Avançar” a principal responsabilidade pela mudança estratégica do BE. Ainda assim, não é certo que os dirigentes do partido tivessem a perceção da realidade da forma que aqui foi descrita, sendo que a narrativa apresentada procurou traçar qual o humor do eleitorado relativamente aos movimentos que foram surgindo na área esquerda da política portuguesa. Apesar da mudança estratégica do BE ser claramente visível apenas após o debate já referido entre Catarina Martins e António Costa, tal não impossibilita que a cúpula dirigente do partido, influenciada pelo aparecimento dos movimentos e iniciativas na esquerda portuguesa, não possuísse desde logo o desejo por esse caminho de cooperação, ainda que ineficazmente transmitido ao eleitorado, tendo em conta os dados das sondagens apresentadas. Na “*Carta às Esquerdas*”, redigida pelos coordenadores do BE (Catarina Martins e João Semedo) após as eleições europeias de 2014, é reconhecida não só a vontade de convergência entre as esquerdas por parte do partido, como são assinaladas as iniciativas que foram surgindo e que demonstrariam a possibilidade e o desejo de perseguir esse caminho político por parte de diferentes atores e do eleitorado:

“(…) o Bloco sublinhou a necessidade de um diálogo aberto entre partidos e forças que lutam contra a austeridade (...). Essa convergência é possível (...). Convergência, também, nas propostas de rejeição do memorando e do Tratado Orçamental e pela reestruturação da dívida, desde o Congresso Democrático das Alternativas até ao Manifesto dos 74 pela reestruturação da dívida.”

Todas estas iniciativas poderão ainda ter “relembrado” a elite partidária do BE da necessidade de optar por um caminho de procura ativa por entendimentos com outras forças de esquerda. Caso contrário, o partido poderia tornar-se irrelevante ou sofrer perdas eleitorais muito significativas, como já tinha ocorrido nas eleições legislativas de 2011. Um último fator que deverá também ser referido e que poderia ter pressionado a elite partidária do BE, numa lógica de sobrevivência, a optar por um caminho de procura ativa por convergências na esquerda política portuguesa centra-se na relevância de Manuel Carvalho da Silva nas dinâmicas referidas até ao momento. Esta personalidade, tendo abandonado a liderança da central sindical CGTP-IN no início de 2012, foi assumindo destaque em várias iniciativas sociais, algumas das quais já referidas em cima, clamando pela criação de consensos na esquerda política para que fosse possível a adoção de um caminho político que contrariasse a lógica austeritária de então. Seguiu-se, em agosto de 2013, a divulgação na imprensa que o ex-líder da CGTP-IN teria, no início de 2012, abandonado a militância no PCP, ainda que as razões não sejam conhecidas (Público, 2013) Tal facto possibilitava que Carvalho da Silva encabeçasse um novo movimento político em busca daquilo que reivindicava em várias iniciativas sociais, com destaque para o Congresso Democrático das Alternativas e o Manifesto 3D, nomeadamente a mobilização de um vasto movimento social que permitisse criar dinâmicas de convergência entre partidos e movimentos de esquerda com diferentes sensibilidades, em torno da defesa do Estado Social, do trabalho, dos serviços públicos e da denúncia do memorando da troika que então vigorava. A referência a Manuel Carvalho da Silva deve-se à perceção que existia na esfera política de que o mesmo seria capaz de agregar vontades e sensibilidades da esquerda portuguesa consideravelmente diferentes. Tal perceção fica patente num período posterior onde o antigo militante do PCP surge como possível candidato presidencial que seria capaz de realizar essa convergência, ainda que essa candidatura não tenha vindo a realizar-se (LUSA, 2015a). Assim sendo, dadas as características do indivíduo em causa, conjugadas com as suas posições políticas que, no período em questão, defendia em diferentes sedes, o mesmo representava uma ameaça à sobrevivência ao BE caso optasse por liderar um novo movimento político, dado que disputaria eficazmente o seu espaço político com uma mensagem central que iria de encontro

com os anseios do seu eleitorado. Esta possibilidade poderá ter pressionado a elite partidária do BE a alterar a sua estratégia ou, pelo menos, a forma como a transmitia ao seu eleitorado, de forma a aproximar-se dos anseios deste. Apesar de tudo isto, não é possível, de momento, determinar com clareza qual a influência que todos os movimentos e iniciativas descritas tiveram sobre a elite partidária do BE, não se sabendo se os mesmos possuíam a perceção correta sobre o real efeito dessas reais ou possíveis iniciativas em relação ao seu eleitorado. Seria útil, no entanto, o estudo futuro desta problemática através de um engajamento direto com a elite partidária em causa de forma a perceber a sua perceção relativamente aos efeitos que todos os eventos aqui descritos tiveram sobre a mudança estratégica do BE.

Resumindo brevemente o conteúdo deste capítulo, apresentaram-se alguns fatores que ajudam a explicar as dinâmicas cooperativas verificadas no ano de 2015. Relativamente aos fatores institucionais, importa sublinhar a renovação natural das elites partidárias que permitiu dissipar e eliminar muitos dos constrangimentos consequentes do processo de transição do Estado Novo para o regime democrático contemporâneo, facilitando-se assim as dinâmicas de cooperação hoje presentes e aqui em análise. Sobre os fatores organizacionais é relevante referir a alteração no panorama geral ideológico dos principais partidos políticos portugueses: a partir de 2008, o Partido Socialista passou a estar mais próximo ideologicamente dos seus atuais parceiros de esquerda (BE e PCP) do que do PSD, criando um contexto mais favorável à realização de convergências na esquerda do espectro político. Por último, uma quantidade superior de fatores conjunturais foram referidos, sendo que alguns dos mesmos poderão manter-se no tempo e adquirir uma natureza estrutural. Sinteticamente, foram indicados cinco fatores distintos: 1) razões eleitorais, existindo no parlamento após as eleições legislativas de 2015 uma maioria de esquerda sem que o Partido Socialista tivesse a maior bancada parlamentar, sendo que a única forma possível para o PS alcançar o executivo numa posição de força seria através de alianças com o BE e PCP; 2) risco de “pasokização”, referindo-se aos resultados eleitorais débeis, em períodos recentes, dos Partidos Socialistas e Trabalhistas que adotaram um caminho político inspirado na “Terceira Via”; 3) a importância da liderança, encontrando-se em risco o cargo de António Costa enquanto líder do PS caso não liderasse o governo; 4) o Presidente da República e as suas limitações, sendo que o poder do mesmo em dissolver o parlamento encontrava-se circunscrito e 5) a estratégia do BE, que intensificou no período em análise a sua posição de procura ativa por convergências na esquerda política portuguesa.

IV - Orientações dos partidos no futuro

Nos capítulos anteriores apresentou-se um conjunto de fatores, de diversas naturezas, que ajudam a elucidar duas questões: 1º) quais as razões que explicam a ausência de cooperação governativa entre os partidos de esquerda desde 1976 até 2015; 2º) não existindo tal cooperação num período tão vasto, quais as razões que explicam tal mudança em 2015.

Os fatores apresentados, que procuram responder a tais questões, obrigaram o autor a observar o passado em busca de tendências e de mudanças. Até ao momento, a generalidade do trabalho elaborado assenta nesse período. Neste capítulo, e com base nesse passado, analisam-se as tendências verificadas em conjunto com ações partidárias mais recentes, em busca de “pistas” que nos auxiliem a prever quais os comportamentos que cada partido adotará não só no que resta desta primeira experiência governativa com o apoio da esquerda parlamentar, mas também em futuras cooperações entre os mesmos. Por outras palavras, procurar-se-á definir quais os limites que cada partido impõe a si mesmo, tentando entender dessa forma qual o espaço político e as opções políticas que poderão ser tomadas no futuro. Este “processo” terá duas fases: a primeira, e exclusivamente através do que já foi referido até ao momento, definirá, de forma geral, algumas diretrizes comportamentais dos partidos; numa segunda fase, e tendo em atenção ao que foi afirmado na primeira, procurar-se-á detalhar quais as opções políticas disponíveis para cada partido através da análise de manifestos eleitorais, acordos governativos, declarações de elites partidárias, entre outras que se considerem relevantes.

IV.1 - Considerações gerais sobre os comportamentos dos partidos no futuro

IV.1.1 - Partido Socialista

Começando pelo Partido Socialista, sendo um partido *catch-all*, prioriza nas suas opções o vértice *office-seeking*. Tendo em conta as experiências governativas do partido até 2015, o mesmo procurará, com o intuito de conquistar o executivo, maximizar o número de votos obtidos. É importante assinalar que a experiência governativa atual poderá alterar esta dinâmica, ou seja, a procura do maior número de votos possível para que possa governar. Como a experiência atual demonstra, é possível que o Partido Socialista governe a partir de uma posição de força mesmo não sendo o partido com a maior bancada parlamentar, sendo fundamental para tal possibilidade o PCP e o BE. Ainda assim, dado o facto de a potencial alteração de dinâmicas ser uma consequência da experiência governativa atual e não se ter

ainda verificado em contexto de disputa eleitoral, o mesmo será analisado com maior detalhe posteriormente.

Dados os objetivos referidos acima, o partido busca a conquista do eleitor médio, que vagueia pelo centro do espectro político e altera frequentemente as suas intenções de voto entre PS e PSD, sendo que é nessa “zona” ideológica que se encontra parte considerável do eleitorado. É preciso denotar que nem sempre tal tendência ocorre, ainda que a percepção dos agentes políticos mantenha essa característica. Nas eleições legislativas de 2015 essa mesma tendência não ocorreu, sendo que a transferência de votos do PSD/CDS para o PS, relativamente a 2011, foi deveras reduzida, sendo que a maior transferência de votos para o PS proveio de abstencionistas (Magalhães, 2016).

Ainda assim, dada a percepção referida, é expectável que o PS não adote medidas políticas que o impeçam de conquistar esse eleitor médio, não desafiando determinados consensos, aparentes ou reais, como as opções europeias ou as orientações principais de política externa, receando perdas eleitorais que o impeçam de conquistar o poder executivo. Manterá, portanto, um género de moderação, preferindo oferecer aquilo que o eleitorado procura (agente passivo) em detrimento de buscar algum género de transformação social e do senso comum. Esta moderação e a procura pelo eleitorado que vagueia no centro do espectro político permitem ainda perspetivar que a cooperação entre as diferentes forças de esquerda é mais provável sempre que a distância ideológica entre o PS e o PSD for maior do que aquela que separa o Partido Socialista dos seus parceiros de esquerda, como acontece desde 2008 até ao último ano em que existem dados disponíveis (2015). Caso tal tendência se inverta, e o PS e PSD se aproximem novamente do ponto de vista ideológico, é possível uma alteração nas preferências do primeiro.

As dinâmicas de tomada de decisão que conferem alguma liberdade de ação ao líder, sendo o mesmo avaliado posteriormente pela sua estratégia, possibilitará prever também alguns futuros comportamentos. A sobrevivência do líder do partido (principalmente) e de alguma elite envolvida no processo (de forma secundária) dependerá do sucesso da estratégia adotada. Esse sucesso, dada a natureza do PS, assenta essencialmente em duas características: bons desempenhos eleitorais (*vote-seeking*) e conquista do executivo (*office-seeking*). Dado o desejo de permanência dos indivíduos que optaram por esta estratégia, é expectável que se verifiquem esforços por parte da liderança do PS para que a mesma represente um sucesso em ambas as prioridades (executivo e comportamento eleitoral). Dentro dos limites impostos ao partido por outras variáveis, nomeadamente a rejeição de ações políticas que dificultem a conquista do eleitorado centrista, é previsível alguma flexibilidade do partido relativamente às

exigências dos seus parceiros, para que o executivo se possa manter. Ainda assim, é também expectável que tal flexibilidade diminua progressivamente à medida que o PS percecione, através de sondagens ou outras, que possui uma maioria das intenções de voto que lhe permita governar sozinho caso ocorram eleições antecipadas. A ocorrerem, a eventual quebra de coligação teria de ser justificada por uma aparente ou real inflexibilidade dos seus parceiros, evitando o risco de perdas eleitorais pelo surgimento de uma percepção social que atribuísse ao PS um puro interesse de poder.

Por último, o risco de “pasokização”, descrito acima, mantém-se, podendo ressurgir ainda mais veemente no contexto de uma nova crise económica. Por isso, tal risco incentiva as elites do PS a distanciar-se das políticas defendidas e/ou adotadas pelos partidos de direita. Não sendo uma alternativa a esses partidos, tal poderia provocar uma quebra eleitoral. Este fator poderá, eventualmente, facilitar a presente e futuras colaborações com os partidos de esquerda radical.

IV.1.2 - Partido Comunista Português

Como referido, o PCP atribui uma grande importância à sua implementação social (sindicatos) e territorial (autárquicas) que lhe concede, na sua conceção de poder, uma maior influência social e capacidade de negociação. A sua presença social, nomeadamente a capacidade de mobilização das organizações que possuem consigo ligações, como os sindicatos, permite ao partido exercer uma vasta influência em diversas esferas distintas. É expectável, portanto, que o partido rejeite toda e qualquer ação que percecione que irá prejudicar a sua influência social e territorial. É também presumível que, de forma a manter essa sua influência, o partido procure melhorar a situação dessa base de apoio, o que poderá ser executado através do aumento do rendimento das classes trabalhadores pertencentes tanto ao setor público como privado. Essa melhoria da situação material poderá ocorrer, no entanto, de diversas formas.

Relativamente à configuração do eleitorado apoiante do PCP, observado através do nível de instrução do mesmo, a proporção do qual a sua formação não ultrapassa o ensino básico é claramente superior àquela verificada em relação aos seus parceiros de esquerda. Nas eleições legislativas de 2009, a percentagem desse eleitorado era de 55,2% no caso do PCP, 37,2% no PS e 25% no BE (Freire, 2012: 192). Estes dados, em conjunto com outros já referidos anteriormente, permitem verificar a importância das classes socioeconómicas mais desfavorecidas na composição do eleitorado do partido, perspetivando-se a defesa da melhoria

da situação socioeconómica destas classes, defendendo políticas que transfiram rendimento do capital para o trabalho e não aprovando ações que promovam o contrário, mesmo que tal se verificasse aparentemente necessário para o cumprimento de constrangimentos externos dos quais o PCP é crítico.

Por último, é importante assinalar a tendência de diminuição do rácio entre filiados e votantes do Partido Comunista, o que aumenta a proporção de um eleitorado mais volátil. Como verificado anteriormente, existe uma maioria absoluta de eleitores do partido que encara positivamente a cooperação entre as diferentes forças de esquerda. Assim sendo, e numa lógica *vote-seeking*, é possível acreditar que o PCP executará todos os esforços para manter a coligação atual durante toda a legislatura, sem que isso implique a quebra de outros compromissos já referidos acima. Uma hipotética quebra do governo apoiado pelas esquerdas, se percecionada pelo eleitorado como uma ausência de vontade efetiva do PCP em mantê-lo, poderá possuir consequências negativas ao nível eleitoral para o partido.

IV.1.3 - Bloco de Esquerda

Relativamente ao BE, a natureza da sua base eleitoral será, eventualmente, o constrangimento central à ação do partido. Como referido, o BE é a força partidária, daquelas aqui referidas, que apresenta o menor rácio entre filiados e votantes, o que indica que uma proporção significativa do seu eleitorado irá escolher o seu voto consoante a orientação política do partido corresponda às suas expectativas e desejos. Como já vimos anteriormente, uma proporção significativa do seu eleitorado deseja que o partido possua ambição governativa, devendo promover, com esse fim, a cooperação entre os diferentes partidos da esquerda. Este foi um dos sinais claros que o seu eleitorado transmitiu em dois momentos: primeiramente, no resultado eleitoral muito negativo do partido nas legislativas de 2011; numa segunda instância, no aumento claro das intenções de voto no BE verificáveis nas sondagens realizadas a partir do debate entre Catarina Martins e António Costa realizado em 14/09/2015. Como descrito, neste debate verificou-se um papel ativo do BE na procura de entendimentos políticos à esquerda, nomeadamente com o PS. A partir deste momento, verificou-se uma tendência clara de aumento nas intenções de voto no BE, tendo alcançado nas eleições legislativas 10,19% dos votos, mais do que duplicando o seu número de deputados e constituindo-se como a terceira força parlamentar.

Percebendo-se, desta forma, que uma proporção significativa do eleitorado bloquista deseja que o seu partido possua um papel ativo na aproximação e cooperação entre as

diferentes forças de esquerda, é expectável que o BE realize todos os esforços, tal como o PCP, para garantir o sucesso desta experiência, apresentando uma posição pragmática, flexível, mas sem abdicar das suas posições ideológicas e programáticas. Numa lógica *vote-seeking*, procurará responder aos anseios do seu eleitorado; caso contrário, poderá novamente experienciar um resultado eleitoral bastante negativo, tendo já surgido no panorama político forças partidárias que procuram ocupar esse espaço político. Por outro lado, perseguindo a mesma lógica, mas percebendo a importância do vértice *policy-seeking* e a identidade do partido, como já descrito anteriormente, não irá ceder em aspetos importantes da sua agenda programática para que não ocorra uma aproximação excessiva ao Partido Socialista, o que poderia eliminar a sua razão de ser enquanto força organizada.

IV.1.4- Relação PCP-BE

Para terminar as considerações gerais relativas às ações que os partidos de esquerda poderão tomar no futuro no que à temática da cooperação diz respeito, é importante referir a dinâmica existente entre o PCP e BE e a posição de ambos no sistema institucional.

Como referido anteriormente, existe uma clara tendência histórica em que se verifica a diminuição da força eleitoral dos partidos que compõem o governo, como demonstrado acima (Mackie & Rose, 1983). As razões para tal são várias, não possuindo interesse explorá-las aqui. Este comportamento eleitoral permite perspetivar outra tendência política, nomeadamente a melhoria dos resultados eleitorais dos partidos que optaram por constituir-se como oposição. Sendo uma tendência, nem sempre a realidade se comporta da forma descrita, como é exemplo o comportamento eleitoral do BE nas eleições legislativas de 2011, onde viu reduzida a sua força eleitoral não por arriscar no processo governativo, mas sim por optar por uma função de clara oposição.

Tendo tudo isto em mente, a elite partidária de ambos os partidos de esquerda radical (PCP e BE) poderão somente aceitar uma maior cooperação com o PS caso esta os inclua simultaneamente, procurando não deixar o monopólio da oposição do seu campo político entregue apenas a um dos partidos. Se apenas um destes partidos priorizasse o vértice *office-seeking*, deixando a função de oposição à esquerda ao outro partido, tal poderia provocar uma transferência de eleitorado para a força partidária que optara pela função de oposição, sendo este comportamento tomado numa lógica *vote-seeking*.

Apesar de tal tendência se verificar na generalidade dos casos, um fator específico do eleitorado de ambos os partidos poderá contrabalançar esse comportamento, nomeadamente o

desejo maioritário das bases de apoio dos dois partidos na existência efetiva de cooperação e acordos governativos entre os diferentes partidos de esquerda. Caso seja percecionado pelas elites partidárias, numa lógica *vote-seeking*, que o comportamento cooperativo é benéfico, ambos os partidos poderão apresentar uma maior disponibilidade e flexibilidade relativamente a acordos, não querendo ficar de fora dos mesmos. Neste segundo caso é expectável uma maior liberdade de ação e de poder negocial por parte do PS relativamente à primeira dinâmica apresentada. Seja qual a tendência que se verifique, é provável que o comportamento de ambos os partidos de esquerda radical seja semelhante e que os mesmos adotem a mesma orientação.

IV.2 – Considerações particulares e “linhas vermelhas” para os partidos de esquerda

IV.2.1 – Partido Socialista

Como já referido anteriormente em várias ocasiões, o PS apresenta dinâmicas típicas de um partido *catch-all*, priorizando o vértice *office-seeking*. Dada a importância da conquista do executivo, o mesmo adota posições programáticas que lhe permitam maximizar o número de votos obtidos nas diferentes eleições, sendo para isso essencial corresponder às ambições do eleitor que vagueia pelo centro do espetro político e que altera mais facilmente a sua orientação de voto. É deveras importante reter toda esta dinâmica pois tal permite compreender melhor a maioria das opções do partido aqui em questão.

O Partido Socialista, nas eleições legislativas de 2015, procurou apresentar-se como uma alternativa política clara ao governo PSD/CDS, com premissas programáticas bastante distintas deste. Com o objetivo de resolver as problemáticas nacionais e internacionais identificadas pelo partido, este apresentara duas estratégias combinadas (Partido Socialista, 2015, p. 9). A primeira, com ambição de médio-prazo, encontra-se descrita no documento “Agenda para a Década”, aprovado no XX Congresso do Partido Socialista. Tal Agenda centra-se na modernização da Economia e do Estado através de ações em 4 áreas distintas: 1 - Valorização dos diferentes recursos nacionais; 2 – Modernização tecnológica da atividade económica e do Estado; 3- Investimento na cultura e ciência; 4- Reforço da coesão social (Partido Socialista, 2014). Por outro lado, e numa perspetiva temporal de curto prazo, a segunda estratégia procura combater no imediato a degradação de aspetos económicos e sociais provocada pela crise internacional e pelas políticas adotadas pelo governo PSD/CDS. Essa estratégia atua em três eixos: aumentar o rendimento disponível das famílias, resolver o

problema do financiamento das empresas e promover o emprego, combatendo a precariedade. É nestas duas estratégias, presentes em documentos oficiais do partido, que se baseiam as opções programáticas do Partido Socialista no presente e num futuro próximo.

Tendo isto em mente, os acordos governativos entre as diferentes forças da esquerda portuguesa surgiram envoltos num sentido de urgência, de contrariar e reverter medidas aplicadas pelo governo anterior que se apresentavam como deveras antagónicas àquilo que os agentes partidários envolvidos neste novo acordo defendem. Em todas as “Posições Conjuntas”, assinadas bilateralmente a 10 de novembro de 2015, entre o PS e os seus parceiros à esquerda (PCP, BE e PEV), poder-se-á encontrar transposta a vontade de “pôr fim a um ciclo de degradação económica e social que a continuação de um ciclo PSD/CDS prolongaria”. Este contexto e tal vontade clara dos agentes partidários revela que os acordos assinados, como facilmente perceptível através da sua leitura, possuem uma visão centrada maioritariamente no curto-prazo, em medidas que num curto período de tempo permitiriam combater a degradante situação socioeconómica percecionada.

Dada natureza indicada dos acordos em causa analisar-se-á, primeiramente, a estratégia de curto-prazo do Partido Socialista, pois esta apresenta-se como central no cumprimento dos atuais acordos. Após essa análise, a estratégia de médio-prazo do PS será também alvo de estudo, possuindo o potencial de melhor informar da possibilidade de futuros acordos com os seus atuais parceiros.

IV.2.1.1 – Estratégia de curto-prazo

Como já referido anteriormente, a estratégia de curto-prazo do Partido Socialista assenta em três áreas de atuação: 1- Aumentar o rendimento disponível das famílias; 2- Resolver o problema do financiamento das empresas; 3- Promover o emprego e combater a precariedade.

a) Recuperação de rendimento

Relativamente à primeira área de atuação, o PS propôs várias medidas no seu programa de governo, entre as quais se incluíam: a extinção da sobretaxa do IRS em dois anos; a redução progressiva e temporária da taxa contributiva dos trabalhadores, sendo que os mesmos veriam as suas reformas futuras diminuídas devido a este período de menores contribuições; desbloquear a contratação coletiva; aumentar o salário mínimo; entre outras.

Todas estas medidas possuem como motivação mais ou menos explícita não só o aumento do rendimento disponível, mas também a valorização do trabalho.

O PS, em comparação com os seus parceiros de esquerda, é aquele que apresentou medidas políticas nesta área com menor ambição, dadas outras prioridades que, dependendo da magnitude das medidas em causa, poderiam colidir entre si. Tais prioridades, em caso de conflito, subsistiriam perante o objetivo da recuperação de rendimentos. Ainda assim, tais diferenças foram passíveis de ser conciliadas como se pode testemunhar pelas várias medidas acordadas presentes nas “Posições Conjuntas”.

Uma outra temática umbilicalmente ligada à recuperação/aumento do rendimento da classe trabalhadora assenta na regulação do mercado laboral. Ainda que ligada, aprofundar-se-á esta questão mais à frente na terceira prioridade de curto-prazo: promover o emprego e combater a precariedade.

b) Resolver o problema do financiamento das empresas

A segunda prioridade de curto-prazo do Partido Socialista possui diversas áreas de ação, nomeadamente: acelerar a execução dos fundos comunitários; criar um fundo de capitalização; maior articulação dos apoios ao investimento e ao financiamento das empresas; prosseguir políticas favoráveis às microempresas e ao empreendedorismo; atrair mais e melhor investimento direto estrangeiro; relançar o SIMPLEX para as empresas para reduzir o tempo e o custo do investimento; e realização de investimentos seletivos que permitam rentabilizar o investimento público em infraestruturas já realizado. Esta prioridade, e as medidas correspondentes, não encontram qualquer identificação nas “Posições Conjuntas” assinadas com o PCP e o BE, sendo que os partidos, negociando num contexto de urgência em reequilibrar a balança entre capital e trabalho, priorizaram outras temáticas.

Apesar da ausência desta temática nas “Posições Conjuntas”, compreensível dada a natureza de tais documentos, não parecem existir razões que indiquem a impossibilidade de atingir acordos, no futuro, relativamente a esta temática entre PS, PCP e BE. Apesar de divergências existentes entre os partidos relativamente ao assunto, nomeadamente nos mecanismos adotados que visem a captação de investimento estrangeiro e, uma vez em território nacional, os comportamentos de tais empresas, tal não parece constituir-se como um bloqueador central de futuros acordos, sendo possível que todos os agentes envolvidos flexibilizem as suas posições.

c) Promover o emprego e combater a precariedade

A última prioridade de curto-prazo do Partido Socialista assenta na promoção do emprego e no combate à precariedade. Esta preferência possui diversas esferas de ação, nomeadamente: políticas ativas para emprego efetivo, priorizando o combate ao desemprego jovem e de longa duração, apoiando o emprego nos setores de bens transacionáveis e nos setores muito criadores de emprego; apoiar o reforço de competências e empregabilidade dos desempregados licenciados; valorização e capacitação do empreendedorismo; combater a precariedade, legislando no sentido de evitar o uso excessivo dos contratos a prazo, dos falsos recibos verdes e outras formas atípicas de trabalho; promover a conciliação laboral e; relançar o diálogo social e a negociação coletiva setorial.

Dada a natureza do Partido Socialista (*catch-all*) e o campo ideológico com que este se identifica, esta área de ação é bastante relevante. Uma elevada proporção do eleitorado subsiste do rendimento do seu trabalho sendo que, devido à crise económica, ao aumento brutal do desemprego e às políticas adotadas pelo governo anterior, perdeu consideravelmente força negocial e poder na relação capital/trabalho. Numa perspetiva *vote-seeking*, seria essencial a este partido corresponder a algumas das ambições deste potencial eleitorado. Além disso, tendo em conta o referido relativamente ao PCP e BE sobre as suas posições programáticas, a natureza do eleitorado-alvo e as suas estratégias partidárias e normas comportamentais (esta última mais relevante no caso do PCP), facilmente se compreende a importância desta temática para estes partidos.

Observando as “Posições Conjuntas” assinadas pelos diferentes intervenientes, esta temática encontra-se presente, mas numa proporção bastante menor do que aquela que o PCP e o BE esperariam. As diferenças consideráveis verificadas nesta temática foram já assinaladas por figuras relevantes de todas as forças partidárias envolvidas nestes acordos. Sendo o Partido Socialista, neste momento, o alvo da análise, o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Pedro Nuno Santos, quando questionado relativamente à ausência de ação do Governo na revisão das leis laborais, prioridade para o PCP e o BE, o mesmo respondeu: “Há muitas diferenças. (...) Há diferenças nessa matéria, como há noutras como na União Europeia” (Sapage & Valente, 2017). Estas diferenças reconhecidas por todos os agentes envolvidos são a causa pela qual as “Posições Conjuntas” não apresentam um conjunto de medidas de alteração estrutural do mercado de trabalho em direção à revogação de políticas seguidas pelo anterior executivo, sendo que a principal ação nesta temática se centra no combate à precariedade.

Poder-se-á perspetivar que, em negociações futuras, a regulação do mercado laboral poderá ser uma temática potencialmente impeditiva de sucesso, nomeadamente no caso de o PCP e BE exigirem determinadas medidas políticas mais ambiciosas e de carácter mais estrutural. Caso tal ocorra surgirá, muito provavelmente, uma forte oposição por parte das entidades patronais, sendo que o PS não quererá confrontar essa mesma resistência de forma a poder atingir os seus principais objetivos. O Partido Socialista procurará sempre qualquer género de conciliação de interesses, o que nem sempre é possível.

IV.2.1.2 – Estratégia de médio-prazo

Com o objetivo de responder aos problemas nacionais identificados pelo Partido Socialista, este apresentara nas eleições legislativas de 2015 a combinação de duas estratégias políticas. A primeira possuía uma ambição de curto prazo, procurando responder rapidamente aos problemas considerados mais urgentes que teriam sido agravados com as políticas seguidas pelo governo PSD/CDS. A segunda estratégia apontara para questões diferenciadas, de natureza estrutural, e com ambição de médio-prazo. A natureza desta estratégia denota-se desde logo no nome do documento onde se encontra inscrita a mesma: “Uma Agenda para a Década 2015-2024”.

A estratégia de médio prazo do Partido Socialista possui como objetivo a modernização do Estado e da Economia através da ação em 4 pilares: 1- Valorizar os nossos recursos; 2- Modernizar a atividade económica e o Estado; 3- Investir no futuro; 4- Reforçar a Coesão Social.

Através da leitura do documento referido, bem como o reconhecimento da natureza do Partido Socialista (prioriza os vértices *office-seeking* e *vote-seeking*), não é possível afirmar que determinada ação presente em qualquer dos seus pilares possa ser considerada como inegociável e, portanto, inibidora da obtenção de futuros acordos com os seus atuais parceiros (PCP e BE). No entanto, é natural que a facilidade em atingir compromissos varie consoante a temática.

A problemática da regulação do mercado laboral surge novamente. As diferenças consideráveis entre os partidos de esquerda em causa nesta temática foram já referidas, tendo as mesmas uma forte projeção mediática. Este partido apresenta 4 ações-chave nesta temática: 1- Recuperar o emprego nos setores competitivos e combater o desemprego de longa duração; 2- Reforçar a concertação social; 3- Relançar a negociação coletiva; 4- Reduzir as desigualdades no mercado de trabalho e combater a precariedade. As medidas mais concretas

presentes em cada “ação-chave”, além de quantitativamente reduzidas, encontram-se longe dos anseios do PCP e BE. Este facto, por si só, não constitui qualquer impedimento na obtenção de novos acordos – caso o contexto incentive à cooperação e dadas as características do PS, seria expectável uma considerável flexibilidade do mesmo. Mas como já referido e demonstrado anteriormente, a flexibilidade do partido em questão poderá ter como limite a oposição das entidades patronais, sendo que o mesmo procura sempre evitar o confronto, tentando conciliar interesses, o que nem sempre é possível. Tal comportamento justifica-se pelo facto de este setor em particular ter capacidade mobilizadora suficiente para colocar em risco a capacidade do PS conquistar o executivo. Este mesmo espírito, avesso ao conflito, encontra-se descrito no documento orientador da estratégia a médio-prazo do partido, nomeadamente na ação-chave “Reforçar a concertação social”. Nessa rúbrica afirma-se que “é prioritário submeter à Concertação Social uma proposta de Acordo Estratégico de médio prazo que articule políticas económicas, política de rendimentos, políticas fiscais, de emprego e de proteção social” (Partido Socialista, 2014: 33). Esta “linha vermelha” representa um considerável constrangimento à liberdade de ação do PS, dado que a conciliação de interesses nem sempre é possível. Além disso, nessa instituição verifica-se um desequilíbrio na correlação de forças entre o capital e o trabalho, em favor do primeiro. Muitas ações da UGT em sede de concertação social, como a aprovação de compromissos bastante penalizadores para o fator trabalho no período do XIX Governo Constitucional chefiado por Pedro Passos Coelho, são uma das causas desse desequilíbrio. Tal característica da Concertação Social torna ainda mais difícil a obtenção de compromissos que satisfaçam os anseios dos atuais parceiros do poder executivo – PCP e BE.

IV.2.1.3 – Aspectos comuns às estratégias de curto e médio prazo

Tendo sido descrito acima as estratégias de curto e médio prazo do Partido Socialista, determinados aspetos são comuns a ambas. Tais características estabelecem as premissas sobre as quais o partido em questão elabora as suas políticas, constrangendo-as a determinados limites. A definição e a compreensão destas bases é de extrema importância no entendimento das possíveis ações do PS.

Os aspetos comuns em ambas as estratégias que se consideram mais relevantes são os seguintes: 1 – A importância da obtenção de acordos em sede de concertação social e construção de plataformas alargadas de entendimento político; 2- Sustentabilidade das contas públicas; 3- Manutenção clara da opção europeia.

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

a) Concertação Social e Plataformas alargadas de entendimento político

Este aspeto, bastante relevante no comportamento do Partido Socialista, foi já esmiuçado acima na análise da estratégia de médio prazo deste partido. A lógica e os constrangimentos que este aspeto apresenta são globalmente os mesmos independentemente do horizonte temporal apresentado, não sendo necessário, portanto, repetir o que já anteriormente foi afirmado. Resumindo a dinâmica central deste aspeto, poder-se-á afirmar que o agente partidário em análise não irá adotar uma posição de confronto relativamente a um setor social importante, seja este qual for, pois o mesmo poderá ter a capacidade de prejudicar as ambições do partido em alcançar os seus principais objetivos, nomeadamente a conquista do executivo.

b) Sustentabilidade das contas públicas e opção europeia

Outros dois aspetos comuns a ambas as estratégias do Partido Socialista baseiam-se na sustentabilidade das contas públicas, bem como a manutenção clara e total de Portugal na União Europeia e no Euro, querendo ser parte integrante dos principais desenvolvimentos destas instituições (esta dinâmica será referida daqui em diante como “opção europeia”). Ainda que a sustentabilidade das contas públicas e a “opção europeia” sejam, na teoria, dois aspetos distintos, no contexto contemporâneo a primeira não é passível de ser compreendida sem referência à segunda.

A definição de contas públicas sustentáveis e o caminho que deve ser percorrido até atingir tal estado são questões atualmente definidas no plano europeu, sendo necessário respeitar determinadas regras presentes em vários documentos, nomeadamente no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e no Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária (popularmente designado por “Tratado Orçamental”). O Partido Socialista, considerando que “a Europa e, dentro dela, a Zona Euro, são o espaço de referência para Portugal” (Partido Socialista, 2015: 8), possui como sua a definição de sustentabilidade definida no seio da União Europeia. O mesmo agente em causa considera que “É dentro da Europa e com a Europa que os desafios devem ser vencidos”, afirmando claramente que o caminho “não pode ser romper com a União Europeia”. (Partido Socialista, 2015: 8-9). Percebe-se assim que aqui se encontra uma clara “linha vermelha” para o Partido Socialista, constrangendo as opções potencialmente disponíveis, sendo que o mesmo não adotará comportamentos que o impeçam de seguir e cumprir as regras presentes nos documentos referidos. No futuro, esta opção política do Partido Socialista poderá

constituir-se como um constrangimento inultrapassável em negociações com os partidos à sua esquerda.

Apesar da “opção europeia” do Partido Socialista, o mesmo anseia por determinadas alterações ao nível europeu. Isto não implica, contudo, um possível confronto com as instituições europeias, algo que o agente partidário em causa procurará sempre evitar. A posição do partido relativamente a esta temática encontra-se bem plasmada no seu programa eleitoral de 2015 numa rúbrica denominada “Um Novo Impulso para a Convergência com a Europa”. Na mesma, o PS defende “uma leitura inteligente da disciplina orçamental”, significando que o partido procurará, sempre que possível, cumprir não só as regras europeias pelos mínimos, mas também aproveitar todas as flexibilidades e minúcias que o contexto político europeu proporcionar para percorrer um caminho mais gradual em direção às metas estabelecidas pela União Europeia (Partido Socialista, 2015: 19). Este comportamento é compreensível, numa lógica de *vote-seeking*, pois permitiria responder a um maior número de anseios não só dos seus parceiros da esquerda portuguesa, mas também de vários setores sociais relevantes.

No seu programa eleitoral de 2015, o PS defende algumas mudanças mais abrangentes do que a referida relativamente às instituições europeias. Entre muitas, poderão ser referidas a defesa de ação efetiva em relação aos países que, seja ao nível orçamental ou à posição externa da economia, apresentem défices ou superávits considerados excessivos; harmonização fiscal e social; reforço da capacidade orçamental da União Económica e Monetária; estabelecimento de mecanismos que permitam diminuir o peso do serviço da dívida nos orçamentos nacionais; completar a União Bancária; entre outras. Muitas destas medidas indicam a orientação geral que o PS anseia para a correção de determinadas problemáticas identificadas, nomeadamente o aprofundamento da integração europeia. Esta opção política poderá, no futuro, constituir-se como um relevante constrangimento no estabelecimento de dinâmicas cooperativas com o PCP e o BE, dado que estes últimos não consideram que a resolução dos problemas do país se possa realizar, na correlação de forças contemporânea, no sentido de maior integração europeia.

IV.2.2 – Partido Comunista Português

O PCP, como referido anteriormente, é aquele que, dos três partidos aqui analisados, possui as posições programáticas mais estruturadas e ancoradas numa filosofia política clara.

A natureza dessa base filosófica e ideológica permite perspetivar duas tendências comportamentais do partido:

1- Por um lado, o PCP detém uma visão de longo-prazo com objetivos revolucionários e sistémicos, possuindo “uma profunda convicção que o socialismo e o comunismo são o futuro da humanidade” (Almeida, 2017). Assim sendo, o agente partidário em causa atribui primazia ao vértice *policy-seeking*, não sendo expectável que o mesmo flexibilize consideravelmente as suas posições programáticas em busca de ganhos eleitorais ou de influência executiva. Tal atitude pôde verificar-se em várias ocasiões ao longo da atual experiência cooperativa, sendo que o líder da bancada parlamentar do PCP, João Oliveira, demonstrou claramente a atitude do partido relativamente ao jogo eleitoral: “Não são os resultados eleitorais que determinam a avaliação que fazemos quanto à justeza ou não da orientação política que assumimos e das decisões políticas que tomamos em cada momento concreto” (Dinis & Lourenço, 2017b).

2- Por outro lado, e ao contrário do que se poderia perspetivar pelo que foi afirmado, o PCP tem apresentado ao longo da sua história um comportamento político pragmático. A sua matriz ideológica bem definida, patente nas suas ações e no seu discurso, não se apresenta como um constrangimento à cooperação, podendo até constituir-se como um agente facilitador da mesma, dado encontrar-se diminuído o risco de diluição ou perda de identidade, problema que se poderá colocar a partidos com posições programáticas menos estruturadas. Esta tendência também se pôde verificar na atual experiência governativa, na qual o PCP aprovou medidas políticas com as quais, não discordando, considerava-as manifestamente insuficientes. Como afirmou Jerónimo de Sousa “O PCP não se coloca no posicionamento do tudo ou nada, mas propostas possíveis, viáveis, mesmo com todos estes constrangimentos que nos são impostos no plano externo, particularmente da União Europeia” (Sousa, 2017b).

Priorizando a influência que consegue obter ao nível da elaboração das políticas públicas, o PCP afirmara que a solução governativa atual fora a realização do possível, estabelecendo medidas de urgência de reposição de rendimentos e direitos, mas encontrando-se ausente outras de carácter estrutural. Assim sendo, e seguindo a estrutura da análise ao Partido Socialista no subcapítulo corrente, ir-se-á verificar, num primeiro instante, quais as medidas que o PCP considera urgentes e que procura aplicar num curto-período de tempo, nomeadamente durante a atual XIII legislatura, o que permitirá avaliar mais corretamente as dinâmicas presentes e expectáveis num futuro próximo. Posteriormente, analisar-se-á quais as políticas de carácter estrutural que o partido em causa defende, verificando se e em que medida as mesmas conflitem com as posições essenciais e profundas do Partido Socialista, tentando

então perceber quais as possibilidades de repetir dinâmicas cooperativas entre os partidos em análise.

IV.2.2.1 – Medidas Urgentes

A divisão mais ou menos dicotómica, em determinadas áreas, de medidas urgentes e estruturais deve-se, na perceção do PCP, às políticas tomadas por parte do governo do PSD/CDS que teriam diminuído gravemente o rendimento disponível dos trabalhadores e do povo, aumentando a injustiça fiscal, diminuído a força da classe trabalhadora através da “flexibilização” do código laboral, entre outras consequências negativas (Sousa, 2016). Dado este caminho, seriam necessárias medidas urgentes que contrariassem estas diferentes tendências.

Reconhecendo o PCP as diferenças que o separam, em matérias estruturais, do Partido Socialista, mas priorizando os objetivos comuns e dado o caminho político seguido na anterior legislatura que criou um espírito de urgência, foi possível alcançar a solução governativa atual e inédita na história da democracia portuguesa. A posição conjunta entre PS e PCP demonstra essa mesma vontade. Para o PCP, este novo arranjo político permitiu “não desperdiçar a oportunidade de, com a sua intervenção, concretizar avanços, ainda que limitados, e corresponder, assim, ao seu compromisso com os trabalhadores e o povo” (Partido Comunista Português, 2016: 27).

Com o objetivo de averiguar a harmonia entre as políticas urgentes defendidas por PCP e PS, verificar-se-á, desde já, o conteúdo relevante para esta questão no programa eleitoral do PCP para as eleições legislativas de 2015. Após esse processo, analisar-se-á o conteúdo da posição conjunta e a estratégia de curto-prazo do Partido Socialista, já descrita em cima, de forma a atingir o objetivo referido.

a) Programa eleitoral de 2015

O PCP sempre possuiu uma posição bastante crítica relativamente à ação política geral de todos os governos constitucionais, com início em 1976. Segundo o mesmo, todos os executivos eleitos desde esse período adotaram uma política de direita de recuperação capitalista e monopolista (Partido Comunista Português, 2015: 18). Ainda assim, esta política teria sido agravada a partir de 2010 com a aplicação do primeiro Programa de Estabilidade e Crescimento, sendo por isso necessárias medidas urgentes para combater o agravar do caminho político referido.

As principais consequências desta nova e intensa fase referida, problemas estes que necessitam de tais medidas urgentes, são mencionadas pelo partido em causa no seu programa eleitoral, nomeadamente: o desemprego e a precariedade, a quebra do investimento, a insustentabilidade da dívida pública e do seu serviço, o aumento da exploração, das desigualdades e o empobrecimento geral dos trabalhadores e do povo, a diminuição da progressividade da política fiscal, a degradação geral das condições de vida da maioria dos portugueses e, por último, a perda de soberania e transferência da mesma para estruturas supranacionais. No seu programa eleitoral, o partido em causa enumera 25 medidas políticas que visam a resolução destes problemas mais prementes. Numa perspetiva geral, tais medidas procuram a melhoria das condições de vida das classes mais desfavorecidas, o reforço do papel do Estado em diferentes temáticas, a proteção das classes trabalhadoras no mercado laboral e o aumento da justiça fiscal. As 25 medidas podem ser lidas no Anexo B, encontrando-se as mesmas disponíveis para consulta dada a sua importância no cumprimento dos objetivos desta secção.

b) Prioridades Socialistas e Posição Conjunta

Como referido aquando da análise das posições programáticas do Partido Socialista, este possui três prioridades temáticas de curto-prazo, nomeadamente a recuperação de rendimentos, a resolução do problema de financiamento das empresas e o combate ao desemprego e à precariedade. Algumas destas prioridades são partilhadas pelo PCP, sendo que na posição conjunta ambos os partidos afirmam que a sua função no período governativo que se segue passa por:

“procurar uma política que dê resposta a problemas mais urgentes dos portugueses, do emprego, dos salários e rendimentos, das pensões e prestações sociais, dos direitos, das funções sociais do Estado e dos serviços públicos nomeadamente a saúde, a educação, a segurança social e a cultura” (Partido Socialista; Partido Comunista Português, 2015: 1).

Relativamente à recuperação de rendimentos, tendo ambos os partidos tal objetivo, verificam-se claras diferenças de ambição entre os mesmos. Estas diferenças poderão ser explicadas não só pela aceitação por parte do PS de determinados constrangimentos externos (europeus), mas também, segundo o PCP, pela dificuldade que o Partido Socialista apresenta em romper com os interesses do capital monopolista (Sousa, 2017b). Ainda assim, estas diferenças não impossibilitaram o acordo de várias medidas em relação a esta temática, encontrando-se as mesmas presentes na “Posição Conjunta”.

A segunda prioridade socialista da sua estratégia de curto-prazo é a resolução dos problemas de financiamento das empresas. O PCP, apesar de reconhecer também no seu programa eleitoral este problema, o mesmo não elenca medidas de carácter urgente que visem esta temática diretamente, encontrando-se ausente da “Posição Conjunta”. Ambos os partidos possuem medidas políticas que visem este problema nos seus manifestos eleitorais, sendo que a diferença assenta na prioridade estabelecida. Ainda assim, comparando as opções políticas dos dois partidos em relação a esta temática, existem claras diferenças, nomeadamente ao nível da banca e do investimento direto estrangeiro. Caso em cenários futuros seja necessário acordar em medidas mais estruturais, esta temática constituir-se-á como dificultadora do estabelecimento de dinâmicas cooperativas.

A terceira e última prioridade da estratégia socialista de curto-prazo, o combate ao desemprego e à precariedade, é partilhada pelo PCP. Este último, inclusivamente, apresenta no seu programa eleitoral um plano estruturado de combate a esta problemática denominado de Programa Nacional de Combate à Precariedade e ao Trabalho Ilegal. Apesar de ambos os partidos partilharem esta prioridade, os mesmos observam o problema e identificam soluções razoavelmente distintas, sendo que o PCP procura mudanças de natureza estrutural mais profundas em comparação às desejadas pelo PS. Contudo, estas diferenças não impediram acordar determinadas medidas políticas em relação a esta problemática como se poderá verificar na “Posição Conjunta”. É importante assinalar que a concordância entre os dois partidos foi facilitada pelo conjunto de medidas tomadas pelo executivo PSD/CDS no sentido da liberalização do mercado de trabalho. No futuro, e caso haja necessidade de acordar numa natureza mais estrutural, esta temática poderá apresentar-se como claramente dificultadora do estabelecimento de dinâmicas cooperativas dadas as diferenças significativas entre PS e PCP, tendo sido as mesmas já reconhecidas por agentes partidários de ambos os partidos e citadas anteriormente.

O exercício acima realizado verifica a maior ou menor conciliação do programa político do PCP como as prioridades do PS. No entanto, é importante assinalar uma temática que, não se encontrando diretamente em nenhuma das prioridades estabelecidas pelo PS, constitui uma prioridade para o PCP, nomeadamente o reforço do Estado Social nas áreas da saúde, educação e segurança social. Verificando a “Posição Conjunta” entre os dois partidos, verifica-se a presença de determinadas medidas que respondem a esta prioridade comunista, nomeadamente o reforço da capacidade do SNS, o reforço da Ação Social Escolar direta e indireta, o descongelamento das pensões, entre outras. Apesar de esta problemática não se encontrar presente nas três prioridades definidas pelo PS, o mesmo partilha a ambição de

reforçar o Estado Social, desde que essa opção não o impeça de atingir outros objetivos prioritários, nomeadamente o cumprimento das regras europeias ao nível orçamental e da dívida pública.

IV.2.2.2 – Política Patriótica e de Esquerda

Após a análise realizada acima, estudar-se-ão de seguida as ambições de médio-prazo do partido, as suas posições estruturais, e a flexibilidade do partido perante esse seu programa político. É importante assinalar que no futuro poderão ser estabelecidas dinâmicas de cooperação entre PS e PCP sem a necessidade de acordar em matérias mais estruturais, como a experiência atual o demonstra. Ainda assim, verificar-se-á de seguida a possibilidade de conciliação das posições mais profundas de ambos os partidos caso seja necessário, eventualmente, acordar em determinadas temáticas estruturantes.

No período histórico atual o PCP defende que Portugal deveria seguir aquilo que o mesmo apelida de “Política Patriótica e de Esquerda”. Esta política, segundo o partido, baseia-se nos princípios e valores da Constituição Portuguesa, enquadrando-se no seu programa denominado “Uma Democracia Avançada – Os Valores de Abril no Futuro de Portugal”, tendo sido aprovada no XIX Congresso que decorreu em dezembro de 2012.

A política aqui em análise possui 9 eixos de atuação. A sua constituição apresenta, de forma clara, qual o caminho que o partido pretende percorrer, oferecendo uma ferramenta essencial na definição de um quadro político dentro do qual o PCP se permitirá mover. Os 9 eixos desta política são os seguintes: 1- Valorização do trabalho e dos trabalhadores, defendendo o aumento dos salários, reformas e pensões; 2- Defesa dos setores produtivos e da produção nacional, promovendo uma economia mista com um forte setor público; 3- A afirmação da propriedade social e do papel do Estado na economia, revertendo privatizações e recuperando para o setor público setores básicos estratégicos; 4- Administração e serviços públicos ao serviço do País, apostando no Serviço Nacional de Saúde e na Educação; 5- Democratização e promoção do acesso ao desporto, à cultura e à defesa do património cultural; 6- Defesa do meio ambiente, do ordenamento do território e a promoção de um efetivo desenvolvimento regional; 7- Defesa do regime democrático de Abril e o cumprimento da Constituição da República, com o aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias fundamentais; 8- Efetiva subordinação do poder económico ao poder político; 9- Afirmação de um Portugal livre e soberano e de uma Europa de paz e cooperação (Partido Comunista Português, 2015: 22-23).

Encontrando-se descrita a “Política Patriótica e de Esquerda” defendida pelo PCP, torna-se relevante verificar a posição do partido em relação a esse programa político, ou seja, até que ponto flexibilizará a sua agenda política para poder viabilizar uma determinada experiência governativa. Como referido anteriormente o PCP prioriza, de forma clara, o seu vértice *policy-seeking*. Será, portanto, expectável que o partido rejeite toda e qualquer medida que na sua perceção prejudique o seu eleitorado alvo, que constitui também a sua principal base de apoio formada, principalmente, por indivíduos socioeconomicamente desfavorecidos (ver página 20). Esta expectativa é reforçada pelas declarações do secretário-geral do partido, Jerónimo de Sousa, que afirmou que não aprovaria nada com que não concordasse (Sousa, 2017b). Esse comportamento foi seguido durante a atual experiência governativa, sendo exemplos disso a rejeição por parte do PCP do projeto de resolução do BANIF ou o projeto de resolução socialista relativo à adesão de Portugal ao mecanismo de defesa europeu intitulado de Cooperação Estruturada Permanente. Dado o afirmado, é provável que no futuro o PCP se encontre disponível a cooperar com o PS ou outras forças partidárias do seu campo ideológico de forma semelhante àquela realizada nesta legislatura, ou seja, cooperando parlamentarmente, mantendo a sua autonomia relativamente ao governo. Esta estrutura de cooperação permitir-lhe-á, como ocorre presentemente, rejeitar tudo aquilo que contrarie o espírito da sua “Política Patriótica e de Esquerda” e apoiar medidas políticas que, mesmo não sendo tão ambiciosas ou amplas como desejaria, prosseguem o espírito do seu programa político. Caso queiramos avaliar a probabilidade da existência de uma estrutura de cooperação mais profunda e estrutural como uma coligação de governo implicaria, a conclusão a que se poderá chegar é significativamente diferente. Os partidos em causa possuem determinadas posições estruturais que, teoricamente, são extremamente difíceis de conciliar. Esta opinião é partilhada pelo secretário-geral do PCP que, quando questionado sobre a possibilidade de o partido poder integrar um futuro governo liderado pelo PS, o mesmo respondeu: “(...) existem elementos fundamentais (referindo-se à ligação do PS com a União Europeia e com setores do capital monopolista) que a não serem alterados, removidos, naturalmente não temos condições para integrar um Governo” (Sousa, 2017b). Assim sendo não é, de todo, plausível a existência de um governo de coligação entre PS e PCP num futuro próximo, dadas as suas posições estruturais inconciliáveis.

IV.2.3 – Bloco de Esquerda

Verificando as características do BE, poderemos identificar uma dinâmica central, umbilicalmente ligada com o seu eleitorado, que poderá ajudar a perspetivar o comportamento do partido no futuro.

Como já referido anteriormente, o BE é o partido que apresenta o rácio entre filiados e votantes mais reduzido dos cinco partidos com maior dimensão parlamentar. Este dado indica que uma grande parte da sua base de apoio é potencialmente volátil, pouco leal e, conseqüentemente, mais sensível às diferentes opções estratégicas que o partido adota em cada momento. Analisando-se vários factos, verifica-se que uma proporção significativa do eleitorado do BE ansiava por processos de convergência na esquerda política portuguesa. O mesmo pôde verificar-se nas eleições legislativas de 2011 onde o partido teve uma fraca prestação eleitoral, sendo que uma das razões para tal resultado se deve à postura de protesto acentuada antecedente às eleições materializada, a título de exemplo, na rejeição de reunir com a delegação da troika na negociação do programa de resgate. Dadas estas dinâmicas, é natural que algumas das ações estratégicas do partido a partir das eleições legislativas de 2011 se justifiquem numa lógica de *vote-seeking* de forma a que o partido não desaparecesse do principal plano político português, o que iria impossibilitar o alcance de qualquer objetivo a que se propõem. Por outro lado, o eleitorado do BE, apesar de ansiar por convergências à esquerda, não deseja que a mesma seja realizada à custa de um relaxamento excessivo do seu vértice *policy-seeking*, sendo esta a principal prioridade do partido. Assim sendo, a mudança estratégica realizada após as eleições de 2011 em que o partido terá aumentado ligeiramente a importância do vértice *vote-seeking* tem razões singulares assentes num determinado período e contexto histórico, não se podendo, desde já, afirmar qualquer mudança estrutural. É possível especular que, caso o BE, através da estratégia adotada, consolide uma presença forte no parlamento, tente uma implementação mais maximalista da sua agenda programática, diminuindo a importância do vértice *vote-seeking*. Independentemente destas possíveis alterações estratégicas o BE, devido não só às suas características, mas também àquelas presentes no seu eleitorado potencial, continuará a adotar um caminho político de equilíbrio que lhe possa permitir estabelecer dinâmicas cooperativas na esquerda portuguesa sem flexibilizar em demasia a sua agenda política.

Tendo-se apresentado dinâmicas centrais que influenciam e influenciarão a estratégia do BE, ir-se-á de seguida referir as prioridades do partido para horizontes temporais distintos,

verificando a sua possível conciliação com os objetivos definidos pelo PS para esses mesmos períodos.

IV.2.3.1 – Estratégia de curto-prazo

No período de campanha eleitoral para as eleições legislativas de 2015, num debate realizado a 14/09/2015 entre Catarina Martins (líder do BE) e António Costa (secretário geral do PS), a primeira apresentou ao segundo determinadas condições mínimas que, se satisfeitas, o BE estaria disponível para cooperar e apoiar um governo do Partido Socialista. Este desafio é lançado numa altura em que as sondagens realizadas (ver nota 7) indicavam que as intenções de voto no BE rondavam o resultado obtido nas eleições de 2011, que se tinha apresentado como negativo. Assim sendo, o repto lançado a 14 de setembro, que visava a cooperação na esquerda política, denota uma preocupação com o vértice *vote-seeking*. Ainda assim, tal como referido, a prossecução desse objetivo não poderia ser realizada através de um abandono das principais bases programáticas do partido.

A Posição Conjunta alcançada com o PS demonstra a realização desse equilíbrio, sendo que na mesma se encontram respondidos alguns dos anseios do BE. Como afirmou a líder do BE, Catarina Martins, “O acordo que nós fizemos com o Partido Socialista é um acordo de mínimos para parar o empobrecimento em Portugal, ou seja, recuperar rendimentos que tinham sido muito atacados, parar o processo de privatizações, segurar o país.” (Tavares & Reis, 2017). Esta afirmação indica que as opções políticas de curto-prazo são não só influenciadas pelo risco percebido de perda de influência, mas também pelas políticas tomadas pelo executivo PSD/CDS-PP, que teriam causado relevantes perdas de rendimento numa vasta percentagem da população e, conseqüentemente, facilitado a realização deste acordo. Como referido no manifesto eleitoral do BE, esse período constitui-se como “um trauma social só comparável ao do tempo da guerra colonial dos anos sessenta do século passado” (Bloco de Esquerda, 2015: 3).

Com o objetivo de compreender a conciliação entre diferentes preocupações, nomeadamente a persecução da sua agenda programática e a capacidade de realizar convergências dentro da esquerda portuguesa, ir-se-á analisar o conteúdo do manifesto eleitoral do partido, seguido da verificação da Posição Conjunta e das opções estratégicas de curto-prazo do PS.

a) Programa eleitoral de 2015

O programa eleitoral do BE para as eleições legislativas de 2015 encontra-se dividido em 5 temáticas, sendo que o partido considerou as mesmas como as mais relevantes para apresentar ao seu eleitorado potencial. As temáticas são as seguintes: 1- Europa – Desobedecer à austeridade; 2- Trabalho – Criar emprego e recuperar direitos; 3- Estado Social – Fator de modernização do país; 4- Justiça e Igualdade – Razões da Democracia; 5- Bens Comuns – Desenvolvimento produtivo e ambiental. Foi conferido um certo sentido de urgência, por parte do partido, a determinadas problemáticas e medidas políticas que visassem a sua resolução, sendo que a seguinte afirmação da deputada Mariana Mortágua indica, de forma clara, os assuntos priorizados: “Nós fizemos um acordo com o PS com base num objetivo muito concreto: recuperar rendimentos e travar a terraplanagem de direitos sociais em Portugal” (Dinis & Lourenço, 2017a).

Através da análise do programa político e da ação do partido no período em causa, poder-se-á afirmar que as temáticas priorizadas assentaram na política fiscal e de rendimentos, lei do trabalho, segurança social, educação, saúde e pobreza energética. Referindo as medidas ansiadas pelo partido nas temáticas em causa, o mesmo defendia o aumento da progressividade do IRS; aumento do salário mínimo; reposição de níveis de cobertura anteriores em várias prestações sociais; alterações na lei laboral no sentido de reforçar a posição do fator trabalho, como a recuperação da contratação coletiva e outras medidas que combatessem a precariedade; reforço do Estado Social, principalmente nas rubricas da Educação, Saúde e Segurança Social; implementação de um Plano Nacional de Combate à Pobreza Energética.

Encontrando-se referidas algumas das prioridades bloquistas para o curto-prazo, ir-se-á de seguida verificar como as mesmas foram conciliáveis com os objetivos do PS na Posição Conjunta.

b) Prioridades Socialistas e Posição Conjunta

Tendo sido referidas as medidas prioritárias sugeridas pelo BE para parar, segundo a perceção do mesmo, um período de “trauma social” produzido pelo executivo PSD/CDS-PP, é agora necessária a análise da harmonia com as medidas defendidas pelo PS e o resultado consequente da negociação entre os partidos em causa que originou uma Posição Conjunta.

Como já explorado anteriormente, o Partido Socialista adotou uma estratégia de curto-prazo assente em três áreas de atuação: 1- Aumentar o rendimento disponível das famílias; 2- Resolver o problema do financiamento das empresas; 3- Promover o emprego e combater a precariedade.

Relativamente à primeira área de atuação, o aumento do rendimento disponível das famílias constitui-se como uma prioridade tanto para o BE como para o PS, sendo que a Posição Conjunta entre os mesmos demonstra tal facto. Apesar de tal partilha, e como ocorre na relação do PS com o PCP, as medidas elencadas pelo BE relativamente ao aumento do rendimento disponível nas famílias são mais ambiciosas, ou seja, procuram um aumento do rendimento e da valorização do trabalho maior do que aquela que é sugerida pelo PS, sendo que a “opção europeia” deste último ajuda a explicar algumas diferenças entre os partidos nesta temática. Ainda assim, apesar das diferenças referidas, tal não impediu acordar determinadas medidas políticas em relação a esta temática, como se poderá observar na “Posição Conjunta”.

A segunda área de atuação da estratégia de curto-prazo do Partido Socialista baseia-se na resolução do problema do financiamento das empresas. Na Posição Conjunta assinada entre BE e PS não se encontram presentes medidas relativamente a esta temática, sendo que tal acordo priorizou outras matérias. Apesar desta ausência, o BE também identifica tal realidade como um problema que deve ser alvo de determinadas medidas políticas. No entanto, as medidas que o BE sugere são de natureza sistémica como, a título de exemplo, a defesa de um sistema bancário público. Tais opções políticas não são, de todo, partilhadas pelo Partido Socialista, não sendo expectável uma harmonização de posições nesta temática entre os partidos em causa.

A última área de atuação definida pelo Partido Socialista na sua estratégia de curto-prazo assenta na promoção de emprego e combate à precariedade. Esta temática encontra-se também bastante presente no BE, constituindo-se como uma prioridade para o mesmo. A consideração conjunta desta problemática como prioritária explica a presença de várias medidas relevantes na Posição Conjunta assinada entre os dois partidos, sendo que o foco da mesma assenta na recuperação de rendimentos e direitos. Ainda assim, pode verificar-se uma maior ambição e profundidade em direção à regulação e beneficiação direta do fator trabalho das medidas do BE relativamente àquelas apresentadas pelo PS. Esta discordância quantitativa deve-se não só a diferenças ideológicas, mas também a determinados constrangimentos internos e externos a que o Partido Socialista se encontra sujeito. Dadas as diferenças, não é expectável que no futuro os partidos em causa consigam acordar determinadas medidas políticas mais estruturais em relação a esta temática, sendo que as divergências existentes foram reconhecidas por agentes relevantes de ambas forças partidárias e já citadas anteriormente.

Tal como acontecera relativamente ao PCP, existem temáticas prioritárias para o BE que não se encontram diretamente presentes em nenhuma das três definidas pelo Partido Socialista, nomeadamente o reforço do Estado Social nas rúbricas da educação, saúde e segurança social e a pobreza energética. Relativamente ao reforço do Estado Social, pode verificar-se na “Posição Conjunta” algumas medidas que visam essa problemática, tais como o reforço da capacidade do SNS, o reforço da Ação Social Escolar direta e indireta, o descongelamento das pensões, entre outras. Estas opções políticas são também defendidas pelo PS ainda que as mesmas não se encontrem diretamente presentes nas três prioridades que definiu. As medidas políticas acordadas em relação a este tema não serão problemáticas para o PS, ao menos que não lhes permita alcançar outros objetivos prioritários, como o cumprimento das regras europeias ao nível orçamental e da dívida pública. Em relação à pobreza energética, foi acordado entre os partidos a criação de um grupo de trabalho para a avaliação dos custos energéticos com incidência sobre as famílias e propostas para a sua redução, acompanhado de duas medidas políticas que visavam a diminuição dos custos energéticos para os agregados socioeconomicamente mais desfavorecidos. Nesta temática, como se pôde confirmar durante a experiência governativa atual, verificam-se maiores divergências entre os partidos envolvidos devido, nomeadamente, à posição do PS em não querer antagonizar determinados setores sociais com capacidade de diminuir a possibilidade de atingir o seu principal objetivo, a conquista do executivo. Sendo o setor empresarial envolvido nestes assuntos uma dessas instituições, é expectável que o PS concorde em satisfazer determinadas exigências do BE desde que as mesmas não suscitem uma posição claramente antagónica do setor em causa.

IV.2.3.2 – Estratégia de médio-prazo

Tendo-se analisado acima não só as prioridades de curto-prazo do BE, mas também a harmonia das mesmas com as opções do Partido Socialista, torna-se agora necessário avaliar as posições mais estruturais do primeiro, possuindo o potencial de informar das possibilidades existentes no futuro de novos acordos que instaurem dinâmicas de cooperação entre os partidos em causa. Ainda assim é importante referir que poderão, no futuro, repetir-se dinâmicas cooperativas semelhantes às atuais, não sendo obrigatoriamente necessário acordar em matérias de natureza mais estrutural.

Ao contrário do que ocorrera na análise anterior relativa ao PS e ao PCP, no caso do BE não existe nos seus documentos oficiais, de forma direta, a definição de estratégias

temporais distintas (curto e médio-prazo). Ainda assim, com o auxílio de declarações várias de dirigentes relevantes e tendo em atenção as temáticas e medidas presentes na Posição Conjunta, é possível determinar, de forma indireta, estratégias para períodos temporais distintos.

Encontrando-se feita a ressalva, poder-se-á afirmar que as prioridades de médio-prazo do BE seguem o espírito das medidas estruturais presentes nas cinco áreas temáticas definidas no seu manifesto eleitoral: 1- Europa – Desobedecer à austeridade; 2- Trabalho – Criar emprego e recuperar direitos; 3- Estado Social – Fator de modernização do país; 4- Justiça e Igualdade – Razões da Democracia; 5 – Bens comuns – Desenvolvimento produtivo e ambiental. Algumas posições estruturantes do BE relativamente a estas temáticas serão mais dificilmente conciliáveis com as opções políticas do PS encontrando-se, por isso, quase ausentes da Posição Conjunta assinada. Como afirmado pela líder Bloquista, o acordo realizado com o PS “Não é um acordo sobre uma mudança estrutural, porque o Partido Socialista faz parte do consenso europeu com o PSD e o CDS” (Tavares & Reis, 2017). Nesta afirmação não se demonstra apenas o carácter da Posição Conjunta, mas também um dos assuntos sobre os quais os partidos divergem, nomeadamente a posição de Portugal relativamente à União Europeia. Mas existem outras questões de fundo em que as divergências são claras, como indicadas por Catarina Martins: “Os nossos programas são muito diferentes e continuam a ser muito diferentes. Chamo a atenção para o aspeto tão simples (...) da renegociação da dívida pública” (Tavares & Reis, 2017). A insuficiência do presente acordo e as suas limitações para o futuro são diversas vezes afirmadas pelo partido, assegurando que “Sem uma nova estratégia para o país não é possível vencer a austeridade e sustentar o compromisso de recuperação de rendimentos em que assenta a maioria parlamentar” (Bloco de Esquerda, 2016b: 7). Essa nova estratégia basear-se-ia na implementação de medidas que permitissem ultrapassar os problemas estruturais identificados pelo partido. Essas medidas, além do confronto com o conceito de sustentabilidade das contas públicas definido pelas instituições europeias, implicariam “Renegociar a dívida pública e realizar uma intervenção sistémica sobre a banca privada, assumindo o controlo público”, sendo estes “processos essenciais para proteger os recursos nacionais, criando condições para o investimento, emprego e o reforço do Estado Social” (Bloco de Esquerda, 2016b: 7). Mais uma prioridade é identificada pelo partido na sua moção, nomeadamente o aumento da capacidade produtiva, transformadora e de autonomia tecnológica, com o objetivo de criar emprego e reduzir importações. Dado o referido, poderemos afirmar a existência de 4 prioridades estruturais (médio-prazo) que visam garantir a sustentabilidade dessas mesmas

políticas: 1- Desobedecer aos constrangimentos orçamentais definidos pelas instituições europeias; 2- Renegociação da dívida pública; 3- Controlo público da banca; 4 – Aumento da capacidade produtiva, transformadora e de autonomia tecnológica.

Encontrando-se descritas algumas das prioridades estruturais do BE, confirma-se que muitas das suas posições políticas, podendo-se destacar a visão relativa à dívida pública ou à posição de Portugal na União Europeia, são deveras distintas daquelas defendidas pelo PS, tendo sido as mesmas reconhecidas por dirigentes relevantes de ambos os partidos e já citadas anteriormente. Aprofundando de forma ligeira os exemplos dados, o BE considera necessário o confronto com as instituições europeias: “Vencer a austeridade exige assumir o confronto com as instituições europeias, que asfixiam o campo das escolhas democráticas”, sendo necessário que um governo de esquerda esteja preparado para todas as consequências que advenham desse confronto (Bloco de Esquerda, 2016b: 4). O PS, por sua vez, rejeita totalmente tal posição de confronto, admitindo apenas a disputa de relação de forças ao nível europeu. Em relação à dívida pública, o BE defende que o Estado português deveria iniciar um processo de negociação da dívida pública, algo liminarmente rejeitado pelo PS. Este último considera que o peso da dívida pública deverá ser reduzido nos orçamentos nacionais através do relançamento do crescimento económico ou transferindo parcialmente a responsabilidade de uma fração da dívida pública para a esfera europeia. Além disto, o BE atribui primazia ao seu vértice *policy-seeking*, sendo que o seu eleitorado, apesar de desejar convergências entre a esquerda portuguesa, não deseja que as mesmas sejam realizadas à custa de um relaxamento exagerado do seu programa político. Estes fatores permitem concluir que, caso fosse necessário o estabelecimento de acordos de natureza estrutural, como uma coligação de governo implicaria, a probabilidade de se estabelecerem dinâmicas cooperativas era muito reduzida. Portanto, tal como no caso do PCP, o estabelecimento de dinâmicas cooperativas futuras entre BE e PS é possível numa forma semelhante à atual, ou seja, de cooperação parlamentar. Este género de cooperação permitirá ao BE efetivar uma convergência à esquerda, acordando em determinadas matérias em que possui maiores proximidades com o PS, sem relaxar em demasia a sua agenda programática e continuando a rejeitar posições estruturais diferentes daquelas que defende, mantendo assim a primazia do seu vértice *policy-seeking*.

Resumindo brevemente o conteúdo deste capítulo de extensão considerável, o mesmo foi dividido em duas partes. Numa primeira parte foram referidas algumas características partidárias centrais que permitem especular, de forma informada, sobre o comportamento dos

agentes relativamente às dinâmicas cooperativas entre a esquerda portuguesa. Numa segunda parte, e procurando aprofundar a análise, referiram-se quais as principais prioridades políticas de cada partido, entendendo de que forma as mesmas poderiam ser harmonizáveis no quadro atual de dinâmicas cooperativas estabelecidas bem como em outras futuras.

Na primeira análise importa aqui referir as principais características identificadas. Relativamente ao PS, este prioriza o seu vértice *office-seeking*, sendo que os exercícios eleitorais possuem bastante relevância na persecução de tal objetivo. O mesmo permite a flexibilização da sua agenda programática desde que tal ação o aproxime dos seus principais objetivos. Em relação ao PCP, o mesmo prioriza o seu vértice *policy-seeking*, não procurando flexibilizar a sua agenda política em procura de maior influência executiva ou de melhores resultados eleitorais. O BE, por sua vez, prioriza também o seu vértice *policy-seeking*, ainda que conjugue tal opção com a preferência do seu eleitorado na busca ativa de convergências no espaço político da esquerda. Por último, a relação entre PCP e BE é também bastante relevante, conferindo novos constrangimentos às ações de ambos os partidos. Não é expectável que apenas um dos partidos entre em dinâmicas de cooperação com o PS, nomeadamente o BE, devido a razões já esmiuçadas.

A segunda análise, por sua vez, explora dois períodos, nomeadamente o curto e médio-prazo. Da análise desses períodos distintos pode concluir-se que os agentes envolvidos possuem prioridades políticas bastante distintas sendo que, quanto maior for o carácter estrutural das temáticas, maior será a dificuldade em harmonizar as opções políticas e estabelecer dinâmicas cooperativas. O Partido Socialista possui duas prioridades estruturais: 1) a procura por plataformas alargadas de entendimento, com o objetivo de não antagonizar setores sociais com capacidade de colocar em risco a execução dos seus objetivos e 2) a sustentabilidade das contas públicas no contexto europeu, que implica não só o cumprimento dos constrangimentos orçamentais e da dívida pública definidos pela União Europeia, mas também a pertença do país nos novos desenvolvimentos das instituições em causa no sentido de maior integração europeia. Estas prioridades não são partilhadas nem pelo PCP nem pelo BE. Apesar de estes dois partidos apresentarem algumas diferenças significativas nas suas opções políticas, poder-se-á afirmar que em termos gerais ambos priorizam o reforço do Estado Social e o melhoramento das condições materiais e da posição do fator trabalho. Como a realidade demonstra, as diferentes prioridades não impossibilitaram o estabelecimento de dinâmicas cooperativas, encontrando-se as mesmas plasmadas nas distintas Posições Conjuntas. No entanto, as medidas acordadas nesses documentos não impossibilitam que o Partido Socialista cumpra as suas duas prioridades centrais, respondendo simultaneamente a

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

alguns dos anseios do PCP e do BE com os quais o próprio PS concorda. No futuro, caso seja necessário acordar em opções políticas mais estruturais ou ambiciosas, as possibilidades de se estabelecer novas dinâmicas cooperativas diminuam, dado que as prioridades do PS, por um lado, e do PCP e do BE, por outro, poderão colidir, podendo não ser possível conciliar as mesmas.

V - Exigências políticas, consequências económicas

Até ao momento, e numa tentativa de simplificação, foi realizada uma análise maioritariamente política observando três períodos distintos: Passado, Presente e Futuro. Essa análise tem como objetivo responder, ao longo do trabalho, às diferentes questões em que o mesmo se baseia. Imediatamente acima foram elencadas as prioridades e as “linhas vermelhas” de cada partido, tentando perceber-se quais as possibilidades de as mesmas serem harmonizáveis no futuro, seja este mais ou menos longínquo. Este capítulo centrar-se-á nesse mesmo período almejando verificar se as prioridades de curto/médio-prazo de cada partido são conciliáveis numa perspetiva orçamental.

O Orçamento de Estado é um instrumento essencial na governação, sendo que o mesmo, caso não seja aprovado, impossibilita o Governo de executar medidas políticas. Este instrumento permite a governação financeira do país, sendo necessário a sua negociação e aprovação anualmente, encontrando-se neste a política económica que o Governo pretende aplicar no ano seguinte. A centralidade deste instrumento encontra-se também plasmada nas diferentes posições conjuntas assinadas, afirmando-se que ambos os partidos encetarão um “exame comum quanto à expressão que as matérias convergentes identificadas devem ter nos Orçamentos de Estado” (Partido Socialista; Bloco de Esquerda, 2015: 2) (Partido Socialista; Partido Comunista Português, 2015: 2). Tal não nega a importância de outros instrumentos, como a aplicação de legislação sem impacto orçamental direto e negociada fora do âmbito do Orçamento de Estado, que se encontram também previstos nas Posições Conjuntas. Reconhece-se apenas a centralidade deste instrumento na política governativa sendo, portanto, essencial o estudo da possível harmonia das prioridades partidárias no âmbito do Orçamento de Estado. Dito isto, este capítulo procurará, numa primeira instância, com base em tudo aquilo que já foi referido, definir variáveis económicas que espelhem as prioridades dos diferentes agentes partidários. Não se realizará, de forma a evitar repetições, justificações aprofundadas dessas prioridades, sendo que tal foi executado anteriormente. O exercício de verificação da harmonia de tais variáveis, tendo em conta as previsões do comportamento geral da economia e de outros fatores considerados relevantes para o caso, será realizado na segunda parte deste capítulo.

V.1 – “Linhas vermelhas” partidárias e a sua tradução económica

V.1.1 – Partido Socialista

Como referido acima, ir-se-á definir de seguida quais as prioridades (ou “linhas vermelhas”) do Partido Socialista que possuem impacto orçamental direto e relevante, revelando a forma como este agente partidário observa o instrumento em causa.

Para que possa ser possível compreender eficazmente as prioridades orçamentais do PS é indispensável que se perceba o seu principal objetivo. Aquilo que caracteriza este agente partidário é, principalmente, o objetivo de conquista do executivo. Na dinâmica triangular da ação política já referida, este partido prioriza o seu vértice *office-seeking*, mesmo que tal implique a flexibilização dos restantes. Com este objetivo principal, o vértice *vote-seeking* possui também bastante relevância dado que o Partido Socialista, até ao ano de 2015, necessitou de ser o partido mais votado para que pudesse governar a partir de uma posição de força. Com estes objetivos em mente, o PS procurará, sempre que possível, não desencadear a oposição de setores sociais e institucionais relevantes com capacidade de pressão considerável que, caso seja aplicada, poderia diminuir as prospetivas do partido atingir aquilo a que principalmente se propõe. Esta dinâmica é central na compreensão das opções políticas do Partido Socialista, sendo que o mesmo optará, sempre que possível, por seguir uma estratégia conciliadora de interesses. Dada a natureza do agente partidário em causa e os objetivos que o mesmo persegue, resta identificar quais as opções políticas que, tendo consequências orçamentais diretas e abrangentes, não seriam passíveis de ser aplicadas pelo Partido Socialista.

Com base no que foi referido ao longo do trabalho, e tendo-se descrito a forma de atuação do Partido Socialista, poder-se-á mencionar um aspeto central com consequências orçamentais diretas e abrangentes na estratégia deste agente que constrange toda a sua ação. Tal aspeto assenta na posição do partido relativamente às instituições europeias. Como referido, o PS considera que “a Europa e, dentro dela, a Zona Euro, são o espaço de referência para Portugal” (Partido Socialista, 2015: 8). Este partido, por diferentes motivos, encara a posição de Portugal no núcleo da integração europeia como uma opção política fundamental e estruturante. Apesar de desejar algumas mudanças no processo de integração referido não pretende, de todo, apresentar uma postura que possa provocar a oposição aberta dos representantes das instituições em causa, nomeadamente em matérias extremamente mediáticas. Caso tal dinâmica se instalasse, vários setores sociais e individualidades relevantes com poder mediático surgiriam criticando as opções governativas que teriam

desencadeado tal reação da UE, vendo o partido diminuir assim as suas perspectivas futuras de conquista do executivo. Como se verificou, a “opção europeia” do PS pode ser explicada não só por motivos ideológicos, mas também pragmáticos, nomeadamente a conquista do executivo. Existe um outro fator que ajuda também a explicar esta opção política, nomeadamente preocupações eleitorais. Verificando os resultados mais recentes do Eurobarómetro (2018), pode observar-se que 65% dos inquiridos em Portugal avaliam positivamente a pertença à UE, 25% possuem uma posição neutra, sendo que apenas 7% considera a mesma como algo negativo. Estes dados demonstram que, realizando um cálculo *vote-seeking*, é consideravelmente mais benéfico a defesa do projeto europeu. Mesmo que ocorram alterações relevantes na opinião pública, nomeadamente um aumento da população que possua uma visão negativa do projeto europeu, não se poderá afirmar que a defesa de Portugal na União Europeia passará a ser uma política irracional numa perspectiva *vote-seeking*. Tal dinâmica ocorreu durante o último período de crise, sendo que no Eurobarómetro de Outono de 2013 apenas 22% dos inquiridos possuíam uma imagem positiva da UE, 37% uma imagem neutra e 39% uma posição negativa⁹. No entanto, observando os resultados de sondagens realizadas, não se verificou no período em questão uma diminuição da expressão eleitoral dos principais partidos políticos com posições assumidamente europeístas, nomeadamente o PSD e o PS¹⁰. A ocorrência deste fenómeno deve-se certamente a variadíssimos fatores, muitos dos quais desligados desta questão. Ainda assim, ao atentarmos sobre a mudança referida, é necessário assinalar a diferença entre expressar uma opinião negativa em relação ao projeto europeu e pretender a saída efetiva da UE. Não só o eleitor poderá considerar que o seu país estaria ainda numa pior situação do que aquela experienciada caso abandonasse a UE, como poderá não defender a saída efetiva por desconhecer os efeitos que tal opção acarretaria, receando os mesmos. Assim sendo, no contexto atual e com base numa lógica *vote-seeking*, constitui-se como benéfica a defesa de Portugal no seio da União Europeia.

Ficando explícita a “opção europeia” do Partido Socialista, é importante referir os aspetos mais particulares do que a mesma acarreta a nível orçamental, para que se possam definir parâmetros concretos para o exercício que se segue no capítulo seguinte. Dado tudo o que foi descrito é expectável que o PS cumpra aquelas regras europeias que, caso não o fizesse, desencadearia a mobilização dos agentes europeus e aliados. As diversas regras

⁹ Dados disponíveis em <http://ec.europa.eu/>. Data de visita: 05 de junho de 2018

¹⁰ Dados disponíveis em <http://www.marktest.com/wap/a/p/id~112.aspx>. Data de visita: 05 de junho de 2018

européias de distintas naturezas (orçamentais, económicas, entre outras), apesar de expressas em determinados documentos ou ações, não possuem todas a mesma relevância, sendo que é importante determinar aquelas que apresentam maior publicidade e disciplina na sua aplicação. Poder-se-á afirmar que, no período contemporâneo, as regras europeias mais relevantes são aquelas que constituem o núcleo duro do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e do denominado “Tratado Orçamental”, sendo que ambos os instrumentos são complementados por alguns regulamentos e diretivas elaborados pela União Europeia.

O PEC é o principal instrumento europeu ao nível orçamental, estabelecendo um quadro limitativo dentro do qual os diferentes Estados-membros possuem liberdade para definir as suas opções políticas, tendo sido revisto e completado por determinados regulamentos e diretivas após a sua entrada em vigor em 1997. Este Pacto define, desde logo, valores de referência importantes em dois assuntos distintos: saldo orçamental e dívida pública. Relativamente ao saldo orçamental, este não deverá ultrapassar, no sentido deficitário, os 3% do PIB em qualquer cenário, sendo que as finanças públicas deverão visar no médio prazo um valor nulo ou positivo desse saldo relativamente ao PIB. Seguindo a mesma dinâmica, o saldo orçamental estrutural não deve de ultrapassar, com reduzidas exceções, o valor deficitário de 0,5% do PIB, sendo que o mesmo deve de seguir determinado valor nulo ou positivo. Este mesmo valor é definido pela Comissão Europeia para cada país em particular, denominando-se o mesmo de “Objetivo de Médio-prazo” (OMP). Relativamente ao caso português, o OMP foi definido em 0,25% do PIB potencial¹¹ em 2016, devendo-se assinalar que o mesmo é revisto a cada três anos. O outro valor de referência definido pelo Pacto destina-se ao valor da dívida pública, sendo que a mesma deverá ser inferior a 60% PIB. O PEC não só define valores de referência relativamente ao saldo estrutural (OMP) e à dívida pública, como também indica as trajetórias orçamentais que os diferentes países deverão seguir para alcançar os valores de referência.

A estratégia de consolidação do saldo estrutural para os países que apresentem valores no sentido deficitário não é homogénea, sendo que a mesma diverge consoante duas variáveis principais, como se pode verificar na Figura 2. A primeira variável refere-se ao nível da dívida pública, sendo o valor de referência os 60% do PIB. Caso um país apresente um valor de dívida pública superior ao referido ou a mesma possua risco de insustentabilidade, tal Estado terá que corrigir o seu saldo estrutural de forma mais rápida e menos gradual que um

¹¹ O PIB potencial representa o nível máximo sustentável do produto que uma economia pode gerar. Trata-se de uma variável que não é diretamente observável, tendo antes de ser estimada com base em métodos estatísticos não consensuais.

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

outro país que apresente um valor de dívida pública inferior a 60% do PIB. A outra variável importante para a definição da estratégia de consolidação das contas públicas baseia-se na situação real da economia na altura em causa relativamente à sua posição potencial (PIB potencial), designando-se a diferença entre os dois valores por “hiato do produto”. Assim sendo, quanto mais negativo for o hiato do produto (situação em que a economia gera um produto abaixo do seu nível potencial), menor será o ajustamento requerido anualmente ao país em questão. Utilizando a mesma lógica, mas realizando o raciocínio na sua forma contrária, quanto mais positivo for o hiato do produto maior será o ajustamento orçamental exigido anualmente.

		Ajustamento orçamental anual requerido (p.p. do PIB)	
Condição		Dívida < 60 % e ausência de risco de insustentabilidade	Dívida > 60 % ou existência de risco de insustentabilidade
Tempos excepcionalmente maus	Var. PIB real < 0 % ou hiato do produto < -4 %	Não é necessário ajustamento	
Tempos muito maus	-4 % ≤ hiato do produto < -3 %	0	0,25
Tempos maus	-3 % ≤ hiato do produto < -1,5 %	0 se o crescimento está abaixo do potencial, 0,25 se está acima	0,25 se o crescimento está abaixo do potencial, 0,5 se está acima
Tempos normais	-1,5 % ≤ hiato do produto < 1,5 %	0,5	> 0,5
Tempos bons	hiato do produto ≥ 1,5 %	> 0,5 se o crescimento está abaixo do potencial, ≥ 0,75 se está acima	≥ 0,75 se o crescimento está abaixo do potencial, ≥ 1 se está acima

Fonte: Comissão Europeia.

Figura 5.1 - Ajustamento anual do saldo estrutural para o OMP como definido no PEC

Analisando o caso português, o mesmo possui uma dívida consideravelmente superior a 60% do PIB, encontrando-se assim estabelecida uma variável para definir a estratégia de consolidação orçamental. Relativamente à situação real da economia e a sua relação com o potencial da mesma, o Programa de Estabilidade 2018-2022 do Governo da República Portuguesa prevê que o hiato do produto varie entre 0,2% (valor para 2017) e 0,9% (valor para 2021) do PIB (XXI Governo Constitucional da República Portuguesa, 2018). Dados os valores indicados para ambas as variáveis, o governo português terá que realizar um ajustamento estrutural anual superior a 0,5% do PIB até atingir o OMP definido pela Comissão Europeia em 2016 que determinou um saldo estrutural a atingir de 0,25% do PIB. O Programa de Estabilidade referido prevê que o OMP será atingido em 2020, sendo que o

valor previsto para esse ano se cifra nos 0,3% do PIB. O atual executivo, liderado pelo PS, procurará cumprir rigorosamente o caminho de consolidação orçamental estrutural definido pelo PEC de forma a não suscitar a reação negativa das instituições europeias e a consequente oposição de setores sociais relevantes.

Outro fator importante na estratégia de consolidação orçamental em direção ao OMP implementado por um regulamento em 2011, pertencente ao denominado *six pack*¹², baseia-se nos constrangimentos ao aumento da despesa. Sucintamente, um país que ainda não tenha atingido o seu OMP, não poderá apresentar uma taxa de crescimento da despesa pública, líquida de medidas extraordinárias, temporárias ou discricionárias, superior à taxa de referência de médio-prazo de crescimento do PIB potencial. Este constrangimento à política orçamental é também central no cumprimento da “opção europeia” por parte do Partido Socialista.

Ambos os constrangimentos referidos – o caminho a percorrer para atingir o OMP e o limite de aumento da despesa pública primária até tal objetivo ser alcançado –, ainda que deveras importantes no cumprimento da “opção europeia” do partido em causa, não foram totalmente observados no período governativo em questão. No ano de 2016 e 2017, o ajustamento do saldo estrutural ficou aquém das exigências das instituições europeias, tendo também sido excedido o limite do aumento da despesa pública primária no ano de 2017. Ainda assim, o governo liderado pelo Partido Socialista procurou, e continuará a procurar, cumprir o espírito das diferentes regras de nível europeu, ainda que tais não sejam executadas na sua totalidade. Como afirmou o Conselho das Finanças Públicas na sua análise do Orçamento de Estado de 2018, o governo procura cumprir as regras europeias “apenas nos mínimos indispensáveis”, usando “toda a ambiguidade das regras” para esse fim (Martins, 2017). Tais afirmações revelam bastante bem o comportamento adotado pelo PS, sendo que o mesmo segue aquilo que prometera e que designou por “leitura inteligente da disciplina orçamental”. No curto/médio-prazo é expectável que o sujeito em questão continue este caminho de gestão política e orçamental, ou seja, procurará cumprir o espírito das regras europeias podendo, no entanto, adotar caminhos mais graduais de ajustamento em várias rúbricas, em comparação com aqueles prescritos em legislação, se tal não desencadear uma reação forte e constrangedora por parte das instituições europeias e de setores alinhados.

¹² *Six pack* foi o nome conferido ao conjunto de seis medidas (cinco regulamentos e uma diretiva) de natureza europeia com o objetivo de reforçar a supervisão das políticas orçamentais, tendo entrado em vigor em 2011.

A mesma lógica deverá ser aplicada ao cumprimento dos constrangimentos europeus relativamente à dívida pública, também presentes no PEC. Este Pacto definiu em 60% do PIB o valor de referência relativamente à dívida pública. Os Estados-membros cuja moeda é o euro, quando possuem um valor de dívida pública superior ao referido, terão que adotar políticas que permitam reduzir significativamente a mesma até ao valor de referência. As instituições europeias, segundo o Regulamento (UE) n° 1177/2011 do Conselho de 8 de novembro de 2011, entendem que a dívida pública se encontra num processo de redução significativo quando nos três anos anteriores o diferencial relativamente ao valor de referência tenha experienciado uma redução média de um vigésimo por ano. No entanto, dado o facto de Portugal ter estado sob Procedimento por Défice Excessivo¹³, possui um período de transição de três anos, sendo que só terá que cumprir as regras relativas à diminuição da dívida pública como descritas acima a partir de 2020. É expectável, tal como descrito relativamente ao ajustamento do saldo estrutural, que o Partido Socialista cumpra o espírito de tais regras, podendo eventualmente adotar um caminho de redução do nível da dívida mais gradual desde que tal ação não desencadeie a oposição forte e constrangedora das instituições europeias e seus aliados.

Descreveram-se, até ao momento, os aspetos centrais do Pacto de Estabilidade e Crescimento com o objetivo de perceber claramente as consequências, a nível orçamental, da “opção europeia” adotada pelo Partido Socialista. Foi referido, no entanto, outro documento importante para entender esta dinâmica, nomeadamente o Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária, comumente designado por Tratado Orçamental. Este documento obteve bastante atenção mediática, gerando várias discussões públicas sobre o mesmo. Ao contrário do PEC ou dos regulamentos e diretivas que vieram a complementar esse pacto, este novo documento possui a natureza de um tratado que, apesar de acordado entre alguns países da União Europeia, não se constitui como um documento estrutural dessa mesma União. Caso se procurasse inserir as suas diretrizes nos documentos centrais da UE, seria necessário obter o consentimento de um maior número de instituições e nações. Por estas e outras razões, o documento em causa ganhou muita relevância pública. Relativamente ao seu conteúdo, não apresenta quaisquer alterações ao nível dos objetivos orçamentais ou de endividamento público. O mesmo define como limite, novamente, um saldo estrutural deficitário de 0,5% do PIB, sendo que os países terão que

¹³ Procedimento por Défice Excessivo é um mecanismo contemplado no Pacto de Estabilidade e Crescimento que, sendo aplicado aos Estados-Membros quando registam um défice superior a 3% do PIB, procura inverter essa situação.

adotar um caminho de rápida convergência em direção aos objetivos de médio prazo, tal como definido no PEC e em alterações posteriores. No caso de determinado Estado-Membro possuir um rácio de dívida significativamente inferior a 60% do PIB e com baixo risco de sustentabilidade das finanças públicas, o limite deficitário do saldo estrutural poderá definir-se em 1% do PIB. Ao nível do endividamento público, o valor de referência mantém-se nos 60% do PIB, mantendo-se também igual o caminho de redução da mesma caso ultrapasse esse mesmo valor, nomeadamente a diminuição de um vigésimo por ano do *stock* de dívida acima do valor de referência. Verifica-se, portanto, que o Tratado não contém alterações ao nível dos valores de referência orçamentais e de dívida nem relativamente ao caminho exigido para que se atinja tais metas. A novidade que emergiu deste Tratado e parcialmente responsável pela sua elevada mediatização consistiu na necessidade de transposição para a legislação nacional, de preferência a nível constitucional, das diferentes disposições relativas aos constrangimentos orçamentais e de endividamento público. Tal espoletou a oposição clara de PCP e BE. O Partido Socialista, dada a sua “opção europeia”, apoiou a assinatura e a implementação deste mesmo tratado, procurando o seu cumprimento. Dado que as disposições limitativas são aquelas que se encontram no PEC e posteriores revisões, o que foi referido para as mesmas anteriormente aplica-se, de igual forma, a este caso. Relativamente a disposições distintas, com maior relevância para a presença em legislação nacional das mesmas, o Partido Socialista previsivelmente seguirá o espírito já descrito, nomeadamente o seu cumprimento, adotando uma posição flexível até ao limite da oposição das instituições europeias e seus aliados.

V.1.2 – Partido Comunista Português

De seguida, tal como executado relativamente ao Partido Socialista, serão indicadas as prioridades (“linhas vermelhas”) do PCP que possuem impacto orçamental relevante e direto, revelando a forma como o agente político em causa deverá comportar-se perante tal instrumento, central na condução política.

Desde logo, e para que se compreenda eficazmente as posições políticas do PCP relevantes neste contexto, é importante relembrar as principais características que estruturam o mesmo. Como referido, o Partido Comunista Português prioriza o seu vértice *policy-seeking*, não desejando flexibilizar o mesmo, ainda que tal ação lhe fosse benéfica em relação aos outros dois vértices da dinâmica triangular da ação política. Assim sendo, o agente rejeitará tudo aquilo que contrarie o espírito das políticas centrais que apresenta ao seu

eleitorado. Tais políticas procuram maioritariamente o melhoramento da situação material da sua base de apoio, sendo que a mesma lhe confere um poder de influência social importante e maior do que aquele que os seus resultados eleitorais lhe concederiam. Esse poder de influência provém principalmente da articulação de tal base de apoio através das organizações sindicais pertencentes à CGTP-IN. A sua base de apoio corresponde, em larga medida, ao eleitorado-alvo da sua mensagem política, nomeadamente indivíduos pertencentes a classes socioeconomicamente desfavorecidas. Esta dinâmica é confirmada pelo facto de nas eleições legislativas de 2009, 55,2% do eleitorado do PCP não possuía habilitações literárias superiores ao ensino básico, sendo o partido com maior proporção deste género de eleitores (Freire, 2012: 192).

Tendo sido descrita a priorização do vértice *policy-seeking* e indicada a principal base social a que as políticas do agente se dirigem, afirmando-se que o partido procurará o melhoramento da situação material das classes socioeconomicamente mais desfavorecidas, é importante perceber quais as opções políticas, com impacto orçamental, que o PCP procurará implementar visando o objetivo referido. Com este intuito serão observados, principalmente, três documentos distintos: Posição Conjunta entre PS e PCP, Manifesto eleitoral de 2015 e Projeto de Resolução Política do XX Congresso.

No primeiro documento referido (Posição Conjunta) poder-se-á verificar quais as medidas políticas que os partidos envolvidos conseguiram acordar. Na perspetiva do PCP, as medidas acordadas deveriam ter uma ambição maior, acompanhadas de outras que respondessem aos problemas estruturais do país. Sendo tais medidas aquelas possíveis de acordar e dado que é considerado pelo PCP um acordo que fica aquém das necessidades nacionais, é expectável que pelo menos as presentes na Posição Conjunta sejam satisfeitas. Caso contrário, o Partido Comunista poderá retirar o apoio parlamentar ao PS. No início do documento referido podemos encontrar quais as problemáticas que tal posição procurará resolver: desemprego, baixos salários e rendimentos (pensões e prestações sociais), desgaste das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, nomeadamente a saúde, educação, segurança social e cultura. Para responder a estas problemáticas são enumeradas algumas medidas políticas tais como o descongelamento de pensões, reavaliação das reduções e isenções da TSU, o reforço da capacidade do Sistema Nacional de Saúde pela dotação dos recursos humanos, técnicos e financeiros, reforço da Ação Social Escolar direta e indireta, aumento de escalões e progressividade do IRS, alargamento do acesso e montantes das prestações de proteção social e apoio social, entre outras. Dada a natureza da Posição Conjunta em causa, o PCP faz depender o seu voto favorável relativamente aos Orçamentos

de Estado apresentados pelo executivo do Partido Socialista do cumprimento das medidas acordadas em tal documento, bem como da resolução parcial dos problemas identificados.

Verificando agora o manifesto eleitoral do PCP de 2015, o mesmo encontra-se dividido em duas partes: na primeira, verifica-se a identificação de determinados problemas e agentes causadores dos mesmos, sendo que na segunda parte oferece-se primazia à apresentação das opções políticas que o partido considera fundamentais. No final desse manifesto, e dado o contexto anterior do governo PSD/CDS-PP que teria adotado determinadas políticas com consequências extremamente prejudiciais aos interesses da base social e do eleitorado-alvo do PCP, este partido apresenta um conjunto de 25 medidas urgentes a serem aplicadas no curto-prazo. Dado que o exercício macroeconómico e orçamental que se realizará terá uma ambição de curto/médio-prazo, serão estas medidas as mais relevantes para completar tal tarefa. Podendo verificar-se todas as medidas urgentes no Anexo B, serão referidas apenas algumas que, além de possuírem impacto orçamental, demonstram o espírito e o caminho político que o partido pretende seguir. Assim, o PCP exigia o aumento do salário mínimo para 600 euros no início de 2016, o aumento real do valor das pensões e das reformas, aumento da progressividade do IRS, eliminação dos benefícios fiscais aos grupos económicos e financeiros, reforço da Ação Social escolar direta, entre outras. Várias mudanças desejadas pelo partido e verificáveis nas medidas referidas encontram-se plasmadas na Posição Conjunta entre o PCP e o PS, ainda que tal acordo não seja tão ambicioso nas opções políticas estabelecidas como desejaria o Partido Comunista, como é normal num processo de negociação. Apesar disso, o PCP não acordou qualquer medida política com o PS com a qual seja estruturalmente contra mesmo que isso lhe permitisse, eventualmente, conquistas mais abrangentes ou profundas em determinadas temáticas.

Analisando por último o Projeto de Resolução Política aprovado em reunião do Comité Central em setembro de 2016, o mesmo afirma desde logo que “A solução política alcançada não responde naturalmente ao indispensável objectivo de ruptura com a política de direita e à concretização de uma política patriótica e de esquerda” (Partido Comunista Português, 2016: 27). Tal insuficiência traduz-se, como referido, na não concretização plena, profunda e sistemática das posições políticas que guiam o partido em questão, sendo que as mesmas continuam a ser centrais para a política do PCP. Assim sendo, a política patriótica e de esquerda defendida pelo partido possui oito aspetos prioritários, sendo que três são deveras relevantes para o exercício que se realizará: 1) valorização do trabalho e dos trabalhadores, assente no pleno emprego, no aumento dos salários, no reforço dos seus direitos e no

melhoramento de reformas e pensões; 2) garantia de uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do país; 3) defesa de uma política de justiça fiscal, aliviando a carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores e do povo e impedindo o favorecimento do fator capital. Estas três prioridades gerais, das quais se poderão compreender outras de carácter mais particular, vão ao encontro não só daquilo que era defendido pelo partido no seu manifesto eleitoral de 2015, mas também em relação àquilo acordado entre PS e PCP, ainda que tal Posição Conjunta possua uma menor abrangência.

Tendo em conta as características do partido referidas, a sua conduta histórica e as prioridades definidas pelo mesmo nos três documentos analisados, podemos finalmente mencionar quais as “linhas vermelhas” do PCP que, caso sejam ultrapassadas, o partido não irá votar de forma favorável qualquer Orçamento de Estado. Desde logo exigirá que o salário mínimo, as pensões mais baixas e prestações sociais aumentem, pelo menos, ao nível da inflação. Tal impedirá que a sua base social de apoio e o eleitorado a que se dirige não perca qualquer poder de compra, sendo que tentará sempre que tais aumentos ultrapassem o nível da inflação registado, o que permitiria o melhoramento das condições de vida de tal segmento da população. Outra das exigências do PCP baseia-se no aumento da despesa corrente primária do Estado, nomeadamente através do reforço real de verbas ao nível da educação, saúde e segurança e ação social. Ainda assim, o simples aumento ou diminuição das despesas estatais nas rúbricas referidas poderá não ser suficiente para avaliar se determinado Orçamento de Estado corresponde às aspirações do PCP. Nem todas as despesas estatais realizadas ao nível da saúde, segurança social ou educação correspondem aos anseios de reforço do Estado Social contemplado pelo Partido Comunista, servindo de exemplo as parcerias público-privadas na área da saúde ou alguns contratos de associação ao nível da educação. É teoricamente possível, portanto, responder aos objetivos do agente partidário em questão sem que a despesa seja aumentada, através do seu redireccionamento, sendo que a probabilidade de tal ser possível aumenta quanto maior for o nível de despesas que não correspondam à visão do partido. Outro fator deverá também ser referido, nomeadamente a possibilidade de reforçar financeiramente a educação, saúde e segurança social sem que a despesa corrente primária do Estado aumente. Apesar das três rúbricas referidas representarem uma parte substancial do Orçamento de Estado, as mesmas não absorvem o total dos recursos, sendo que tais áreas poderiam ver a sua capacidade financeira reforçada através do redireccionamento de verbas adjudicadas a outras problemáticas. Devido a estas complexidades, caso seja possível aumentar as despesas nas temáticas referidas ou a despesa corrente primária pelo menos ao nível da inflação, então as exigências do PCP poderão ser cumpridas. Ainda assim, o aumento

dessas despesas não é, numa perspetiva teórica, obrigatoriamente necessário para que o agente em causa aprove os diferentes orçamentos de Estado. Terminando as referências de “linhas vermelhas” do PCP no sentido da despesa e tendo em atenção o facto que o possível estabelecimento de dinâmicas cooperativas no futuro não será realizado num contexto percecionado de emergência como aquele em que foram negociados os acordos governativos contemporâneos, é expectável que o partido exija também o aumento real do investimento público ao longo dos anos. Esta rubrica, em relação ao PIB, atingiu em 2016 os níveis mais baixos de todo o período democrático – 1,8% do PIB (Ferreira, 2017). Como afirmado pelo PCP,

“Portugal precisa de uma aposta determinada e efetiva no investimento público, que dinamize o investimento privado, o crescimento e o emprego, e que dê resposta às necessidades do País, da modernização das suas infraestruturas e serviços públicos, desde logo para travar e inverter a sua degradação.” (Oliveira, 2018).

O reforço do investimento público é essencial não só no reforço do Estado Social, com destaque para as áreas da saúde e da educação (Lopes, 2018), mas também no desenvolvimento económico e social do país.

Por último, poderão ser ainda referidas mais duas condições essenciais, ao nível da receita, para a continuação das dinâmicas cooperativas em análise. A primeira baseia-se na rejeição da diminuição da progressividade do IRS, sendo que o PCP procurará reforçar tal característica. Por outro lado, não aceitará qualquer diminuição da tributação que diminua a contribuição dos grandes grupos económicos e financeiros, equilibrando a balança, ao nível fiscal, entre os fatores trabalho e capital. Estes aspetos, porém, não têm de constituir obstáculos aos cumprimentos das regras orçamentais atualmente em vigor.

V.1.3 – Bloco de Esquerda

Como realizado relativamente ao PS e ao PCP ir-se-á, de seguida, referir-se quais as prioridades políticas do BE que, caso não sejam cumpridas, poderão comprometer as dinâmicas cooperativas verificadas atualmente. Com o objetivo de realizar uma análise mais completa e elucidativa, é essencial lembrar os principais traços do agente partidário em causa, percebendo a sua conduta geral.

Como já indicado, uma temática relevante para o potencial eleitorado do BE assenta no comportamento do partido na procura de convergências à esquerda de forma a poder constituir-se como uma alternativa governativa, afastando-se de uma postura meramente de protesto. Esta dinâmica pôde verificar-se nos resultados eleitorais de 2011, onde o agente

partidário em causa perdeu metade da sua bancada parlamentar após o seu eleitorado potencial ter interpretado determinadas ações do partido como não correspondentes a um ator que ambicionaria qualquer género de responsabilidade governativa. Ainda assim, dadas as características desse eleitorado, o mesmo não deseja que a procura de convergências à esquerda seja realizada através de um relaxamento excessivo do vértice *policy-seeking*, o que poderia aproximar em demasia o agente em causa do Partido Socialista. Dado o descrito, e sendo necessário uma conduta distinta daquela que conduziu o partido aos resultados eleitorais de 2011 caso desejasse manter relevância política parlamentar, a ação política do BE visa um equilíbrio entre os vértices *policy-seeking* e *vote-seeking*.

A procura ativa em estabelecer dinâmicas cooperativas com outras forças de esquerda é realizada com base em determinadas posições políticas gerais, não sendo as mesmas, em qualquer situação, superáveis. Essas posições de ambição geral podem ser traduzidas em algumas medidas políticas de natureza mais particular, sendo que as mesmas terão que ser respeitadas ou, caso contrário, o BE não aprovará, muito provavelmente, qualquer Orçamento de Estado. Para poder definir quais as medidas que possuem tal carácter e que apresentam impacto orçamental serão analisados, principalmente, dois documentos, suficientes para responder ao desafio nomeado: a posição conjunta assinada entre PS e BE e o manifesto eleitoral de 2015 do Bloco.

Como referido pela deputada Mariana Mortágua em entrevista, o acordo assinado com o Partido Socialista teve por base um “objetivo muito concreto: recuperar rendimentos e travar a terraplanagem de direitos sociais em Portugal” (Dinis & Lourenço, 2017a). Assim sendo, o partido não votará favoravelmente qualquer Orçamento de Estado que não permita realizar tais objetivos políticos. Também nesse sentido, na posição conjunta afirma-se que foi possível alcançar a mesma devido aos partidos envolvidos considerarem “legítimas as aspirações do povo português em verem recuperados os seus rendimentos, devolvidos os seus direitos, asseguradas melhores condições de vida” (Partido Socialista; Bloco de Esquerda, 2015). Para alcançar tais objetivos, são referidas várias medidas na Posição Conjunta tais como a reposição da lei 53-B/2006 que possui disposições que visam a atualização anual das pensões, o aumento do salário mínimo para 600 euros durante a legislatura, aumento da progressividade do IRS, negação de qualquer redução da TSU das entidades empregadoras, reforço da capacidade do SNS pela dotação de recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, reforço da ação social escolar direta e indireta, entre outras. As medidas referidas são aquelas que nos parecem transmitir melhor não só o espírito político do partido, mas

também as que se constituem como centrais para a possível continuação das dinâmicas cooperativas entre os partidos.

Muitas das medidas acordadas entre PS e BE e referidas acima seguem a dinâmica daquelas que o último apresentou no seu manifesto eleitoral de 2015, ainda que com menor abrangência, compreensível se tivermos em conta o programa político do outro partido (PS) envolvido na negociação. No manifesto referido o BE propunha, desde logo, o aumento do salário mínimo para 600 euros, o reforço dos recursos no setor da educação e da ação social escolar, o aumento do financiamento para o setor da saúde, almejando 8,5% do PIB para tal rubrica, a convergência das pensões mais baixas com o salário mínimo nacional, o fim das “borlas fiscais” aos grandes grupos económicos em sede de IRC, entre outras. Demonstra-se assim que a preocupação do BE relativamente a este género de problemas e medidas que visam a sua resolução não desapareceu para que pudesse alcançar uma maior influência governativa, sendo que na Posição Conjunta foram acordadas determinadas ações, ainda que com menor abrangência, que seguem o espírito do seu programa político.

Tendo em conta as características do partido, a sua conduta histórica, as opções políticas por si defendidas e o contexto do sistema político português, nomeadamente as dinâmicas entre BE e PCP, poder-se-á agora referir quais as “linhas vermelhas” que, caso sejam ultrapassadas, aumentam a probabilidade de o BE não aprovar determinado orçamento de Estado, colocando em causa as dinâmicas cooperativas existentes na altura. Apesar das diferenças comportamentais indicadas entre PCP e BE (os vértices da dinâmica triangular da ação política que cada um prioriza), as mesmas têm-se verificado maioritariamente ao nível do discurso, sendo que a prática de ambos os partidos, no que respeita às dinâmicas cooperativas com o PS que para este capítulo importam, não apresentam diferenças assinaláveis. Estas semelhanças são compreensíveis se atentarmos ao contexto no qual surgiu a solução governativa aqui em análise e as temáticas políticas centrais implicadas: após quatro anos de aplicação de medidas políticas radicalmente opostas às ansiadas por PCP e BE, a formação governativa que se seguiu e em que ambos possuem alguma relevância deveria ter como objetivo parar e reverter, dentro do possível, o caminho político seguido anteriormente, visando principalmente temáticas como a recuperação de rendimentos e o reforço do Estado Social. As posições de ambos os partidos nessas temáticas não apresentam diferenças dignas de nota no contexto histórico contemporâneo, percebendo-se assim as semelhanças referidas ao nível das dinâmicas cooperativas com o Partido Socialista. Além destes factos, a relação entre PCP e BE no sistema político atual (ver capítulo 4.1.4) incentiva a que as diferenças existentes não se traduzam em comportamentos distintos em relação ao PS ao nível da

manutenção das dinâmicas cooperativas, de forma a que o partido que se mantenha na oposição não conquiste ganhos eleitorais em prejuízo dos resultados do agente partidário que mantém relações governativas. Assim sendo, será expectável que as “linhas vermelhas” do BE sejam deveras semelhantes àquelas indicadas relativamente ao PCP, com o objetivo de evitar comportamentos distintos em relação ao Partido Socialista, como explicado acima.

Avançando para nomeação das exigências bloquistas para que os Orçamentos de Estado possuam o seu voto favorável, poder-se-á referir que o BE exigirá o aumento do salário mínimo, de pensões e prestações sociais pelo menos ao nível da inflação, de forma a que este setor popular, ao qual se dirige grande parte da mensagem política do partido, não veja diminuída as suas condições de vida materiais. Sempre que possível combaterá por um aumento acima do valor da inflação, concedendo um aumento real das condições de vida dos beneficiários de tais medidas políticas. Continuando no campo das despesas, o Bloco exigirá também o fortalecimento do Estado Social, nomeadamente através do reforço da capacidade do Sistema Nacional de Saúde, da Segurança Social e da Educação. Tal como referido relativamente ao PCP, o fortalecimento destes sistemas poderá ser realizado, teoricamente, sem o aumento de despesa a preços correntes, dada a existência de políticas relacionadas que os partidos (PCP e BE) consideram erradas. Várias parcerias público-privadas na área da saúde ou determinados contratos de associação na temática da educação são alguns exemplos dessas mesmas políticas. Apesar desta possibilidade teórica, não é verosímil que tal seja possível no plano concreto do período em estudo. Assim sendo, e dada a necessidade de reforço financeiro dessas rúbricas, a mesma pode ser avaliada através de um indicador mais abrangente, nomeadamente a despesa corrente primária do Estado. No entanto, e tendo esta lógica já sido explicada acima, a despesa corrente primária destina-se a várias funções sendo, portanto, teoricamente possível reforçar financeiramente as rúbricas da educação, saúde e segurança social sem que a despesa corrente aumente. Tal possibilidade deve-se ao facto de o reforço das rúbricas referidas se realizar através do redireccionamento de verbas que teriam outros fins. Efetuadas estas notas pode concluir-se que, caso seja possível aumentar a despesa corrente primária do Estado, existe então condições para responder às exigências do BE. Caso tal não seja exequível, o mesmo não significa, forçosamente, a impossibilidade de responder aos anseios do Bloco; no entanto, aumentará significativamente a dificuldade em responder a tais reivindicações, pois implicaria a diminuição de despesa em determinadas rúbricas, o que poderia colidir com outras prioridades estabelecidas pelo Partido Socialista e que o mesmo não pretende flexibilizar. Ainda em relação às despesas, é expectável que o BE exija o aumento real do investimento público para viabilizar qualquer Orçamento de Estado no

futuro. Em 2016 o investimento público, em relação com o PIB, atingiu os valores mais baixos de todo o período democrático. Dado que o possível estabelecimento de novas dinâmicas cooperativas será realizado num contexto menos urgente do que aquele em que ocorreram as negociações que antecederam os acordos governativos contemporâneos, juntamente com a agenda política de reforço do Estado Social defendida pelo BE, o aumento do investimento público surge como temática central. O mesmo é essencial não só no fortalecimento do Estado Social, com destaque para as áreas da saúde e da educação, mas também no combate dos diversos problemas estruturais da economia portuguesa (esquerda.net, 2018).

Relativamente ao lado da receita, o BE exigirá três opções políticas concretas que, caso não sejam respeitadas, não aprovará qualquer orçamento de Estado. Numa primeira instância, o partido rejeitará a diminuição da progressividade do IRS. Procurará sempre o reforço de tal característica no imposto referido de forma a diminuir a carga fiscal dos trabalhadores que se encontrem na base da pirâmide de rendimentos. Seguindo esta dinâmica, o BE exigirá também um tratamento diferenciado, em comparação ao adotado durante o período de governação 2011-2015, em relação ao fator capital, não permitindo qualquer redução da TSU das entidades empregadoras e impondo o fim de “borlas fiscais” aos grandes grupos económicos e financeiros, nomeadamente em sede de IRC. Caso não seja adotado o comportamento político descrito, a probabilidade de o BE abandonar as dinâmicas cooperativas estabelecidas na altura aumenta exponencialmente.

V.2 – Compatibilidade económica das diversas “linhas vermelhas”

Descreveu-se acima quais as “linhas vermelhas” de cada força partidária ao nível orçamental que, caso não sejam passíveis de serem cumpridas, impossibilitarão a manutenção das dinâmicas de cooperação aqui analisadas. Importa então perceber se, na perspetiva orçamental, tais exigências serão conciliáveis no futuro.

Analisando o Programa de Estabilidade 2018-2022 elaborado pelo XXI Governo Constitucional, podemos verificar que o mesmo, com base em determinadas previsões do comportamento futuro da economia, perspetiva o cumprimento das regras indicadas acima ao nível orçamental e da dívida pública, sendo que essas “linhas vermelhas” são inultrapassáveis para o PS. Referindo as diferentes regras, o Governo espera atingir o OMP definido para Portugal em 2020 seguindo, de forma geral, o caminho exigido pelas instituições europeias para o seu alcance. Relativamente aos níveis de endividamento público, o Governo perspetiva

que os mesmos, a partir de 2020, experienciem um processo de redução significativa, ou seja, uma redução anual média (calculada em períodos de 3 anos) de um vigésimo do diferencial acima dos 60% do PIB. Dada a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo, no período 2017-2019 vigora uma regra transitória de redução da dívida pública, sendo a mesma também cumprida pelo Estado Português. Por último, até 2020, ano em que se alcançará o OMP de 0,25% do PIB, a despesa pública não poderia apresentar uma taxa de crescimento superior à taxa de referência de médio-prazo de crescimento do PIB potencial, sendo que tal regra é também cumprida em 2019 e 2020. Em 2018, a despesa pública apresenta uma taxa de crescimento prevista de 4,1%, superior ao crescimento do PIB potencial nesse ano (1,9%), podendo assim revelar-se a existência de um desvio significativo (ver nota 14). Ainda assim, tal desvio não deverá configurar-se como um problema nas relações com as instituições europeias dado que a materialização de tal desvio levaria à realização de uma análise global que considera igualmente o saldo estrutural, sendo que o comportamento desta variável respeita as regras de disciplina orçamental europeias e o incremento da despesa superior ao crescimento do PIB potencial não coloca em causa o caminho de consolidação orçamental em direção ao OMP. Verifica-se, portanto, que numa perspetiva orçamental e dentro do contexto económico previsto pelo governo, as “linhas vermelhas” estabelecidas pelo Partido Socialista são inteiramente cumpridas.

Com o objetivo de compreender, numa perspetiva orçamental, qual a possibilidade de repetição das dinâmicas de cooperação aqui em análise é necessário verificar se no Programa de Estabilidade 2018-2022 se encontram satisfeitas as condições mínimas indicadas acima relativamente ao PCP e BE. Do lado da despesa, verifica-se que o governo perspetiva um aumento real da mesma, até 2020, nas rubricas da 1) Saúde, 2) Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 3) Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar e 4) Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A partir de 2021 o Programa de Estabilidade não apresenta os dados discriminados para as rúbricas referidas sendo que, se analisarmos a despesa geral para os anos em falta (2021 e 2022), a mesma experiencia um aumento real. Outra exigência expectável dos partidos à esquerda do Partido Socialista assenta no aumento real dos níveis de investimento público, sendo que no Programa de Estabilidade pode verificar-se o cumprimento de tal reivindicação. O Governo prevê, inclusive, que o investimento público aumente o seu peso no PIB em 0,3 p.p. até 2022, passando a representar 2,6% do PIB. Observando agora o lado da receita, o PE não prevê qualquer redução da progressividade do IRS ou minimização da tributação dos grandes grupos económicos e financeiros, nomeadamente em sede de IRC. Pelo contrário, encontra-se previsto uma nova medida de

redução do IRS em 2021 no montante de 200 milhões de euros, seguindo a dinâmica da alteração dos escalões desse imposto legislada em 2018. Poder-se-á concluir desta forma que, ao nível orçamental, e dadas as previsões do Governo relativas ao comportamento da economia para os próximos anos que permite responder às diferentes prioridades estabelecidas, encontram-se reunidas as condições para a repetição das dinâmicas cooperativas entre PS, PCP e BE.

Com o objetivo de aumentar a fiabilidade das previsões aqui realizadas, e sendo a elaboração do Programa de Estabilidade da responsabilidade do Governo português, é aconselhável observar a análise que o Conselho das Finanças Públicas (CFP) realizou sobre tal documento, sendo este um organismo independente que possui como função fiscalizar o cumprimento das regras orçamentais de natureza europeia. Referindo os aspetos distintos relevantes relativamente ao Programa de Estabilidade presentes no Relatório do CFP, este organismo apresenta valores diferentes do saldo estrutural. O CFP prevê uma variação do saldo estrutural entre 2017 e 2018 menor do que aquela presente no Programa de Estabilidade, o que implicaria o incumprimento do ajustamento exigido pelas instituições europeias em direção ao OMP (desvio significativo¹⁴), sendo que a observância de tais regras é uma “linha vermelha” para o PS. No entanto, mesmo que os valores do saldo estrutural sejam os previstos pelo CFP, tal não deverá representar um problema, podendo apresentar-se dois motivos. Primeiramente, o próprio CFP não possui certezas se tais valores por si previstos constituiriam um desvio significativo, afirmando que “a consideração de um conjunto diferente de medidas temporárias pela CE (Comissão Europeia) e a invocação da referida cláusula de ocorrência excecional no montante que venha a ser apurado poderão ser suficientes para afastar a classificação de desvio significativo” (Conselho das Finanças Públicas, 2018: 5). Em último lugar, as instituições europeias poderiam considerar a presença de um desvio significativo, dependendo da sua interpretação, no ano de 2018 ou 2019. Neste último ano, tanto o Programa de Estabilidade como o Relatório do CFP prevê um saldo estrutural de -0,4% do PIB potencial que, sendo menor que o OMP definido pela Comissão Europeia, respeita o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Neste documento refere-se que o

¹⁴ Segundo os artigos 6(3) e 10(3) do Regulamento nº 1466/97, considera-se desvio significativo quando o ajustamento realizado para atingir o OMP apresenta um desvio de, pelo menos, 0,5 p.p. do PIB num determinado ano ou se for pelos menos, em média, de 0,25 p.p. do PIB em dois anos consecutivos. Importa referir que, dado o nível de endividamento público e o hiato do produto, é exigido a Portugal um ajustamento anual do saldo estrutural superior a 0,5 p.p. do PIB até atingir o OMP.

saldo estrutural não deverá apresentar um valor deficitário superior a 0,5% do PIB, ainda que deva percorrer um caminho que vise valores nulos ou excedentários. Além deste facto, em 2019 será revisto o OMP para Portugal, estabelecido atualmente em 0,25% do PIB potencial. O mesmo poderá ser definido num valor inferior, sendo que o PEC permite tal acontecimento. O CFP refere, inclusive, a possibilidade real de o OMP vir a ser revisto em baixa devido à redução do rácio da dívida e das projeções mais recentes da Comissão Europeia para os custos orçamentais decorrentes do envelhecimento da população (Conselho das Finanças Públicas, 2018: 6). Devido às duas razões apresentadas não é expectável o incumprimento de regras orçamentais de carácter europeu.

O relatório do CFP difere ainda do Programa de Estabilidade em relação ao aumento da despesa pública e a sua observância das regras europeias. Segundo o CFP, o aumento da despesa do Estado Português superaria o crescimento do PIB potencial nos anos de 2018 e 2019, respetivamente em 1,3% e 1,7% do PIB. Esta dinâmica poderia constituir-se como um desvio significativo. No entanto, e como já referido anteriormente, o processo de avaliação deste indicador teria que considerar a evolução do saldo estrutural, sendo que os valores deste respeitam globalmente as regras orçamentais europeias. Por outras palavras, o aumento da despesa superior à taxa de crescimento do PIB potencial não coloca em causa o caminho de consolidação orçamental em direção ao OMP, não sendo assim expectável que este incumprimento crie um problema na relação entre Portugal e as instituições europeias.

Não existindo outros aspetos que, sendo distintos entre o Programa de Estabilidade e o relatório da sua análise feito pelo CFP, sejam relevantes para o assunto observado, pode concluir-se que, numa perspetiva orçamental, estão reunidas as condições para que as dinâmicas cooperativas entre PS, PCP e BE se possam repetir no futuro. Por outras palavras, caso a economia experiencie um comportamento dentro dos parâmetros previstos pelo Governo português, existe a possibilidade de responder simultaneamente, ao nível orçamental, aos anseios dos três partidos mais envolvidos na governação contemporânea.

Neste capítulo, além de terem sido indicadas as principais preocupações orçamentais de cada partido e as razões que baseiam as mesmas, verificou-se ainda se as prioridades dos diferentes partidos eram compatibilizáveis no contexto económico futuro previsto pelo governo no Programa de Estabilidade 2018-2022. Importa terminar o capítulo referindo, de forma sumária, as teses principais. Relativamente às prioridades de cada partido ao nível orçamental, o Partido Socialista seguirá um caminho político que lhe permita cumprir as principais regras europeias. As mesmas traduzem-se em: 1) ajustamento anual do saldo

estrutural superior a 0,5% do PIB até atingir o “Objetivo de Médio-prazo” definido pela Comissão em 2016 em 0,25% do PIB potencial; 2) até atingir o OMP não poderá apresentar uma taxa de crescimento da despesa pública, líquida de medidas extraordinárias, superior à taxa de referência de médio-prazo de crescimento do PIB potencial; 3) a partir de 2020 terá que reduzir anualmente um vigésimo do *stock* de dívida acima do valor de referência. Estes são os três principais constrangimentos orçamentais que o PS procurará sempre obedecer.

Em relação ao PCP e ao BE, e apesar das diferenças que apresentam, os seus anseios, ao nível orçamental, poderão ser apresentados conjuntamente. Assim sendo, e apresentando as preocupações centrais dos partidos com implicações orçamentais diretas, poderemos afirmar que ambos exigirão: 1) aumento do salário mínimo, das pensões mais baixas e das prestações sociais pelo menos ao nível da inflação; 2) aumento real da despesa corrente primária do Estado, nomeadamente através do reforço de verbas nas áreas da educação, saúde e segurança e ação social; 3) aumento real do investimento público; 4) rejeição da diminuição da progressividade do IRS, tentando aumentar este seu carácter; 5) rejeição da diminuição da tributação em relação ao fator capital, nomeadamente nos casos que permitam a diminuição da contribuição dos grandes grupos económicos e financeiros.

Por último, através da análise do Programa de Estabilidade 2018-2022 e do relatório do CFP sobre o mesmo, pôde verificar-se a compatibilização das diferentes exigências e prioridades dos três partidos em causa. Assim sendo, numa perspetiva orçamental e tendo em conta uma evolução do comportamento da economia próxima da prevista pelo governo português, conclui-se que estão reunidas as condições para que se possam repetir dinâmicas cooperativas semelhantes às atuais.

Conclusão

Este trabalho procurou responder a três questões distintas relacionadas com três momentos temporais diferentes: passado, presente e futuro. As questões foram as seguintes: 1) quais as razões que explicam a ausência de cooperação governativa entre os partidos de esquerda até 2015; 2) que fatores poderão explicar que as dinâmicas de cooperação entre os três partidos em causa tenham surgido em 2015; 3) quais as probabilidades de se repetirem, no futuro, dinâmicas de cooperação semelhantes. Tendo por base alguns instrumentos teóricos apresentados no início deste trabalho e anteriormente utilizados por outros autores no estudo de problemáticas semelhantes, foram sendo apresentados fatores que, considerados em conjunto, ajudam a responder às questões referidas. As principais conclusões desse processo serão apresentadas de seguida e de forma sucinta.

A ausência de cooperação governativa entre os partidos de esquerda até 2015 poderá ser explicada, essencialmente, por fatores de natureza institucional e organizacional. Em relação aos fatores conjunturais, e como se poderia prever pela sua própria natureza, não poderão esclarecer eficazmente a ausência das dinâmicas em causa durante um período de tempo tão vasto. Entre 1976 e 2011 realizaram-se 13 eleições legislativas, sendo que cinco das mesmas geraram uma configuração parlamentar onde dinâmicas de cooperação entre as esquerdas poderiam ter surgido. Não tendo o mesmo ocorrido, fatores transversais a todo o período referido explicarão mais eficazmente a ausência de cooperação entre os partidos da esquerda portuguesa. Assim sendo, poderão ser indicados alguns fatores institucionais e organizacionais. Em relação aos primeiros, destacam-se duas ideias: 1) algumas dinâmicas consequentes do processo de transição do Estado Novo para o regime democrático contemporâneo dificultaram o estabelecimento de dinâmicas cooperativas entre os agentes em causa, nomeadamente entre o PS e o PCP. As elites de ambos os partidos, principalmente do PS, demonstraram sempre desconforto relativo ao estabelecimento de possíveis dinâmicas cooperativas, podendo apontar-se como origem desta realidade o período comumente apelidado de “Verão Quente” (ver nota nº 2); 2) a fragmentação do sistema partidário à esquerda do PS, com a existência de dois partidos (BE e PCP), também dificultou a existência de dinâmicas cooperativas. Caso apenas um destes partidos optasse por um caminho de cooperação com o PS, deixando o monopólio da oposição à esquerda para o outro agente partidário, tal ação poderia causar fortes perdas eleitorais ao primeiro, sendo possível a presença deste pensamento estratégico nas elites de ambos os partidos, nomeadamente no BE por fatores anteriormente explicados. Passando para os fatores organizacionais, também duas

ideias poderão ser destacadas: 1) no período 1978-2008, a distância ideológica percecionada pelos eleitores entre o PS e os seus atuais parceiros (BE e PCP) era maior do que aquela que separava o Partido Socialista do PSD. Assim, o estabelecimento de acordos mais ou menos formais com o PSD implicaria menores cedências tanto ao nível quantitativo como qualitativo; 2) dada a visão *office-seeking* do PS, o mesmo procura evitar a oposição de determinados setores sociais (setores empresariais, interesses financeiros, entre outros) que poderiam colocar em causa a realização do seu principal objetivo. Essa mesma oposição seria muito provável caso fossem estabelecidas dinâmicas cooperativas entre o PS e os partidos à sua esquerda dado o teor das políticas subjacentes a tal cooperação.

Avançando-se para a segunda problemática a que este trabalho procurou responder – estabelecimento de dinâmicas cooperativas entre a esquerda portuguesa em 2015 – foram identificadas algumas causas de natureza institucional, organizacional e conjuntural. Em relação às primeiras, destaca-se a renovação natural das elites partidárias, permitindo dissipar e eliminar muitos dos constrangimentos consequentes do processo de transição do Estado Novo para o regime democrático contemporâneo, facilitando assim o estabelecimento de dinâmicas de cooperação entre os diferentes partidos de esquerda. Sobre os fatores organizacionais, apresentam-se como relevantes as alterações ocorridas ao nível da distância ideológica percecionada pelos eleitores entre os principais partidos portugueses. A partir de 2008, o PS passou a encontrar-se ideologicamente mais próximo dos seus atuais parceiros de esquerda (BE e PCP) do que do PSD, criando-se assim um contexto mais favorável ao estabelecimento das atuais dinâmicas cooperativas. Por último, apresentam-se cinco fatores conjunturais que ajudam a explicar o surgimento das dinâmicas de cooperação em 2015, sendo que alguns dos mesmos poderão adquirir uma natureza mais estrutural no futuro: 1) as eleições legislativas de 2015 conferiram uma maioria parlamentar à esquerda portuguesa sem que o PS tivesse a maior bancada parlamentar; devido a esta configuração parlamentar particular, a única forma possível de o PS alcançar o poder executivo em posição de força era através do estabelecimento de um qualquer género de aliança com ambos os partidos de esquerda, PCP e BE; 2) existência do risco de “pasokização”, ou seja, a possibilidade de obter resultados eleitorais débeis no futuro caso o PS, à semelhança de outros partidos Socialistas e Trabalhistas europeus, mantivesse um caminho político inspirado na “Terceira Via”; 3) a importância da liderança, encontrando-se em risco o cargo de António Costa enquanto líder do PS caso não liderasse o governo; 4) as limitações da esfera de ação do Presidente da República, sendo que o poder de dissolver o parlamento encontrava-se circunscrito; 5) alteração de estratégia do BE, tendo intensificado uma posição de procura ativa por

convergências na esquerda política portuguesa no período que antecede as eleições legislativas de 2015.

Por último, este trabalho tinha como ambição verificar quais as possibilidades de se repetirem dinâmicas cooperativas, mais ou menos semelhantes às atuais, entre os partidos da esquerda portuguesa. Tendo esse objetivo em mente, foi necessário identificar as prioridades futuras de cada partido que constringerão a sua conduta, percebendo se as mesmas são conciliáveis no plano político e orçamental. Em relação ao PS, destacam-se duas prioridades: 1) a procura por plataformas alargadas de entendimento, com o objetivo de não antagonizar setores sociais com capacidade de colocar em risco o cumprimento dos seus objetivos; 2) a sua opção europeísta, que implica a sustentabilidade das contas públicas de acordo com os constrangimentos orçamentais e da dívida pública definidos pela União Europeia e a pertença do país nos novos desenvolvimentos do projeto europeu no sentido de maior integração. Em relação ao PCP e ao BE, e apesar de apresentarem algumas diferenças programáticas significativas, pode afirmar-se que ambos priorizam, em termos gerais, o reforço do Estado Social e o melhoramento das condições materiais e da posição do fator trabalho. Analisando a possibilidade de conciliação dos objetivos referidos, verifica-se que as diferentes prioridades dos partidos em questão não impossibilitaram o estabelecimento de dinâmicas cooperativas, tendo sido as mesmas harmonizáveis num determinado contexto económico. No entanto, caso seja necessário no futuro acordar em opções políticas mais ambiciosas ou com um maior grau estrutural, e dadas as diferentes prioridades de cada um dos partidos, as possibilidades de se estabelecer novas dinâmicas cooperativas diminuem consideravelmente.

Em relação às possibilidades de compatibilização das diferentes prioridades de PS, PCP e BE numa perspetiva orçamental identificou-se, primeiramente, quais os objetivos dos agentes em causa que têm um impacto direto no Orçamento de Estado. Em relação ao PS, este seguirá um caminho político que lhe permita cumprir as principais regras europeias relativas aos assuntos orçamentais e de dívida pública, tendo sido as mesmas identificadas anteriormente. Relativamente ao PCP e ao BE, e apesar de algumas diferenças programáticas significativas entre ambos, as suas prioridades orçamentais poderão ser apresentadas conjuntamente. Assim sendo, as suas principais exigências serão: 1) aumento do salário mínimo, das pensões mais baixas e das prestações sociais pelo menos ao nível da inflação; 2) aumento real da despesa corrente primária do Estado, nomeadamente nas áreas da educação, saúde e segurança e ação social; 3) aumento real do investimento público; 4) rejeição da diminuição da progressividade do IRS, tentando aumentar este seu carácter; 5) rejeição da

diminuição da tributação em relação ao fator capital, nomeadamente nos casos que tal permitisse a diminuição da contribuição dos grandes grupos económicos e financeiros.

Analisando o Programa de Estabilidade 2018-2022 e o relatório do CFP sobre o documento em causa, que perspetiva um determinado cenário de evolução económica, pode concluir-se que as exigências orçamentais dos três partidos são conciliáveis no horizonte temporal tratado no Programa de Estabilidade, encontrando-se reunidas as condições, ao nível orçamental, para que se possam repetir dinâmicas cooperativas semelhantes às atuais.

Ficou assim demonstrado que as diferentes prioridades dos três partidos da esquerda portuguesa são passíveis de serem conciliadas tanto ao nível político como orçamental existindo, portanto, condições para a repetição de dinâmicas cooperativas no futuro. Dada tal conclusão, e procurando finalizar este trabalho, serão indicados alguns fatores relevantes que poderão influenciar fortemente as possibilidades de se repetir a experiência governativa atual.

O primeiro fator significativo assenta nos resultados das próximas eleições legislativas. Como já referido anteriormente, os resultados eleitorais de 2015 produziram uma correlação de forças parlamentar particular, apenas comparável àquela que ocorreu em 1985. Em ambos os casos, o PS necessitava de estabelecer dinâmicas de cooperação com partidos da esquerda radical caso quisesse governar a partir de uma posição de força. Observando as sondagens mais recentes e as suas evoluções¹⁵, não é provável a repetição do cenário ocorrido em 2015. O quadro aparentemente mais provável assenta na vitória do Partido Socialista, sem maioria absoluta, sendo possível a formação dessa maioria apenas com os deputados de um dos atuais parceiros partidários. Neste cenário, ao contrário do que ocorrera em 1985 e 2015, o PS encontrar-se-ia numa posição passível de governar a partir de uma posição de força independentemente do apoio partidário que procurasse, dado ser aquele que possuiria a maior bancada parlamentar. Dada esta realidade, importa saber se o PS privilegiaria o estabelecimento de dinâmicas cooperativas à sua esquerda, à sua direita ou qualquer género de posição variável e intermédia. Analisando as experiências passadas, sempre que o PS possuiu a maior bancada parlamentar, mas sem que a mesma fosse suficiente para constituir uma maioria absoluta, o mesmo optou pelo estabelecimento de dinâmicas cooperativas, mais ou menos formais, com os partidos à sua direita. O mesmo poderia ocorrer no futuro dada a proximidade entre estes partidos (PS, PSD e CDS-PP) em determinados assuntos estruturantes, sendo exemplo a defesa clara do atual projeto de integração europeia que

¹⁵ As sondagens indicadas poderão ser observadas em <http://www.marktest.com>; visitado em 26/05/2018

modela grande parte da política nacional. Pelo contrário, outros fatores contribuirão para o estabelecimento de dinâmicas cooperativas com o PCP e/ou BE. Como já referido, a partir de 2008, o PS passou a estar ideologicamente mais próximo, na perceção dos eleitores, do PCP e do BE em oposição ao PSD e CDS-PP, criando um contexto favorável à repetição das dinâmicas atuais. Essa proximidade, presente em 2015 (Freire, 2017: 201) e não existindo dados mais recentes, poderá ter-se aprofundado dada a experiência governativa atual. O risco de “pasokização” poderá contribuir também para a manutenção desta proximidade ideológica. Apesar dos fatores referidos, a probabilidade de se estabelecerem dinâmicas cooperativas com o PCP e/ou o BE diminuiria caso os resultados eleitorais ditassem que apenas os deputados de um dos partidos (PCP ou BE) seriam necessários para o PS constituir um governo maioritário. Não é expectável que apenas um dos partidos (PCP ou BE) estabeleça dinâmicas cooperativas com o PS devido a possíveis efeitos negativos ao nível eleitoral. Ainda assim, esta dinâmica é mais relevante no caso do BE, dado que o PCP possui um eleitorado mais leal e, portanto, seria menos arriscado para este último envolver-se em dinâmicas cooperativas com o Partido Socialista. Numa entrevista realizada à atual coordenadora do Bloco de Esquerda, quando questionada sobre a possibilidade de o partido, na próxima legislatura, poder estabelecer dinâmicas cooperativas com o PS sem a presença do PCP, a mesma afirma e perspetiva que, caso estejam reunidas as condições para que um dos partidos (PCP ou BE) participe numa determinada solução governativa, então também estarão reunidas as condições para que o outro partido opte pelo mesmo caminho, fazendo com que tal questão não surja. (Martins, 2018).

O segundo fator relevante baseia-se na nova agenda reivindicativa do PCP e do BE e a disponibilidade do PS para satisfazer tais exigências. O estabelecimento de novas dinâmicas cooperativas, a ocorrerem, realizar-se-ia num contexto menos hostil e urgente daquele presente em 2015, sendo por isso expectável que tanto o BE como o PCP alarguem o espetro e a ambição da sua agenda reivindicativa sem negligenciar as prioridades estabelecidas na legislatura atual. Desde logo, ambos os partidos afirmam a necessidade de adotar políticas estruturais em variadíssimas áreas, tais como a saúde, a educação, o investimento público, entre outras. (Mortágua, 2018) (Sousa, 2018). Ainda assim, baseando o raciocínio seguinte em declarações de agentes partidários do PCP e do BE e na ação do Partido Socialista durante este último período governativo, uma das temáticas centrais será, muito provavelmente, a legislação laboral. Tanto o PCP como o Bloco de Esquerda têm afirmado em várias sedes e por diversas ocasiões a importância de alterar muito mais profundamente a legislação laboral, com o objetivo de conceder maior proteção ao fator trabalho. Esta nova agenda reivindicativa

mais ambiciosa poderá ser um problema no estabelecimento de novas dinâmicas cooperativas entre os três partidos caso o PS se mostre indisponível para responder a tais anseios. Como já indicado, o Partido Socialista oferece primazia ao seu vértice *office-seeking* procurando, conseqüentemente, não confrontar determinados interesses com capacidade de diminuir as possibilidades de o partido alcançar os seus objetivos, sendo que tal dinâmica se encontra presente na temática da legislação laboral.

Um outro fator relevante para o futuro da cooperação entre as esquerdas portuguesas prende-se com a evolução da economia internacional. Verificou-se acima que as prioridades de PS, PCP e BE, ao nível orçamental, eram conciliáveis no futuro próximo num determinado cenário macroeconómico previsto pelo governo português. Caso a economia se comporte de forma muito diferente daquela prevista, no sentido negativo, poderá ser impossível continuar a conciliar todas as diferentes exigências e prioridades. Tal realidade é afirmada no relatório de análise ao Programa de Estabilidade realizado pelo Conselho de Finanças Públicas: “a concretização dos objetivos orçamentais de médio prazo para o saldo orçamental e para a dívida depende fundamentalmente das previsões para o comportamento da economia” (Conselho das Finanças Públicas, 2018: v). Sendo a “economia portuguesa muito vulnerável a choques exógenos” (Conselho das Finanças Públicas, 2018: v), existem algumas dinâmicas atualmente em curso que poderão desencadear uma nova crise, frustrando as previsões económicas realizadas. Uma dessas dinâmicas é o aumento do preço do petróleo. No enquadramento internacional do cenário macroeconómico prognosticado pelo governo no Programa de Estabilidade, o mesmo previa que o preço médio do petróleo em 2018 seria de 65,9 USD por barril, não se ultrapassando durante o ano a fasquia dos 70 USD por barril. No entanto, tais previsões não se têm verificado corretas, sendo que o preço do petróleo por barril ultrapassou, inclusive, os 80 USD no mês de maio de 2018. Observando o Programa de Estabilidade pode verificar-se que, caso o preço do petróleo aumente numa proporção considerável acima do previsto, tal poderá impedir a conciliação orçamental das diferentes prioridades partidárias. Uma outra dinâmica presente e relevante para a evolução da economia internacional assenta no aumento das taxas de juro de referência por parte do Banco Central Americano. Esta tendência poderá provocar dificuldades a vários países com níveis elevados de endividamento, causando o aumento da despesa dos mesmos com o serviço da sua dívida provocando, eventualmente, fuga de capitais para outros destinos. No presente, pode verificar-se o desenrolar destas dinâmicas em países como a Argentina, Turquia, Ucrânia ou África do Sul. Se este problema se agravar, tal poderá ter conseqüências ao nível do crescimento

económico internacional e, porventura, influenciar negativamente o comportamento futuro da economia portuguesa.

Um último fator relevante para o assunto em causa prende-se com o processo de integração europeia. Como já analisado anteriormente, as posições perante o atual processo de integração europeia são bastante distintas entre o PS, por um lado, e o PCP e o BE, por outro. Relativamente ao Partido Socialista, o mesmo afirma que “a Europa e, dentro dela, a Zona Euro, são o espaço de referência de Portugal” (Partido Socialista, 2015: 8). Pelo contrário, apesar de abordagens distintas de BE e PCP ao longo da sua história relativamente à União Europeia, ambos os partidos afirmam, atualmente, a impossibilidade de alterar profundamente o rumo político no seio do projeto europeu. Em relação ao PCP, o mesmo afirma que “A crise na e da União Europeia demonstra que mudanças de fundo não são possíveis de operar no quadro de uma «reforma» da União Europeia.” (Partido Comunista Português, 2016: 23). Por sua vez, o BE partilha a mesma opinião afirmando que “Não é hoje credível o projeto de uma redefinição democrática das instituições europeias ou que a disputa da relação de forças se faça a nível europeu (...) exige (-se) a disputa de maiorias sociais em cada país, impondo instrumentos de soberania popular” (Bloco de Esquerda, 2016b: 5). Estas claras diferenças entre PS, por um lado, e PCP e BE, por outro, poderão colocar em causa o estabelecimento de novas dinâmicas cooperativas caso ocorram novos desenvolvimentos no seio da União Europeia que visem algum género de transferência de soberania nacional para a esfera europeia. Tanto o PCP e o BE, caso considerassem a transferência de soberania que estaria em causa suficientemente grave, realizando tal julgamento com base em vários critérios, poderiam negar o estabelecimento de qualquer género de acordo com o PS.

Para concluir, constitui-se como pertinente referir algumas questões que, estando diretamente ligadas às temáticas tratadas ao longo deste trabalho, poderão e deverão ser estudadas. Em primeiro lugar, seria de extremo interesse verificar quais os impactos que a experiência atual de cooperação produziu sobre os três partidos envolvidos, tanto ao nível da sua organização interna como na estratégia comportamental futura. Esta análise teria maior relevância em relação ao PCP e ao BE pois, pela primeira vez desde 1976, muitos dos seus dirigentes experienciaram uma maior influência direta sobre aspetos concretos da governação, podendo tal experiência influenciar o comportamento destes partidos no futuro. Outra questão relevante e digna de análise assenta numa possível alteração de estratégia por parte do PS. A partir do estabelecimento das dinâmicas cooperativas com o PCP e o BE em 2015, o Partido Socialista foi o único, no contexto português, a governar com todas as forças políticas que possuem na atualidade uma presença parlamentar razoável (PSD, CDS-PP, PCP e BE). Além

disso, e ao contrário do que acontecera até 2015, o PS não precisa de ser o partido com a maior bancada parlamentar para poder governar, sendo suficiente para tal a não existência de uma maioria absoluta parlamentar pertencente aos partidos de direita. Torna-se relevante verificar se estes factos terão consequências não só no comportamento estratégico do PS, mas também dos outros partidos com assento parlamentar dado que, sendo o Partido Socialista o único a conseguir cooperar com todos os outros, poderá constituir-se como o partido charneira do sistema político português. Uma última questão que merecia ser aprofundada em investigações futuras prende-se com as alterações referidas neste trabalho relativamente às distâncias ideológicas entre os partidos. Verificou-se acima que na perceção dos eleitores o PS, a partir de 2008, passou a se encontrar mais próximo ideologicamente dos seus parceiros de esquerda atuais, sendo que até a essa data o mesmo encontrava-se mais próximo dos partidos da direita portuguesa. Seria relevante verificar se esta aproximação percebida pelos eleitores teve uma tradução efetiva ao nível programático, visando perceber se as cedências que o PS teria que realizar para estabelecer dinâmicas cooperativas com o PCP e BE seriam menores, tanto ao nível qualitativo como quantitativo, do que aquelas que seriam necessárias para usufruir do mesmo género de apoio por parte do PSD e CDS-PP. Tal análise contribuirá para entender melhor quais as principais causas da experiência governativa atual, podendo a mesma, num extremo, ser simplesmente fruto de uma aproximação ideológica entre PS, PCP e BE ou, no extremo oposto, dever-se a considerações puramente estratégicas de conquista do poder executivo (*office-seeking*) por parte do Partido Socialista.

Bibliografia

- Almeida, S. J., 2017. Jerónimo de Sousa reafirma que “o socialismo e o comunismo são o futuro da humanidade”. *Público*, XXVIII(10065), p. 48.
- Álvarez-Rivera, M., s.d. *Elections Resources on the Internet*. [Online]
Available at: <http://electionresources.org/gr/>
[Acedido em 19 11 2017].
- Bloco de Esquerda, 2015. *Manifesto Eleitoral - Bloco de Esquerda - Legislativas 2015*. s.l.:s.n.
- Bloco de Esquerda, 2016a. *Estatutos*. s.l.:s.n.
- Bloco de Esquerda, 2016b. *Moção A - Força da Esperança - O Bloco à Conquista da Maioria*. s.l.:s.n.
- Budge, I. & Herman, V., 1978. Coalition and Government Formation: An Empirically Relevant Theory. *British Journal of Political Science*, pp. 454-477.
- Budge, I. & Laver, M., 1986. Office Seeking and Policy Pursuit in Coalition Theory. *Legislative Studies Quarterly*, Novembro, pp. 485-506.
- De Swaan, A., 1973. *Coalition Theories and Cabinet Formations*. Amsterdão: Elsevier.
- Deci, E. L., 1971. Effects of externally mediated rewards on intrinsic motivation. *Journal of Personality and Social Psychology*, pp. 105-115.
- Dinis, D. & Lourenço, E., 2017a. "A ideia de Marcelo é a de reconstituição de um Bloco Central". *Público*.
- Dinis, D. & Lourenço, E., 2017b. "Não falta quem deseje um Bloco Central". *Público*.
- Downs, A., 1957. *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Elklit, J., 1999. Party Behaviour and the Formation of Minority Coalition Governments: Danish Experiences from the 1970s and 1980s. Em: W. C. Muller & K. Strøm, edits. *Policy, Office or Votes? - How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 63-88.
- esquerda.net, 2018. *esquerda.net*. [Online]
Available at: <https://www.esquerda.net/artigo/so-um-acordo-com-esquerda-pode-trazer-solucoes-de-investimento-publico/53440>
[Acedido em 13 Junho 2018].
- Fernandes, D. & Madeira, J., 2017. Pedro Nuno Santos: "O PS não se radicalizou. Tudo o que tem sido feito é profundamente social-democrata". *O Jornal Económico*.
- Ferrão, B., 2015. *Expresso*. [Online]
Available at: <http://expresso.sapo.pt/legislativas2015/2015-10-04-Nove-historias-que-ajudam-a-perceber-a-derrota-de-Antonio-Costa-2>
[Acedido em 19 Novembro 2017].
- Ferreira, L. M., 2017. Investimento público atinge mínimo desde 1960. *O Jornal Económico*.
- Freire, A., 2005. Party system change in Portugal, 1974-2005: the role of social, political and ideological factors. *Portuguese Journal of Social Science*, pp. 81-100.
- Freire, A., 2012. A esquerda radical em Portugal. Em: A. Freire & L. March, edits. *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa - Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*. 1º ed. Vila do Conde: QUIDNOVI, pp. 105-243.
- Freire, A., 2017. *Para lá da «Gerigonça». O governo de esquerdas em Portugal e na Europa*. 1º ed. Lisboa: Contraponto.

- Frey, B., 1994. How Intrinsic Motivation is Crowded out and in. *Rationality and Society*, Julho, pp. 334-352.
- Gunther, R. & Diamond, L., 2003. Species of Political Parties: A New Typology. *Party Politics*, pp. 167-199.
- Hillebrand, R. & Irwin, G. A., 1999. Changing Strategies: The Dilemma of the Dutch Labour Party. Em: W. C. Muller & K. Strøm, edits. *Policy, Office or Votes? - How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 112-140.
- Kirchheimer, O., 1966. The Transformation of the Western European Party Systems. Em: J. L. Palombara & M. Weiner, edits. *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, pp. 177-200.
- Laver, M., 1997. *Private Desires, Political Action - An Invitation to the Politics of Rational Choice*. Londres: SAGE Publications.
- Laver, M. & Shepsle, K. A., 1996. *Making and Breaking Governments - Cabinets and Legislatures in Parliamentary Democracies*. s.l.:Cambridge University Press.
- Lisi, M., 2009. New politics in Portugal: the rise and success of the left bloc. *Pôle Sud*, Janeiro, pp. 127-144.
- Lisi, M., 2011. *Creating New Social Roots and Legitimacy: The Mobilisation Strategy of the Left Bloc*. s.l.:s.n.
- Lobo, M. C., 2018. Por onde vai o PSD. *Expresso*.
- Lopes, J. T., 2010. *esquerda.net*. [Online]
Available at: <http://www.esquerda.net/opiniao/uma-esp%C3%A9cie-de-apoio>
[Acedido em 10 Fevereiro 2018].
- Lopes, M., 2018. O que preocupa o PCP é a falta de investimento público, não o impacto da CGD no défice. *Público*.
- Louçã, F., 2008. *Esquerda.net*. [Online]
Available at: <http://www.esquerda.net/opiniao/refundação-da-esquerda>
[Acedido em 10 Fevereiro 2018].
- Louçã, F., 2010. *esquerda.net*. [Online]
Available at: <http://www.esquerda.net/opiniao/esquerda-censura-e-ataca-o-governo-no-cora%C3%A7%C3%A3o-da-sua-pol%C3%ADtica-o-pec-e-estrat%C3%A9gia-social>
[Acedido em 10 Fevereiro 2018].
- Louçã, F., 2011a. *esquerda.net*. [Online]
Available at: <http://www.esquerda.net/opiniao/ai-meu-deus-que-vem-a%C3%AD-direita>
[Acedido em 13 Fevereiro 2018].
- Louçã, F., 2011b. *esquerda.net*. [Online]
Available at: <http://www.esquerda.net/opiniao/condena%C3%A7%C3%A3o-da-esquizofrenia-segundo-andr%C3%A9-freire>
[Acedido em 10 Fevereiro 2018].
- Lourenço, N. S., 2015. Cavaco nomeia Costa como primeiro-ministro. *Público*.
- LUSA, 2015a. Carvalho da Silva disponível para ser candidato a Belém. *Diário de Notícias*.
- LUSA, 2015b. CIP diz que Cavaco usou "tom crispado" que prejudica ambiente político. *Público*.

- Mackie, T. & Rose, R., 1983. Incumbency in government: asset or liability?. Em: H. Daadler & P. Mair, edits. *Western European party systems: continuity and change*. Londres: Sage, pp. 115-137.
- Magalhães, P., 2016. *As transferências de voto de 2011 para 2015*. [Online] Available at: <http://www.pedro-magalhaes.org/transferencias-de-voto-em-2015/> [Acedido em 1 Dezembro 2017].
- March, L., 2011. *Radical Left Parties in Europe*. Nova Iorque: Routledge.
- March, L., 2012. Os partidos europeus da esquerda radical após a crise: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?. Em: *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa - Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*. 1º ed. Vila do Conde: QUIDNOVI, pp. 23-104.
- Martins, N. A., 2017. Conselho das Finanças Públicas. Orçamento tenta cumprir “apenas nos mínimos indispensáveis”. *Observador*.
- Meireles, L., 2015. Cavaco indigita Passos e fecha a porta no futuro a um governo de esquerda. *Expresso*.
- Muller, W. C., 1999. Decision for Opposition: The Austrian Socialist Party's Abandonment of Government Participation in 1966. Em: W. C. Muller & K. Strøm, edits. *Policy, Office, or Votes? - How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 172-191.
- Muller, W. C. & Strøm, K., 1999. *Policy, Office, or Votes? - How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Muller, W. C. & Strom, K., 2000. *Coalition Governments in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Oliveira, J., 2018. «Portugal precisa de uma aposta determinada e efetiva no investimento público». Portalegre, s.n.
- Partido Comunista Português, 1998. *Por um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido - Comunicado do Comité Central do PCP*. s.l.:s.n.
- Partido Comunista Português, 2013. *Programa e Estatutos*. Lisboa: Edições Avante.
- Partido Comunista Português, 2015. *Programa Eleitoral do PCP - Legislativas 2015 - Política Patriótica e de Esquerda - Soluções para um Portugal com futuro*. s.l.:s.n.
- Partido Comunista Português, 2016. *Teses - Projeto de Resolução Política*. s.l.:s.n.
- Partido Socialista; Bloco de Esquerda, 2015. *Posição conjunta do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda sobre solução política*. Lisboa: s.n.
- Partido Socialista; Partido Comunista Português, 2015. *Posição conjunta do PS e do PCP sobre solução política*. Lisboa: s.n.
- Partido Socialista, 2014. Uma Agenda para a Década . Em: *Agenda para a Década - Moção ao XX Congresso Nacional - Proposta de Revisão dos Estatutos* . s.l.:s.n., pp. 18-137.
- Partido Socialista, 2015. *Programa Eleitoral do Partido Socialista - Eleições legislativas de 2015*. s.l.:s.n.
- Pedersen, H. H., 2012. What do Parties Want? Policy versus Office. *West European Politics*, pp. 896-910.
- Portas, M., 2010. *esquerda.net*. [Online] Available at: <http://www.esquerda.net/opiniao/capitula%C3%A7%C3%A3o> [Acedido em 10 Fevereiro 2018].

Portas, M., 2010. *esquerda.net*. [Online]

Available at: <http://www.esquerda.net/opiniao/das-esquerdas>

[Acedido em 10 Fevereiro 2018].

Público, 2013. Carvalho da Silva deixou o PCP em segredo. *Público*.

Riker, W. H., 1962. *The Theory of Political Coalitions*. New Haven: Yale University Press.

Sapage, S. & Valente, L., 2017. "Se estivéssemos só a cumprir os acordos, já tínhamos feito tudo". *Público*.

Sousa, J. d., 2016. *Jerónimo de Sousa* [Entrevista] (2 Outubro 2016).

Sousa, J. d., 2017a. *Diário de Notícias*. [Online]

Available at: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/jeronimo-de-sousa/interior/revolucao-de-outubro-ideais-e-valores-para-o-nosso-tempo-8898872.html>

[Acedido em 11 Novembro 2017].

Sousa, J. d., 2017b. *Jerónimo de Sousa - Secretário-geral do PCP* [Entrevista] (29 Outubro 2017).

Strøm, K., 1990. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*, pp. 565-598.

Tavares, P. & Reis, A., 2017. "As cativações não podem servir para cumprir com Bruxelas e falhar com os parceiros". *Diário de Notícias*.

XXI Governo Constitucional da República Portuguesa, 2018. *Programa de Estabilidade 2018-2022*, Lisboa: s.n.

Anexos

Anexo A

		Algumas pessoas sentem que a sociedade portuguesa está dividida em classes sociais, em que classe é que o(a) senhor(a) se incluiria?						Total	
		Classe Baixa	Classe Média Baixa	Classe Média	Classe Média Alta	Classe Alta	Não responde		Não sabe
Importa-se de me dizer em que partido/coligação votou?	Bloco de Esquerda	16 (18%)	40 (44%)	32 (36%)	1 (1%)	0	0	1 (1%)	90
	CDU (PCP/PEV)	20 (24%)	46 (54%)	16 (19%)	2 (2%)	0	1 (1%)	0	85
	PaF (PPD-PSD/CDS-PP)	33	130	160	13	0	0	5	341
	PS	55 (21%)	130 (49%)	71 (27%)	5 (2%)	0	1 (0,4%)	3 (1%)	265
	PDR	2	3	5	0	0	0	0	10
	LIVRE/Tempo de Avançar	0	5	1	0	0	0	0	6
	Outro	1	11	5	0	0	0	0	17
	Votou em branco ou votou nulo	4	12	21	1	0	0	3	41
	Não responde	41	88	93	6	3	3	2	236
	Não sabe	2	5	2	0	0	0	0	9
Total		174	470	406	28	3	5	14	1100

Tabela A.1 - Tabulação cruzada entre duas variáveis: Partido/coligação em que votou; Classe social em que se incluiria

Fonte: Inquérito realizado após as eleições legislativas de 2015 pelo ICS, com a colaboração da empresa GFK, no âmbito do programa de investigação (Infraestrutura das Atitudes Sociais e Políticas dos Portugueses (IASPP), projeto *Portuguese Electoral Study*

Anexo B

1. Aumento do Salário Mínimo Nacional para 600 euros no início de 2016.
2. Reposição imediata e integral de vencimentos, subsídios, pensões e complementos retirados aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado.
3. Alargamento dos critérios de acesso e prolongamento do período de atribuição do subsídio de desemprego e do subsidio social de desemprego.
4. Aumento real do valor das pensões e reformas.
5. Salvaguarda do direito à reforma aos 65 anos e possibilidade da sua antecipação sem penalizações para carreiras contributivas de 40 e mais anos.
6. Implementação do Programa Nacional de Combate à Precariedade e ao Trabalho Ilegal.
7. Eliminação da sobretaxa de IRS a partir de 2016, criação de dez escalões deste imposto e aumento da dedução à colecta para baixos e médios rendimentos.
8. Redução da taxa do IVA na restauração para 13% e eliminação do Pagamento Especial por Conta para as micro, pequenas e médias empresas.
9. Eliminação dos benefícios fiscais aos grupos económicos e financeiros e tributação efectiva de todos os rendimentos gerados no País.
10. Reposição da universalidade do abono de família com a valorização dos seus montantes.
11. Revogação das taxas moderadoras.
12. Garantia de médico de família a todos os portugueses num período não superior a dois anos e criação do Estatuto do doente crónico.
13. Criação de um estatuto específico para a agricultura familiar, recuperação das quotas leiteiras e de direitos de plantação da vinha.
14. Garantia de todos os combustíveis, inclusive a gasolina, a custo bonificado para todos os segmentos da frota pesqueira.
15. Estabelecimento de um regime de preços máximos nos combustíveis líquidos e gasosos e na electricidade e a reversão da taxa do IVA para 6% na electricidade e gás natural.
16. Fim das portagens em todas as vias ex-SCUT, nas autoestradas de acesso e circulação nos distritos do interior do país e nas circulares internas e externas das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.
17. Valorizar e alargar o passe social nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.
18. Garantia a todas as crianças a partir dos 3 anos de resposta na rede pública pré-escolar.
19. Distribuição gratuita dos manuais escolares a todos os alunos do ensino obrigatório.

Condições Políticas e Económicas para a maioria de esquerda

- 20.** Reforço da Acção Social Escolar directa, através do aumento do valor das bolsas de estudo e do número de estudantes elegíveis.
- 21.** Revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação e a sua substituição por contratos de trabalho com valorização salarial.
- 22.** Garantir 1% do Orçamento do Estado para a cultura.
- 23.** Repor os direitos dos militares na área da saúde e dos apoios sociais.
- 24.** Travar o encerramento de Tribunais e instalar um Tribunal de Competência Genérica em todos os concelhos.
- 25.** Convocação de uma Conferência internacional para a renegociação das dívidas dos países vítimas de extorsão e chantagem dos «mercados».